

Mais CDU com Timor em pano de fundo

Todas as eleições têm dificuldades particulares. As que se aproximam surgem num momento marcado indelevelmente por Timor. Como pano de fundo.

■ Sérgio Ribeiro Pág. 22

Segurança e Defesa na agenda política

Sem dúvida que os problemas de defesa e segurança estão na ordem do dia. Que urge debatê-los. Que urge analisá-los. Que urge a definição de caminhos. Caminhos esses que para nós passam pela defesa da Carta das Nações Unidas e da ONU, contra a sua instrumentalização por parte dos EUA.

■ Rui Fernandes Pág. 23

Programa Eleitoral do PCP

Continuamos a publicação das mais significativas partes do Programa Eleitoral do PCP

Págs. 18 e 19

Timor

Págs. 12 e 13

Soldados da Interfet recebidos em Díli com circunspeção

Uma nova fase abriu-se no dramático processo imposto ao povo timorense

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 23 de Setembro de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1347 • Director: José Casanova

Carlos Carvalho junta três mil apoiantes num mega-jantar em Azeitão

Págs. 5 e 6

Mais CDU!



Manifesto 99 – pacto de insubmissão

1100 intelectuais apoiam a CDU

Centrais



Jantar da CDU, em Azeitão, foi um dos maiores até hoje realizado no País

RESUMO

15 Quarta-feira

O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprova o estabelecimento de uma força multinacional para estabelecer a paz e a segurança em Timor Lorosae ■ Carlos Carvalhas considera positiva a aprovação da força de paz para Timor mas critica a «exasperante» lentidão do processo ■ Os deputados do PE condenam a Indonésia e reclamam segurança para o povo de Timor-Leste ■ Jorge Sampaio recusa a proposta do PSD para adiamento das eleições legislativas de 10 de Outubro ■ O vice-primeiro ministro checheno acusa o Kremlin de querer resolver todos os problemas da região pela força, na sequência da ameaça do chefe do Governo russo de sancionar a República da Chechénia devido aos recentes atentados em Moscovo.

16 Quinta-feira

Xanana Gusmão apela à «comunidade internacional» que não afrouxe a pressão sobre Timor-Leste ■ O general Wiranto garante que o Exército indonésio abandonará Timor Lorosae nos próximos dias ■ A Indonésia anuncia o rompimento do acordo de segurança assinado com a Austrália em 1995 ■ Atentado à bomba em Volgodonsk, no sudeste da Rússia, faz 14 mortos e 15 feridos graves ■ Os argelinos acorrem massivamente às urnas para votar no referendo pela paz e concórdia do Presidente Abdelaziz Bouteflika ■ Ehud Barak recebe Yasser Arafat para discutir os pormenores finais sobre as negociações do estatuto dos territórios.

17 Sexta-feira

Mais de 15 toneladas de arroz e cobertores são lançados por dois aviões Hercules C-130 das forças armadas australianas sobre as zonas de Ermera e Bobonaro em Timor ■ António Peres Metello, porta-voz do Comissário para o Apoio à Transição de Timor-Leste, anuncia que os custos estimados pelo Governo para apoiar a reconstrução de Timor podem aumentar de 10 a 20 vezes ■ A proposta do Presidente argelino Bouteflika ganha por uma esmagadora maioria ■ Perante a ameaça de novos atentados, a polícia e a população continuam mobilizadas em Moscovo.

18 Sábado

Jantar da CDU em Azeitão, com a presença de Carlos Carvalhas, junta mais de 3000 pessoas ■ O Comité Internacional da Cruz Vermelha inicia distribuição de alimen-

tos m Dfili ■ A Comissão Europeia vai atribuir mais 600 mil contos para acções humanitárias de emergência em Timor ■ Um estudo do Sindep revela que a grande maioria das escolas no início do ano escolar de 1999/2000 necessita de obras, tem falta de professores e pessoal auxiliar e sobrelotação de turmas ■ A aviação russa bombardeia várias aldeias chechenas suspeitas de albergarem rebeldes islamistas.

19 Domingo

Tropas da Interfet chegam a Dfili ■ O chefe da milícia Aitarak exige a divisão de Timor e ameaça que as tropas multinacionais não conseguirão expulsar as milícias do território ■ O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, acusa os militares indonésios de cooperarem no terreno com os ataques das milícias ■ As tropas da Federação Russa concentram-se junto à fronteira com a Chechénia para isolar os rebeldes islamitas ■ As negociações entre a Kfor e o Exército de Libertação do Kosovo continuam bloqueadas ■ O eleitorado da Saxónia vota maioritariamente no CDU e elege para segundo lugar o PDS, derrotando fortemente o Partido Social-Democrata alemão de Schroder.

20 Segunda-feira

Carlos Carvalhas participa num comício da CDU na Covilhã ■ A Alta Comissária das Nações Unidas para os refugiados visita campo de refugiados em Timor acompanhada de Eurico Guterres, chefe das milícias Atarak ■ Falece vítima de leucemia, no Hospital Universitário de Münster (Alemanha), Raisa Gorbachov ■ Deputado da UNITA é assassinado em Luanda, alegadamente por motivo de roubo ■ Um violento sismo abala Taiwan.

21 Terça-feira

O Presidente da República, Jorge Sampaio, durante um almoço nas Nações Unidas, convida Bill Clinton a visitar Portugal quando da sua deslocação à Europa ■ O Conselho da Europa, em debate de urgência, apela ao reconhecimento de Timor ■ A Interfet prossegue os preparativos para o acolhimento de refugiados e a chegada das missões humanitárias a Timor ■ É assinado, em Prístina, um acordo entre a Kfor, a ONU e o UCK para a transformação deste último em força civil, com o nome de Corpo de Protecção do Kosovo (TMK) ■ As Forças Armadas Angolanas reivindicam a conquista à UNITA de três localidades da província de Huíla ■ Réplias que se sucedem ao sismo de Taiwan elevam respectivamente para 1700 e 3500 o número de mortos e feridos.

EDITORIAL

O espectáculo das diferenças existentes

A medida que a data das eleições se aproxima, multiplicam-se as exibições que, quer no plano dos métodos utilizados quer no que respeita à intervenção da comunicação social dominante na campanha, constituem, cada vez mais, práticas normais de tempo de caça ao voto. A abundância de promessas eleitorais e a sua espectacular difusão, escondem a característica essencial dessas promessas, traduzida no facto de, na maioria dos casos, se tratar da repetição *ipsis verbis* das que há quatro, há oito, há doze anos... foram feitas pelos mesmos que hoje as repetem, com igual «convicção» e «seriedade». Na realidade, os fazedores de promessas movimentam-se como peixes na água no interior do imenso fosso existente entre as promessas que fizeram e fazem, e a sua prática concreta logo que contados os votos. E jamais conseguirão entender os que, com convicção e seriedade, dizem o que de facto pensam, agem de acordo com essa postura e prosseguem uma prática de respeito pelos direitos dos eleitores, apelando à sua lucidez, à sua inteligência, ao seu espírito crítico.

Estamos, assim, como que a rever um velho filme – não por se tratar de um bom filme, bem pelo contrário, mas porque a isso somos forçados pela reincidência dos seus produtores, realizadores e distribuidores.

Aspecto marcante da intervenção do PS e do PSD nesta campanha é a espectacular representação a que ambos procedem exibindo as diferenças... inexistentes entre eles. Barroso fala como se a política de direita que o PSD praticou durante dez anos, e que continua a defender, fosse de sentido oposto à mesmíssima política que o PS vem fazendo há quatro anos. Guterres imita-o, supera-o mesmo, em idêntica «demonstração». E no entanto esta encenação não consegue alterar a realidade todos os dias evidenciada e que teve expressão visível no recente debate a dois. Guterres e Barroso – PS e PSD – convergem quer na defesa da mesma política de direita quer no conteúdo da «oposição» de cada um a cada um.

Quando, no referido debate, Barroso acusou Guterres de, nestes quatro anos, não ter feito uma série de coisas, estava cheio de razão – tanta quanto a de Guterres quando acusou o PSD de, em dez anos, não ter feito essas mesmas coisas. E, se quisessem, poderiam ter-se acusado mutuamente, e sempre cheios de razão, de terem feito... o que fizeram.

«O senhor está, ao fim de quatro anos, com mais tiques do que o PSD ao fim de dez anos» - observou Barroso a dada altura. Dando de barato o suave eufemismo que é aquele «tiques» e mesmo admitindo que aquele «mais» está ali a mais, a conclusão de Barroso é, no essencial, correcta.

Guterres e Barroso: dois igual a um no essencial da política aplicada e a aplicar. E, neste contexto, Paulo Portas será *mais um* igual aos dois.

O líder do PP é todos os dias uma surpresa. Quando se julga que atingiu os limites da demagogia e do fala-baratismo, ei-lo superando-se, indo ainda mais longe – e, insista-se (quanto mais não seja para que fique escrito), sempre folcloricamente acompanhado pela comunicação social.

Prometendo agora o que o seu partido rejeitou pelo voto na anterior legislatura, desdobra-se em ofertas de bem-aventuranças, chegando mesmo ao ponto de decidir baixar o preço das carcaças para oito escudos... Enquanto isso, prossegue o

enlevado namoro com Guterres, cujo futuro governo se prepara para voltar a apoiar.

Caminho idêntico parece ser o escolhido pelo Bloco de Esquerda. Isto se se der crédito à opinião expressa por um dos seus líderes que desenha como cenário ideal em 10 de Outubro, a eleição pelo PS de tantos deputados quantos os necessários para, juntamente com os que o BE eventualmente vier a eleger, somarem a maioria absoluta. Tal desiderato assenta como uma luva no projecto «revolucionário» da referida agremiação, que o mesmo líder sintetiza na expressão «social-democracia séria» - projecto que, assim colocado, é susceptível de vir a obter largo consenso, podendo até vir a ser subscrito sem hesitações e com regozijo por Guterres, Barroso, quicá o próprio Paulo Portas.

Impressionante é a obsessão crescente de Guterres pelo poder absoluto, que ele persegue através de uma prática eleitoralista encenada ao milímetro e na qual a única coisa que conta é, seja como for, caçar votos. E é «de olhos nos olhos» e com «grande humildade», expressões que – certamente a conselho dos seus consultores de marketing – utiliza até à exaustão, que o líder do PS tenta esconder o que é e o que o faz correr.

O aproveitamento eleitoralista do caso de Timor introduz na campanha de Guterres um dado novo e recheado de perigos. Neste aspecto, a cena representada quando da apresentação pública do programa eleitoral do PS – traduzida, de facto, na despudorada utilização da situação de Timor para uma não menos despudorada operação de caça ao voto – reveste-se de extrema gravidade. Tanto mais que, no que respeita aos milhares de timorenses assassinados, perseguidos e deportados nas últimas semanas, o Primeiro Ministro, admitindo ter cometido um «erro de avaliação no cenário posterior ao referendo», fica-se por essa admissão sem mais explicações e limita-se a repetir variações sobre o tema abordado no discurso de Caminha em 28 de Agosto, desembocando sempre na afirmação de que está «disposto a ser julgado pelos portugueses em 10 de Outubro» - fingindo esquecer que julgar bem pressupõe, no mínimo, o conhecimento rigoroso da matéria em julgamento.

A hipocrisia e a demagogia que percorrem o discurso eleitoralista de Guterres poderão vir a dar-lhe o que ele mais do que tudo ambiciona: votos. Mas são exemplares do conteúdo da «nova qualidade da democracia» por ele anunciada.

É neste quadro que a CDU leva por diante uma campanha eleitoral caracterizada por singular respeito pelos eleitores e seriedade. Procurando divulgar o trabalho desenvolvido pelos seus deputados – e sublinhando a quantidade e a qualidade que o distinguem da acção de todos os outros grupos parlamentares; assumindo o compromisso de intensificar e melhorar esse trabalho; lutando por mais votos e mais deputados para melhor cumprir esse compromisso; contrapondo à velha política de direita, beneficiária essencialmente dos ricos e dos poderosos, uma política de esquerda ao serviço dos que trabalham e vivem do seu trabalho – a CDU marca, de facto, a diferença nesta campanha eleitoral.

Nas duas semanas que nos separam do acto eleitoral, há milhares e milhares de eleitores a contactar, há um amplo trabalho de esclarecimento e convencimento a fazer – para que as eleições de 10 de Outubro dêem mais força a quem seguramente a utilizará em benefício da esmagadora maioria dos portugueses.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3
— 1600 — 196 Lisboa. Tel. 781 38 00

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 — 1600 — 196 Lisboa
Tel. 781 71 90 - 781 71 91.
Fax: 781 71 93

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
— 1169-161 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
— 1169-161 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

Atenção aos novos números de Telefone
do Partido Comunista Português
e da Redacção do «Avante!»

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capu Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1169-161 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1169-161 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 — 139 Sintra
Depósito legal nº 205985

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas) 50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00

EXTRA-EUROPA 50 números: 30 600\$00

EUROPA 50 números: 21 850\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU 50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

Para registo e reflexão

Já sabemos que, em boa parte do universo mediático, está instituído o sagrado critério de que os dirigentes e candidatos do Bloco de Esquerda podem dizer o que quiserem sobre o PCP (nomeadamente com recurso à adjectivação pesada e à frequente deturpação da orientação e acção dos comunistas), mas, em contrapartida, qualquer resposta, ainda que episódica, serena e proporcionada, por parte de dirigentes do PCP logo é comentada como um ríspido «ataque» ao Bloco e sinal de supostos «nervosismos».

Como se calcula, jamais aceitaremos semelhante critério e jamais aceitaremos a criação de uma nova categoria de intocáveis e impunes.

É por isso que, se Miguel Portas afirmou o que está impresso em duas passagens de uma sua recente entrevista à «Capital», então não podemos deixar de as sujeitar a algumas referências fortemente críticas.

A primeira é quando M.P. se aproxima de uma inaceitável apropriação e instrumentalização pelo Bloco do caudal de iniciativas e acções desenvolvidas por Timor, ao afirmar que «agora, no movimento por Timor, conseguimos, (...) dar a ideia do que é uma

esquerda com iniciativa política. Como é que uma esquerda que valia 1,7 ou 1,8% em Junho é capaz de ser, com a Igreja, a grande força polarizadora de toda a indignação e protesto que se desenvolveu com Timor».

Esta tirada logo ficaria reduzida à chocante prosápia que efectivamente é se, por absurdo, viessemos detalhar um décimo da modesta contribuição que os comunistas, cumprindo o seu dever e sem fazerem cálculos mesquinhos sobre câmaras, microfones e holofotes, prestaram ao inesquecível movimento geral de solidariedade que é pertença e mérito do povo português e ponto final.

Mas como não temos nem esses hábitos nem as concepções pouco inovadoras que eles revelam, fique apenas a observação de que estas afirmações de Miguel Portas não se limitam a ofender o mais elementar sentido das proporções. Revelam também muito pouco respeito pelo esforço de tantas outras forças e organizações e sobretudo de tantos milhões de portugueses que ergueram o movimento de solidariedade com Timor, sem para isso precisarem de ser «polarizados» pelo Bloco de Esquerda.

Mas a outra passagem igualmente grave é aquela em que Miguel Portas, questionado pelo jornalista sobre acções em que esteve envolvido como a greve de fome de 24-horas-24, afirma esclarecedoramente que «sendo candidato, eu tinha a obrigação de forçar o mais possível a projecção mediática destas acções», e logo acrescenta, para amesquinhar outros, que «os políticos do PS, PCP e PSD é que só começaram a aparecer no fim».

Como disse? «No fim» de quê? Lê-se e até custa a acreditar. Não saberá M.P. que, dezasseis horas depois de divulgado o resultado do referendo e do recomeço da violência assassina sobre o povo de Timor, se realizou o comício da Festa do «Avante!» que se tornou assim, na nova situação, a primeira grande jornada de massas de solidariedade com o povo de Timor? E não saberá M. Portas que dirigentes do PCP estiveram depois disso em todas as acções civis onde humanamente puderam estar?

É claro que sabe tudo isto e muito mais. O que acontece é que no seu Bloco se convive mal com a verdade sobre o PCP.

■ Vítor Dias

Que diria Prometeu?

Quantas vezes não teve já a maioria da humanidade ocasião de se identificar com este herói mitológico da Grécia antiga, perpetuada por Ésquilo quando, no Século V antes de Cristo, escreveu a sua tragédia sobre Prometeu?

Prometeu pode confundir-se com uma espécie de pretérito perfeito do verbo prometer, isto é, obrigar-se a fazer algo, a cumprir uma promessa já afirmada.

Porém a lenda não immortalizou Prometeu como anunciador de promessas, mas sim por ele se ter atrevido a roubar o fogo dos céus para o dar aos homens.

A lição que nos ficou desta lenda foi a luta contra a avidez do poder absoluto, contra a arrogância e a soberba da vontade de mandar sem oposição alguma.

Prometeu é a revelação não de um deus, mas mais de um homem entre homens, que tem a coragem de defender com firmeza a causa de que a humanidade não é refém de um poder absoluto. Por isso mesmo é humana e não submissa. Por isso consegue subverter situações que lhe negam a justiça e, sobretudo, a liberdade de agir segundo os objectivos que pretende alcançar. O significado grande de Prometeu é o de ter adoptado a bandeira do homem livre, aquele que não se deixa, à custa de favores, apadrinhar pelo poder.

Faz isto lembrar as próximas eleições legislativas e os esforços, ora mais directos, ora mais descaradamente manipuladores, que o PS tem engendrado para obter uma maioria absoluta, não hesitando, sequer, na tentativa de utilização a seu favor da trágica situação do povo de Timor Loro Sae. Da ameaça à promessa, o discurso do PS, embora embulhado numa fraseologia democratizante, evidencia o fundo

óbvio dos que querem dominar. E quem escolhe, quem vota os seus governantes, não deve ignorar ao que pode conduzir, quer a curto, quer a médio prazo, o verdadeiro conteúdo e alcance deste pedido do PS ao eleitorado.

Por que razão quer o PS mãos livres para mandar?

Este apelo a «deixem-nos governar – mas sozinhos!» – não cabe numa repetida e matraqueante proposta de diálogo. Quem quiser traduzi-lo em português real entenderá aqui uma vontade sófrega, que anuncia o verdadeiro objectivo: «deixem-nos reinar, que vos prometeremos um bom reinado!»

Mas de promessas já nos deixou o PS cheios: prometeu uma governação de esquerda e o governo de Guterres fê-lo à direita; prometeu uma política em favor dos mais desfavorecidos, e favoreceu preferencialmente os já favorecidos; prometeu prioridade à educação, à saúde, à segurança social, e concedeu primazia à Banca, à Bolsa e à especulação financeira.

Durante os últimos quatro anos, o governo do PS pingou uma chuva gelada, dia a dia a apagar o fogo da esperança para a tão necessária viragem na vida política do país: prometeu. Mas não cumpriu.

O mito de Prometeu não se revê seguramente neste PS fraudulentamente dialogante. Quer - e requer - muito mais. Cabe aos eleitores manter o fogo trazido com o nascer de Abril, e reacendê-lo por um querer de Outubro.

Porque não se pode pagar a um ladrão de promessas concedendo-lhe, para mais, altos juro de mora.

■ Aurélio Santos

TIMOR
Causa nacional e mundial

O povo português saltou de norte a sul para dizer que fez sua a causa da luta do povo timorense. As múltiplas e variadas movimentações solidárias encheram o país de um canto a outro. A causa timorense transformou-se em causa nacional.

E todos sentimos que essas mobilizações tocaram a opinião pública mundial, que por sua vez influenciou os pesados mecanismos de decisão do Conselho de Segurança.

Assim se demonstrou em Timor que um povo disposto a lutar acaba por vencer, e que a solidariedade com um povo em luta também pode ser vitoriosa.

As jornadas grandiosas que se têm vivido no nosso País vieram colocar em cima da mesa com toda a nudez a hipocrisia dos nossos aliados.

Na verdade, ao longo da nossa história, os nossos aliados ingleses já nos tinham mostrado que Portugal deve estar de pé atrás. Basta atentar no célebre ultimatum inglês a propósito do mapa cor de rosa.

Tanto os nossos aliados da NATO, como os parceiros da União Europeia, ao longo destes anos de ocupação indonésia de um território sob administração portuguesa têm feito todo o tipo de negociações com a ditadura indonésia. A ocupação de Timor-Leste em Dezembro de 1975 teve a cobertura total dos EUA. E a ditadura Indonésia de Suharto nasceu do mais sangrento golpe de Estado, que levou ao assassinato de um milhão de comunistas e progressistas, teve desde o primeiro minuto o apoio dos EUA.

Ora todos ouvimos os governos do PS, do PSD e dirigentes do PP defender a fidelidade de Portugal aos EUA e à NATO, justificando a participação na guerra do Golfo, na guerra dos Balcãs, na cedência das Lages para agredir a Líbia. Coloca-se assim com toda a actualidade a denúncia desta hipocrisia.

Os portugueses puderam constatar por sua própria experiência política que Portugal e a vida dos timorenses pouco vale em Nova Iorque, Londres, Paris ou Bona. Que no quadro das suas alianças pouco vale Portugal no conjunto dos interesses norte-americanos ou britânicos.

O rico e diversificado movimento de solidariedade deve ser animado, e não há contradição entre a participação espontânea de todos os cidadãos e estruturas mínimas e fluidas em que assentam as iniciativas. A iniciativa da FEN-PROF e de todo um conjunto de organizações sociais que se constituíram numa Comissão Coordenadora insere-se exactamente nesse espaço de mobilização de sectores da sociedade portuguesa (trabalhadores das mais variadas profissões e sectores, jovens, católicos, etc., etc.) que enriquecem e dão vigor a esse movimento de solidariedade nacional.

A causa nacional que é Timor, por ser nacional, não pode impedir que cada cidadão e cada força política participe nessas movimentações e lhes dê o seu cunho próprio. Os comunistas participam em todas as iniciativas que consideram as mais adequadas ao seu perfil político-ideológico.

A articulação da acção política das massas populares com a acção institucional e diplomática já conseguiu grandes vitórias, mas ainda há objectivos por alcançar. A saída das tropas indonésias, o desarmamento das milícias, o regresso de Xanana Gusmão, de todos os exilados, o julgamento de todos os criminosos exigem que se mantenha a mobilização popular.

Ora o Governo e o PS não devem olhar para certas iniciativas com atitudes sectárias, como tem olhado para as iniciativas da Comissão Coordenadora, como a grande manifestação de 13 de Setembro onde participaram 50 mil portugueses. Esse sectarismo enfraquece a causa timorense e não tem qualquer justificação.

Timor tornou-se um símbolo de que um povo disposto a lutar pode vencer e ainda um triste símbolo da política internacional. E um exaltante exemplo que quando um povo sente uma causa como sendo sua, a mobilização acontece.

Todos vimos por experiência própria que aquilo que andámos a proclamar é verdade: é possível acordar consciências e mobilizar um povo para a solidariedade com outro povo em luta. Pelo muito que falta ainda fazer em Timor é necessário que a solidariedade se mantenha mobilizada.

■ Domingos Lopes



Foto de: Sérgio Morais

SEMANA

Parlamento Europeu aprova Comissão

Com o voto contra dos deputados comunistas, o Parlamento Europeu (PE) aprovou a nova Comissão, presidida pelo italiano Romano Prodi, para um mandato até 2005.

Esta posição dos comunistas europeus, como sublinhou o Secretário Geral do PCP, Carlos Carvalhas, tem por base a

sua discordância quanto ao programa apresentado por Prodi, considerado não muito distante do subscrito por Jacques Santer, isto é, «um programa neoliberal que vai levar a que se criem cada vez mais dificuldades às economias dos países mais débeis e mais periféricos». Ao contrário de uma mudança de políticas, este Programa, no entender do dirigente comunista, irá traduzir-se, nomeadamente, em «mais precarização do emprego e mais desemprego».

A nova Comissão foi aprovada por 414 votos a favor, 142 contra e 35 abstenções, como corolário de um processo que passou pela confirmação de Prodi, seguido da nomeação dos novos 19 comissários que entrarão em funções em Dezembro, data em que termina o mandato da actual Comissão.



«Pontes Lusófonas»

Decorreu na capital moçambicana a iniciativa de intercâmbio cultural designada por «Pontes Lusófonas», cujo programa incluiu mesas redondas, exposições, um ciclo de cinema, lançamento de livros e um concerto musical. O escritor José Saramago foi uma das presenças de vulto nesta edição organizada pelo Instituto Camões e

que contou com a presença de artistas da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Entre as várias iniciativas que preencheram os quatro dias de trabalhos, destaque para os debates que tiveram como temas a «Cartografia dos Nomes» e a «Escrita dos Poetas», bem como para o encontro entre escritores, jornalistas

e editores que centraram as suas atenções na análise da «Língua Portuguesa nos PALOP: Instrumento de Comunicação» e «Da Escrita à Circulação do Livro».

As «Pontes Lusófonas» culminaram com um espectáculo em que actuaram os cantores cabo-verdiano Tito Paris, o angolano Filipe Mukenga e o português Sérgio Godinho.

«A Indonésia devia ser obrigada a indemnizar o povo de Timor (...) com verbas retiradas dos empréstimos [que lhe foram] concedidos pelo Fundo Monetário Internacional e por outras instâncias internacionais.»

(Carlos Carvalhas – «Público», 20.09.99)

«As diferenças entre as propostas do PS e do PSD são pontuais. Menos uns pontos percentuais na baixa do IRS, menos uns meses no programa das listas de espera.»

(Carlos Carvalhas – SIC, 19.09.99)

«O consenso sobre Timor aproxima ainda mais o PS e o PSD naquilo que é mesmo verdade: não há grandes diferenças entre os dois.»

(Inês Serra Lopes – «O Independente», 17.09.99)

«Foi-se instalando no PS a ideia de que compete ao secretário-geral fazer uma grande intervenção política de fundo e depois aos comissários fazer uns comentariachinhos a *late-re*, geralmente centrados sobre pessoas, o que é ainda mais desagradável.»

(Eurico Figueiredo – «O Independente», 17.09.99)

«[O PS e o PSD] são uma espécie de exércitos para tomar o poder. E, quando o fazem, a democracia paga um preço muito grande. Transformam-se em estruturas corporativas, de interesses, que podem levar a um desvirtuar do próprio regime.»

(Idem, *Ibidem*)

«O Governo pincelou a sua actuação de défices estratégicos significativos com algumas medidas sociais de carácter assistencialista.»

(Carvalho da Silva – «Diário de Notícias», 20.09.99)

Português como língua de trabalho

O Parlamento Europeu recuou na intenção de abolir a língua portuguesa nas reuniões com as ex-colónias europeias. A confirmação desta viragem foi transmitida ao presidente da Comissão para a Cooperação e o Desenvolvimento do PE, o deputado comunista Joaquim Miranda, pelo secretário-geral do PE, Julian Priestley, que garantiu a continuação do português como língua de trabalho nas reuniões com parlamentares das antigas colónias europeias.

Esta questão surgiu quando os serviços técnicos do Parlamento Europeu decidiram, no início do mês, não convocar os intérpretes portugueses para a próxima reunião entre parlamentares da União Europeia e dos países ACP (África, Caraíbas e Pacífico), a realizar de 10 a 16 de Outubro em Nassau, nas Bahamas. A decisão teve por base o regulamento que estipula a retirada das línguas utilizadas como maternais por menos de quatro deputados europeus. O que seria agora o caso, uma vez que a participação de Portugal na Assembleia Paritária União Europeia e países ACP estava cingida apenas a três deputados portugueses.

Logo que esta decisão administrativa do PE foi conhecida, Joaquim Miranda desdobrou-se em contactos no sentido de a contrariar. Peso decisivo na sua argumentação foi a importância do nosso idioma naquele fórum, não apenas por causa dos três membros portugueses, mas também porque há cinco países africanos (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo-Verde e S. Tomé e Príncipe) que participam nas reuniões e que se expressam na língua de Camões.

Reabertura dos Tribunais

Sem que a crise na Justiça dê sinais de abrandamento, iniciou-se na passada semana o novo ano judiciário. Para assinalar a reabertura dos tribunais, o Ministro Vera Jardim participou em duas iniciativas: inaugurou o Gabinete de Mediação Familiar, na área da competência da comarca de Lisboa, vocacionado para a prestação de um serviço público em situações de divórcio e separação, em matéria de exercício do poder paternal; visitou as instalações do novo Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), cuja entrada em funcionamento esteve prevista para Junho. O combate à criminalidade violenta e organizada (corrupção, narcotráfico, branqueamento de capitais) constitui um dos principais alvos que este serviço insere na sua acção, de que se esperam resultados.

É que, como é sabido, este tipo de investigação no nosso país tem sido claramente insuficiente, revelando-se em larga medida ineficaz perante a teia de redes criminosas

que, em muitos casos, parece cruzar-se com interesses indissociáveis do

combate à pequena criminalidade que enche as cadeias de jovens toxicodepen-

crimes de colarinho branco e correlativos. A testemunhá-lo, aí estão, continu-

UGT/Fundo Social Europeu, TAP/Sousa Martins, Aveiro Connection. Processos



poder económico e das classes dominantes.

Trata-se, aliás, de uma face da Justiça cuja eficácia se situa nos antípodas da que revelada quando se trata do

tes ou desfavorecidos que pisam o risco da Lei.

Uma eficácia e celeridade que contrasta com a chocante brandura e ineficácia com que são tratados os chamados

ando por resolver, entre tantos outros, processos como o das facturas falsas, Partex, Caixa Económica Açoreana, Costa Freire, Leonor Beza, Melancia, Pedro Caldeira,

cujo denominador comum é o de marcarem passo, com os arguidos em liberdade, aguardando por um julgamento que talvez nunca se realize porque, entretanto, prescreve.

Rasto de destruição à passagem do «Floyd»

Com fortes chuvas, vagas alterosas e rajadas de vento que chegaram a atingir os 180 quilómetros por hora, o furacão Floyd deixou na Costa Atlântica dos Estados Unidos da América um rasto de morte e destruição. Depois de ter feito sentir a sua incontrolável força na Carolina do Norte, o furacão seguiu o seu curso percorrendo toda a costa até Nova York, passando por Washington, Baltimore e Filadélfia. Não

obstante o estado de emergência decretado pelas autoridades, acompanhado de todas as medidas de protecção usuais neste tipo de situação, e da deslocação de mais de dois milhões de pessoas, o impacto devastador do furacão saldou-se em cerca de uma dezena de mortes e na destruição de muitos milhares de habitações, para além de avultados danos nas redes de infra-estruturas, incluindo as viárias.

Três mil pessoas participaram no mega-jantar organizado pela Comissão Distrital da CDU de Setúbal, no passado sábado, em Azeitão.

Não há força política que alguma vez tivesse reunido tanta gente à volta de 285 mesas. Todos diziam, incluindo representantes da Imprensa, que nunca tinham visto nada de semelhante.

Sem dúvida: foi o maior jantar político realizado até hoje em Portugal. A imensa nave transbordou de apoiantes da CDU, de militantes, amigos e simpatizantes do Partido Comunista. A juventude esteve representada em força e dinamizava a animação, cujo mote foi dado pelo conjunto musical «Sete Estrelo». Lá fora, S. Pedro, esquecido que o tempo das regas já está para trás, abriu as comportas do céu. Dentro, a verdadeira esquerda dava largas ao seu apego à convivência, à troca de ideias com os amigos, à música e às canções, que aqui tão bem sabe entoar. Nem se coíbiu, incitada pela música do «Sete Estrelo», de armar o seu pezinho de dança. Um clima caloroso, de quem gosta de estar com os seus, sente confiança no futuro e luta para endireitar o presente. Um clima partilhado, também, por todos os candidatos da CDU às eleições de 10 de Outubro.

No entanto, as questões sérias não foram esquecidas. A recordação da tragédia timorense e a homenagem ao heróico e martirizado povo Maubere foram uma constante, nomeadamente, nas intervenções de Carlos Carvalhas, Octávio Teixeira, Heloísa Apolónia, de «Os Verdes», e Vasco Guerreiro, jovem candidato da CDU às próximas legislativas pelo distrito de



Carlos Carvalhas em Azeitão

■ José Augusto

Por que prometem o que negaram durante quatro anos?

Setúbal. Os mesmos que denunciaram energeticamente, nas suas intervenções, a política antilaboral patrocinada pelo governo e as mentiras descaradas que o PS já vai veiculando neste tempo de pré-campanha eleitoral.

Depois de saudar o povo do distrito de Setúbal, Carlos Carvalhas passou imediatamente à questão timorense: «Eu penso

que a Indonésia devia ser obrigada a indemnizar o povo de Timor. Devia ser criado um fundo de indemnização e reconstrução de Timor alimentado por uma parcela, mesmo que pequena, retirada de futuros empréstimos do FMI, Banco Mundial, do Clube de Paris e mesmo da banca internacional.» Carvalhas lembrou que, no passado, «países até destruídos», o que efectiva-

mente não é o caso da Indonésia, «tiveram que pagar indemnizações de guerra». «Esta é uma sugestão que aqui fica ao Governo português e à chamada comunidade internacional.»

Só mais CDU fará mexer as coisas

Transferindo, depois, o seu discurso para as eleições, o secretário-geral do PCP salientou que a CDU «não está num concurso de promessas, no estilo do bacalhau a pataco, de quem dá mais aos reformados, aos agricultores, aos pescadores... Não! Nós dizemos aos eleitores: não separem os votos de tudo o que se passou nestes últimos quatro anos! Dizem-lhes que não ganham nada em voltarem a apoiar aqueles que

nestes últimos anos não trouxeram a mudança que prometiram, aqueles que tantas vezes mereceram a crítica dos eleitores, o seu descontentamento e indignação, aqueles que agora renovam as suas promessas para logo as esquecerem. Esses, naturalmente, não merecem o voto dos cidadãos. Em 10 de Outubro, só Mais CDU fará mexer as coisas, dará mais força à exigência de mais justiça social, de uma vida melhor para todos e uma viragem à esquerda em Portugal.»

Prosseguindo na mesma linha, Carvalhas reafirmou que «não tememos o julgamento dos eleitores sobre a forma como honramos os compromissos assumidos em 1995, sobre a nossa acção e luta nestes últimos quatro anos. Por isso, nesta campanha eleitoral, por mais que os outros partidos não

queiram falar deste tema, vamos continuar a chamar a atenção dos portugueses e das portuguesas para o imenso, valioso e qualificado trabalho que os deputados eleitos pela CDU realizaram na Assembleia da República.»

Sempre muito aplaudido e frequentemente interrompido por palavras de ordem, Carvalhas frisou que, «beneficiando do facto de o PS não ter a maioria absoluta, o grupo parlamentar do PCP conseguiu fazer aprovar mais de 50 dos seus projectos, com respostas muito positivas aos sentidos problemas e justas aspirações populares. É uma verdade insofismável que tudo o que de mais positivo se fez aprovar nesta legislatura tem a marca da proposta, da contribuição, da intervenção e dos votos do Partido Comunista Português». E

passou a enumerar alguns dos êxitos parlamentares dos comunistas, nomeadamente, o rendimento mínimo garantido, a ampliação da rede pública do ensino pré-escolar, alterações às taxas do IRS e a actualização extraordinária, «infelizmente muito limitada e insuficiente», das pensões de reforma, proibição da discriminação salarial dos jovens e reforço do direito à igualdade das mulheres no trabalho, protecção dos direitos dos imigrantes, apoio à reconversão dos bairros clandestinos, implantação de uma rede pública de tratamento e reinserção de toxicodependentes, suspensão das escolhas de Souselas e da Feira para o processo da co-incineração. «Tudo isto e muito mais se ficou a dever, em parte essencial, à nossa intervenção.»

Fidelidade aos ideais de esquerda

O PCP é uma «força que não resume a sua intervenção às instituições e que não aparece apenas nos actos eleitorais». A prova é que se «apresenta nestas eleições com um património incomparável de presença e intervenção na sociedade portuguesa, ao lado dos que mais sofrem e mais anseiam por justiça, ajudando sempre a organizar a resistência e a luta contra as prepotências e os abusos, sempre nas primeiras linhas das grandes causas da dignidade humana e da civilização, como foi patente na despenalização do aborto e na agressão Nato à Jugoslávia, sempre fiéis aos valores e ideias da esquerda, aos valores e ideais do 25 de Abril, que outros há muito abandonaram e meteram na gaveta.»

Por tudo isto, Carlos Carvalhas realçou que se torna «necessário que os eleitores tenham em atenção o comportamento dos partidos e se interroguem porque é que eles prometem hoje aquilo que negaram nestes quatro anos» e que vai «apelar aos votos dos trabalhadores e das trabalhadoras porque o PCP e a CDU merecem esses votos». Recordou, ainda, que a bancada parlamentar do PCP não deu «tréguas às propostas mais graves do governo do PS sobre a flexibilidade e a polivalência, trabalho a tempo parcial e trabalho nocturno, tendo obstaculizado as propostas de alteração da lei das férias e do conceito de retribuição». Donde a conclusão de que o «PCP e a CDU apresentam-se hoje como a única grande força política que defendeu, lutou e luta pela grande causa do trabalho com direitos, pela valorização do trabalho.»

Depois de denunciar os logros eleitorais de que o PS é useiro e vezeiro, Carvalhas exortou os eleitores: «Dispam as camisolas dos clubes, pois os partidos não são clubes! E votem, votem naqueles que não viram as costas às dificuldades, naqueles que podem de facto proporcionar uma viragem à esquerda!»





Octávio Teixeira no mega-jantar de Azeitão Recusamos o caminho do engano

Octávio Teixeira, o primeiro candidato da CDU pelo distrito de Setúbal, começou por sublinhar a «grandiosidade deste jantar», bem demonstrativo da «vontade, do empenho e da confiança com que os militantes do PCP e da CDU encaram as eleições legislativas de 10 de Outubro. É que, nas próximas eleições, com o apoio dos eleitores do distrito de Setúbal, da população de esquerda do distrito, temos que dar a volta a isto para que não fique tudo na mesma».

«A população laboriosa do distrito - sublinhou o candidato comunista - não quer continuar a suportar os custos económicos, sociais, familiares e humanos da existência de 40 mil desempregados resultantes da inércia do Governo. Os eleitores não podem perdoar ao PS o facto de ter impedido a localização do novo aeroporto no distrito de Setúbal, sem simultaneamente apresentar um novo grande projecto dinamizador do desenvolvimento económico e redução substancial do desemprego. O distrito não aceita que, por desleixo do Governo do PS, os seus hospitais e centros de saúde tenham uma insuficiência de médicos e enfermeiros da ordem dos 42 por cento.»

A denúncia das injustiças de que são vítimas os habitantes do distrito não se ficou por aqui. «Os cidadãos da Península de Setúbal têm razões para recusar os preços dos bilhetes do comboio sobre a Ponte, já que sendo o dobro dos praticados na margem norte, são socialmente injustos» - frisou Octávio Teixeira.

Abordando a área laboral, o candidato da CDU não tem dúvida de que os «trabalhadores do distrito, como os trabalhadores de qualquer parte de Portugal, rejeitam frontalmente as propostas de lei do PS visando retirar-lhes dias de férias por faltas justificadas e alterar o conceito de remuneração para os encargos patronais com a segurança social e reduzir as reformas futuras».

Mais adiante: «Não tenhamos dúvidas, camaradas e amigos: estas políticas, estas orientações, estas práticas insustentavelmente discriminatórias do distrito e sua população só podem ser invertidas com o reforço da CDU, com Mais CDU.» Por conseguinte, afirma Octávio Teixeira, a CDU propõe e quer para o distrito de Setúbal o que propõe e quer para o País. E é: mais desenvolvimento económico, mais emprego com direitos, mais justiça social e fiscal, mais saúde, mais respeito pelas pessoas, melhores condições de trabalho, melhores salários e reformas, melhor sistema de ensino e melhores escolas, melhor

qualidade de vida e melhor ambiente. «A CDU quer mais e melhor para o distrito de Setúbal, e tem a certeza de que isso é possível, desde que a nível do poder central haja essa vontade política.» Quanto aos eleitos da CDU e suas componentes partidárias, «comprometem-se a não poupar esforços para que na próxima legislatura se concretizem estas nossas intenções, porque estas são estudadas e ponderadas, porque são, acima de tudo, propostas sérias e necessárias».

O PS prometeu e não cumpriu

A partir daqui, Octávio Teixeira não deixou pedra sobre pedra do discurso eleitoralista do PS, cuja demagogia nos últimos tempos tem roçado a boçalidade. «Ao contrário do Partido Socialista, a CDU não quer enganar ninguém. O PS enganou os eleitores do distrito em 1995, prometendo então e não cumprindo depois. O PS, particularmente através do seu cabeça de lista, continua agora a querer enganar os eleitores do distrito.» E os exemplos fluíram: «É falso que as medidas tomadas pelo Governo em relação à Lisnave e à Torralta tenham criado 15 mil novos postos de trabalho; é público e comprovável que a Lisnave e a Gestenave têm hoje menos 879 trabalhadores do que tinham em 1995 a Lisnave e a Solisnor; como é igualmente verdade o facto de nesse período os trabalhadores da Torralta terem diminuído em 150 unidades.» Para o candidato comunista, «talvez haja uma razão para este acto falhado, para esta falta de verdade do cabeça de lista do PS: é que quando foi publicamente apresentado o megalómano projecto para Cacilhas, foi propagandeado que ele criaria 15 mil postos de trabalho». Aconteceu, porém, que «quer o Município quer os seus municípios rejeitaram essa magalomania que, pelos vistos, continua a ser muito querida do dr. Jorge Coelho. Para mais, este senhor esqueceu-se de recordar, na sua missiva aos eleitores, que, durante o Governo do PS, foi encerrada a ex-Renault, atingindo 650 trabalhadores. E que se soube, ainda há poucos dias, pela boca do ministro da Economia, que o Governo continua a pressionar e a apoiar financeiramente os grandes empresários para que transfiram as suas produções para países com salários ainda mais baixos, promovendo assim a redução da produção e o aumento do desemprego em Portugal. Assim como se esqueceu que cerca de 750 trabalhadores da Indelma e os trabalhadores dos Aduos de Portugal têm em risco, neste preciso momento, os seus postos de trabalho».

Comício em Alverca

O poder absoluto deve ser travado

No comício realizado na passada sexta-feira, em Alverca, o secretário-geral do PCP voltou a sublinhar a necessidade de «uma viragem à esquerda na política nacional» para travar «o poder absoluto» do PS.

Carlos Carvalhas salientou que os comunistas não são a esquerda que aparece só nas eleições, mas a verdadeira a alternativa à direita. A prová-lo

está a obra feita pelo PCP nesta legislatura, em que os 15 deputados eleitos apresentaram 36 projectos de lei, com destaque para a alteração às taxas do IRS, medida que isentou 700 mil portugueses e permitiu que dois milhões de pessoas pagassem menos imposto.

O comício foi antecedido de um minuto de silêncio por Timor-Leste.



Comício encerra jornada na Beira Interior

A Covilhã foi o palco, na noite de segunda-feira, de mais um comício da CDU, que contou com a participação de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, e de Luís Garra, o cabeça de lista pelo círculo de Castelo Branco.

A jornada de Carlos Carvalhas na Beira Interior incluiu ainda um encontro com trabalhadores e população no Tortosendo e um jantar na cidade da Guarda. Aqui, o dirigente comunista sublinhou a necessidade de uma nova política e de uma viragem à esquerda para combater a desertificação, o desemprego, os baixos salários e a concentração da riqueza.

Carvalhas falou também sobre Timor, defendendo que se

deveria aplicar à Indonésia o princípio do destruidor-pagador para a reconstrução de Timor, à semelhança do que aconteceu na 1.ª Guerra Mundial, que alguns países foram obrigados a pagar indemnizações de guerra.

Na Covilhã, Luís Garra mostrou-se confiante num bom resultado da Coligação, recordando que o eleitorado do distrito tem alterado o sentido de voto nalgumas freguesias, de que são exemplos o Paul, Aldeia de S. Francisco de Assis e de Boidobra, nas quais PSD e PS perderam a maioria para a CDU.

O cabeça de lista por Castelo Branco considerou que a CDU está a crescer porque as pessoas estão desiludidas com o Partido

Socialista, que «prometeu não esquecer o Interior e só agora, em cima das eleições, se apressa a prometer para um mês o que não foi capaz de fazer em quatro anos».

Luís Garra denunciou ainda os abusos de campanha eleitoral, referindo-se nomeadamente a José Sócrates, o número dois da lista do PS, que se multiplica em inaugurações e entregas de cheques, misturando funções partidárias com as de governante.

O candidato da CDU terminou desafiando o cabeça de lista do PS no distrito, António Guterres, a participar ao lado dos outros candidatos nos debates que as rádios regionais estão a promover.

João Amaral no Porto Função pública deve admitir deficientes

O cabeça de lista da CDU pelo Círculo do Porto, João Amaral, afirmou que a CDU vai defender na próxima legislatura a introdução de uma quota de emprego na Função Pública para deficientes.

O candidato falava no final de um encontro com associações de deficientes e técnicos nesta área, realizado na passada segunda-feira, no âmbito de uma jornada sobre a situação da deficiência promovida pela Coligação.

João Amaral foi recebido pela Associação Portuguesa de Defi-

cientes, que lhe entregou o memorando das reivindicações para a próxima legislatura, e visitou o Centro de Actividades Ocupacionais, onde constatou a exiguidade das suas instalações e a falta de apoios para os transportes.

As propostas da CDU referem-se ainda à criação de centros de emprego protegido, elevação das pensões sociais por invalidez, aprovação de um regulamento de edificação urbana, garantindo as acessibilidades e a eliminação pro-

gressiva das barreiras arquitectónicas.

Denunciando as promessas não cumpridas do PS, cujo mandato foi «uma frustração para os deficientes», João Amaral realçou que a CDU deu provas de empenhamento na resolução de dos problemas dos deficientes, designadamente através da apresentação de projectos de lei, alguns dos quais foram aprovados. Entre estes destacam-se as leis sobre associações de deficientes e de apoio à actividade de intérprete da língua gestual.

Círculo Fora da Europa

Em nota divulgada à imprensa em 14 de Setembro passado, o mandatário da CDU para o Continente Americano, Alexandre Pereira, acusa Ofélia Guerreiro, segunda da lista pelo PS e funcionária do Consulado Geral de Portugal no Rio de Janeiro, de «se valer desse facto para induzir os eleitores a votarem no seu Partido». A CDU possui uma gravação em que o telefonista do consulado, ao ser solicitado a fazer uma ligação para tratar de um assunto consular, informa o número de telefone da sala do Partido Socialista, situada no mesmo edifício onde está instalado o Consulado. Os porteiros e seguranças do edifício distribuem aos portugueses que procuram o Consulado, cartões impressos com os dizeres «Vote PS - Vote Ofélia Guerreiro». A CDU considera estes actos ilegais e por isso vai proceder em conformidade junto das entidades competentes.

Brasil

Entretanto, a candidata Ana Maria Cerqueira reúne hoje, ao fim da tarde, com a Comissão de Apoio CDU de São Paulo, na sede da própria Comissão. A reunião destina-se a fazer uma análise da pré-campanha, e o estudo das próximas iniciativas. A reunião, aberta a quem queira participar, conta com a presença do conhecido jornalista internacional, Miguel Urbano Rodrigues.

Canadá

Alexandre Pereira encontra-se desde sexta-feira no Canadá, onde se manterá até 27 de Setembro, para contactar as Comunidades Portuguesas, no âmbito da pré-campanha e do conhecimento directo dos problemas dos emigrantes portugueses nesta região do globo. Está prevista para amanhã a realização de um jantar da CDU em Toronto, na Associação Democrática Luso-Canadiana, com a presença de numerosos apoiantes e do mandatário da CDU para o Canadá, Jaime Fernandes Monteiro. No domingo, Alexandre Pereira estará em Montreal, onde reunirá, a partir das 15 h, com a Comissão CDU Local.

Venezuela

O primeiro candidato da CDU pelo Círculo de Fora da Europa, Davide Quintans, por sua vez, encontra-se desde sábado em Caracas, Venezuela, onde vai permanecer até à próxima segunda-feira, para contactar a Comunidade Portuguesa. É acompanhado pelo mandatário da CDU pela Venezuela, Dr. João Lopes, participando num encontro de individualidades portuguesas no Centro Cultural Fernando Pessoa. Estão ainda previstos contactos com as rádios e jornais da Comunidade.

CDU apresenta compromissos eleitorais

A CDU prossegue a apresentação dos seus Compromissos Eleitorais por todo o país, designadamente em Leiria, numa sessão realizada na Biblioteca Municipal de Leiria, no dia 15 de Setembro, que teve a presença de mais de meia centena de pessoas.

José Augusto Esteves, mandatário da lista CDU que presidiu à sessão, lançou um desafio ao ministro Ferro Rodrigues, para que suspenda imediatamente as suas actividades governamentais na região e acabe com a governamentalização desta fase eleitoral, de forma a dignificar a democracia e garantir a igualdade de oportunidades entre as diferentes candidaturas.

Teresa Neves, candidata da CDU pelo Partido Ecologista «Os Verdes», adiantou alguns aspectos da actividade parlamentar do seu partido relativamente

ao distrito e avançou com um conjunto de medidas para a defesa do ambiente.

Rogério Raimundo, cabeça de lista da CDU por Leiria, deu destaque às principais propostas constantes no compromisso eleitoral. Entre os vários independentes que estiveram presentes para demonstrar o seu apoio à CDU e destacar a importância da eleição de Rogério Raimundo, encontrava-se Manuel Freire que brindou a assistência com um breve apontamento musical.

Entretanto, um abaixo-assinado de apoio à CDU, posto a cir-

cular pelos trabalhadores da pesca do cerco, recolheu já a assinatura de mais de centena e meia de pescadores.

Aveiro

Também em Aveiro, numa sessão com a presença de António Salavessa, mandatário da lista, Manuela Caetano candidata pelo Partido Ecologista «Os Verdes», e os candidatos do PCP Manuela Silva, Ricardo Cardoso e Joaquim Almeida, a CDU apresentou o seu Compromisso Eleitoral para o distrito.

Joaquim Almeida, cabeça de lista, enunciou um conjunto de medidas para o desenvolvimento harmonioso e sustentado do distrito que, em sua opinião, são coerentes com o que a coligação tem vindo a considerar prioritá-

rio para a melhoria das condições de vida das populações.

No topo das medidas a implementar, a CDU apresenta as que se relacionam com o trabalho e a necessidade da sua valorização e com a dignificação dos trabalhadores pois, diz o candidato da CDU, milhares de pessoas se deparam hoje com situações de grande precariedade no trabalho e auferem salários muito abaixo dos salários médios praticados na União Europeia, apesar do crescimento do produto e da produtividade no distrito.

Referindo as diferenças entre as propostas da CDU e as das outras forças políticas, Joaquim Almeida denunciou as responsabilidades do PSD e do PS em aspectos negativos da sua governação, nomeadamente no que diz respeito à IC2, IC1, Auto-estrada Aveiro-Vilar Formoso e ao desvio de alguns organismos públicos.

Manuela Almeida, independente indicada pelo PEV, reforçou alguns aspectos do programa da CDU, particularmente no que respeita a questões ambientais, frisando a necessidade de recuperação das reservas de S. Jacinto e do Buçaco.

Coimbra

Na passada quinta-feira, foi a vez de Mário Nogueira, cabeça de lista da CDU pelo círculo

eleitoral de Coimbra, apresentar o Programa Eleitoral da coligação para o distrito.

Um vasto programa, com propostas concretas para as áreas do emprego, da acção social, da saúde, da educação, dos transportes e acessibilidades, da agricultura e floresta, do ambiente, da Cultura e do Desporto, foram apresentadas por Mário Nogueira como «um desafio e um projecto» que a CDU assume.

Para o candidato, «abrir novos caminhos para a afirmação e o desenvolvimento do distrito de Coimbra exige a mobilização de energias transformadoras». O que é possível pois, como sublinhou na sua declaração, «essas energias existem. Estão cá dentro, nos muitos saberes e vontades das mulheres e dos homens que aqui vivem e trabalham».

É, porém, necessário «pô-las em movimento». E esse «desafio», que simultaneamente é «projecto», não pode ser levado a cabo pelos «acomodados de sucessivas governações, rendidas ao poder económico de Lisboa e Porto», mas sim por aqueles «que não se conformam com essa suposta fatalidade e estão dispostos a lutar para mudar».

É, pois, para pôr em movimento o seu programa que a CDU apela ao voto das populações de Coimbra.



Carlos Carvalho no encontro com a Direcção da Casa do Douro



Jovens agricultores queixam-se da burocracia do IFADAP

Carlos Carvalho ouve agricultores de Vila Real

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalho, participou quinta-feira da passada semana, num encontro com jovens agricultores do distrito de Vila Real, que se queixaram da falta de apoios governamentais aos projectos de investimento no sector.

Segundo afirmaram, o IFADAP, devido às burocracias em que está mergulhado, afirma não ter as verbas para projectos já aprovados, causando enormes prejuízos e desânimo aos jovens agricultores.

No mesmo dia, Carlos Carvalho, integrado numa delegação distrital do Partido, foi recebido pela direcção da Casa do Douro, num encontro em que foi abordada a difícil situação daquela instituição que se vê obrigada a vender património para acorrer às dificuldades financeiras. A Casa do Douro acusa o Governo de não cumprir o protocolo de viabilização financeira da Instituição, assinado entre as duas partes, que previa um fundo de reserva de dois milhões de contos.

Ao meio da tarde, Carlos Carvalho participou num debate com empresários, promovido pela NERVIR - Associação Empresarial, onde foram discutidos os principais problemas que dificultam o desenvolvimento da região e levam à desertificação de Trás-os-Montes e Alto Douro.

À noite, o secretário-geral do PCP participou num jantar da CDU, realizado na Escola Secundária de Mirandela, com a presença de centena e meia de apoiantes da coligação, visivelmente mobilizados para realizar uma animada campanha eleitoral na região.

Mais saúde para Coimbra

Coimbra não é uma «verdadeira capital da Saúde», consideram os candidatos CDU do distrito, no decurso da Semana da Saúde que acabaram de levar a efeito e que incluiu a permanência, durante uma manhã, à porta dos Hospitais da Universidade, onde contactaram centenas de trabalhadores e utentes daquela unidade hospitalar.

Depois de ter podido constatar a evidente insatisfação das pessoas, a CDU defende a adopção urgente de um Plano de Intervenção que permita uma

resposta adequada às necessidades da população em cuidados de saúde.

Para isso, aponta a construção de um novo Hospital Pediátrico, a remodelação e apetrechamento das grandes unidades hospitalares de Coimbra, a melhoria da assistência oncológica, a dotação de uma rede de cuidados de saúde no distrito, assente no critério das necessidades, e a dinamização dos internamentos de retaguarda e dos cuidados domiciliários.

Outras medidas necessárias

são a concretização dos projectos de desenvolvimento dos hospitais de Cantanhede e Figueira da Foz, a conclusão dos Centros de Saúde de Eiras, Condeixa e Cantanhede e a construção de novos centros na Figueira da Foz, Buarcos, Lousã e Coimbra.

Esta iniciativa vem na sequência da «Semana do Emprego e das Questões Sociais», que a CDU encerrou, no dia 11 de Setembro, com um encontro em que participaram as direcções das organizações sindicais sediadas no distrito

de Coimbra. Um encontro em que os candidatos presentes apresentaram algumas propostas que consideram prioritárias no domínio do emprego: garantia de emprego com direitos de facto; apoio à modernização de empresas e recuperação de outras; combate aos acidentes de trabalho; redução do tempo de trabalho para as 35 horas; existência de uma Fiscalização Geral de Trabalho não governamentalizada, que exerça efectivamente as suas funções.

Mulheres no Porto

A CDU promoveu no passado domingo, no Porto, uma iniciativa dirigida às mulheres do distrito, durante a qual foi salientada a elevada participação feminina (38%) nas listas do distrito. Na ocasião, usaram da palavra Ana Maria Mesquita, candidata e dirigente da União dos Sindicatos do Porto, Ilda Figueiredo, deputada no Parlamento Europeu e João Amaral, cabeça de lista pelo círculo do Porto.

A declaração aprovada releva o facto de as dezasseis candidatas integrarem a lista «não apenas por serem mulheres mas porque são mulheres com elevada e qualificada intervenção cívica e política, como eleitas autárquicas, dirigentes sindicais, associativas, nas áreas da educação, da saúde, da cultura».

Travar desindustrialização

Os candidatos da CDU pelo distrito do Porto acusaram o Governo PS de nada ter feito para travar a desindustrialização do distrito e garantiram ser esta uma das prioridades da sua intervenção política na próxima legislatura.

Este compromisso foi assumido no decurso de uma visita na semana transacta a várias empresas do distrito, algumas delas já encerradas e outras com futuro indefinido. João Amaral, Honório Novo e Ana Mesquita criticaram, designadamente, a passividade do Governo face ao desaparecimento de «símbolos da capacidade industrial da região».

A este propósito, foi recordado o encerramento durante a governação PS de mais de 100 empresas, bem como a liquidação de mais de 100 mil postos de trabalho, com incidência no têxtil, no vestuário, na metalurgia e nas indústrias eléctricas, de proporções preocupantes no distrito do Porto.

Campanha em Viseu

Enquanto o PS e o PSD prosseguem em Viseu uma campanha de promessas, nomeadamente daquilo que deviam ter feito e não fizeram, a CDU está na rua contactando as populações, a quem se apresenta com trabalho realizado.

No sábado, a CDU esteve na Feira de Carvalhal Redondo e distribuiu um balanço da actividade parlamentar dos partidos que a integram e o seu cabeça de lista, com três outros candidatos, visitou a Feira de Nespereira, no concelho de Cinfães.

Depois da distribuição de propaganda, à tarde, realizada junto à porta de grandes e médias superfícies de Viseu, a jornada da CDU terminou com uma visita promovida pela Juventude a diversos locais de diversão da cidade.

Lavoura de Braga

Agostinho Lopes, Casais Baptista e Carlos Silva, candidatos da CDU por Braga, ouviram na sexta-feira passada as preocupações da Direcção da Associação de Defesa dos Agricultores do Distrito de Braga, nomeadamente sobre a queda do rendimento dos agricultores, a injusta distribuição dos subsídios comunitários, a saída de muitos agricultores do sistema de segurança social e a desvalorização da produção nacional face à importada.

No plano regional, foram destacadas as preocupações relativamente à sanidade animal, à continuação da importação de grandes quantidades de vinho sem qualidade e à falta de eficácia no combate aos fogos florestais. A delegação da CDU deu conta do trabalho realizado pelos seus deputados e apresentou algumas das suas linhas programáticas para a agricultura.

Apoio à Emigração

No domingo passado, António Topa, candidato da CDU pelo círculo da Europa, defendeu a criação de um Fundo de Apoio à Emigração, alimentado com 1% da verba que o Estado Português arrecada sobre os juros resultantes dos depósitos dos emigrantes.

Em 1998 o valor destes depósitos atingiram os 2.757 milhões de contos. António Topa, tomando como referência as contas a prazo a mais de três meses, que produzem 55 milhões de contos de juros por ano, diz que se o Estado retirar 1% dos 11,5% (seis milhões de contos) de IRS que aplica sobre esta soma, pode, sem criar um novo imposto, obter um fundo de 550 mil contos para responder a situações de carência. A proposta foi feita durante uma jornada de esclarecimento, realizada no sábado no mercado de Villette, que terminou com o candidato a apelar ao voto na CDU, como única forma de impedir que na emigração tudo fique na mesma.

Viana do Castelo Dar voz às populações na AR

Paredes de Coura, Monção, Valença e Arcos de Valdevez foram concelhos do Alto Minho visitados recentemente por João Duarte, cabeça de lista da CDU por Viana do Castelo às próximas legislativas.

O diálogo não podia ter sido mais frontal e esclarecedor com as forças vivas daquelas terras de invulgar beleza e gente abnegada e laboriosa, mas o que ouviu e observou configuram um panorama de rasar o desanimador: rios poluídos, centros de saúde com falta de médicos e enfermeiros, ausência de condições para o investimento empresarial...

Acompanhado por outros candidatos e dirigentes do PCP, João Duarte começou o circuito por Pare-

des de Coura, onde foi cordialmente recebido na Cooperativa Agrícola e Centro de Saúde, tendo também trocado ideias com os empresários sediados na Zona Industrial.

Descendo ao Coura – ainda há pouco um dos rios mais ricos do país –, deparou-se com um quadro triste: em muitos pontos do rio, peixes mortos, de barriga para o ar, devido à poluição que resulta dos químicos necessários à agricultura que escorrem para o rio sem qualquer tratamento.

Évora Combater desertificação e desemprego

Na presença de candidatos, responsáveis e muitos apoiantes, Lino de Carvalho, cabeça de lista da CDU por Évora, apresentou na sexta-feira passada, em Estremoz, 16 prioridades que constituem «16 compromissos e propostas que asseguram desenvolvimento, emprego, bem estar, qualidade de vida, certeza no futuro de um Alentejo e de um distrito de Évora melhores».

Depois de referir a prestação de contas ao eleitorado, feita pela CDU há cerca de dois meses, Lino de Carvalho criticou as outras forças políticas por não o terem feito, considerando que o folheto editado pelo PS «à última da hora» é a reprodução do boletim que o Governo Civil editou com obras alegadamente feitas pelo Governo e já desmentidas na generalidade pelas autarquias.

O candidato da CDU denunciou ainda a confusão que o PS tem alimentado entre o partido e o Estado, apresentando como exemplo flagrante desse comportamento a instrumentalização da função de ministro feita pelo seu cabeça de lista.

O Manifesto Eleitoral da CDU reafirma que «o Alentejo não está condenado à desertificação e ao desemprego», nem a ter «uma taxa de desemprego que é o dobro da média do País». Bem como as famílias alentejanas «não estão condenadas a terem um rendimento de 34 pontos percentuais abaixo do rendimento da região mais desenvolvida, Lisboa».

Para Lino de Carvalho, «uma ou outra obra concreta realizada pelo Governo não fez o desenvolvimento do Alentejo», sendo neste contexto que a CDU apresenta as suas 16 prioridades e compromissos. Compromissos que vão da garantia para o Alentejo, no III Quadro Comunitário de Apoio, de pelo menos 855 milhões de contos, à concretização dos grandes projectos públicos de investimento, à criação de uma rede regional de Cuidados de Saúde com a construção de um novo hospital regional ou ao combate à toxicoddependência.

CAMARADAS FALECIDOS

Álvaro Simões Custódio

Com 74 anos, faleceu recentemente o camarada Álvaro Simões Custódio, activista na Organização de Freguesia do Seixal e membro da Comissão Local do Bairro Manuel André. Foi sócio fundador da colectividade Portugal Cultura e Recreio e ex-trabalhador da Mundet. No seu funeral compareceram muitos amigos, ex-companheiros de trabalho e camaradas do Partido que, pela voz de Joaquim Arnaud, ali lhe prestaram uma última e justa homenagem.

Laura do Carmo

Faleceu, no passado dia 9 de Setembro, com 60 anos de idade, a camarada Laura do Carmo. Militante do Partido há mais de 20 anos, foi funcionária do PCP entre 1980 e 1992, tendo desempenhado funções administrativas sempre com grande dedicação, rigor e sentido de responsabilidade.

Luís Tomé Pardal

Faleceu, no dia 11 de Setembro, em Leiria, o camarada Luís Tomé Pardal, de 51 anos de idade.

Militante do Partido desde 1974, pertencia à Organização Concelhia de Leiria. Foi dirigente do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Leiria entre 1991 e 1997.

Togo Batalha

Faleceu no passado dia 15 de Setembro, com 95 anos de idade, o camarada Togo Batalha, um dos mais antigos militantes do Partido. Com um passado político marcante, dele se destaca a sua deportação em Timor, na década de 30, e longos anos de prisão política.

Viriato Rodrigues Pernetá

Faleceu recentemente o camarada Viriato Rodrigues Pernetá, natural de Castelo Covo, Valença. Militante do Partido desde o 25 de Abril, destacou-se em numerosas lutas e estava organizado na freguesia de Santo Condestável, Lisboa.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Em Monção, João Duarte esteve na Adegas Cooperativas produtora do famoso *Alvarinho*, no Centro de Saúde – onde há 3000 utentes sem médico de família –, na Câmara Municipal e na Associação Comercial.

José Baptista, presidente da Adegas, informou estar a bater-se pela preservação do nome e qualidade do *Alvarinho*. «É que já há quem o faça no Vale do Sousa!», referiu, com compreensível apreensão.

«A nível do Vale do Minho, exceptuando Cerveira, não há zonas industriais para acolhimento das empresas que ali queiram instalar-se. Os empresários, designadamente os de Monção, não investem na região, por ausência de infraestruturas. Logo numa zona que tanto carece da vitalidade do tecido empresarial, seja para acabar com o desemprego, seja para lançar uma indústria com bases sólidas», concluiu João Duarte, após ter visitado a União Empresarial do Vale do Minho, que congrega as associações de Valença, Cerveira, Paredes de Coura e Melgaço.

Beja Por uma nova reforma agrária

O cabeça de lista da CDU por Beja, Rodeia Machado, considera que o voto na CDU é a única forma de «meter um travão no PS» e evitar a viragem dos socialistas à direita.

A afirmação foi feita durante uma conferência de imprensa promovida, na sexta-feira passada, pela CDU para apresentação das propostas que tem para o distrito, referentes aos vários sectores sociais e económicos do Baixo-Alentejo.

Os candidatos da CDU, que esperam conseguir conquistar o voto do eleitorado para «evitar o poder absurdo de um só partido, o PS», criticaram a perda de um deputado por Beja – três nestas eleições, quando nas eleições anteriores eram quatro os que este círculo eleitoral elegia.

«O distrito continua a ser flagelado por graves problemas e o facto de termos perdido um deputado, fruto da desertificação contínua, deita por terra o discurso cor de rosa do Governo que tem afirmado ter resolvido muitas das carências da região», acusou Rodeia Machado.

A par da denúncia feita à política neoliberal do PS, Rodeia Machado, ao longo do seu discurso, foi apresentando as propostas da CDU para a região: mais descentralização, melhor saúde, incentivos fiscais para a fixação de empresas, defesa da regionalização, Plano Integrado de Desenvolvimento, entre outras.

Em Arcos de Valdevez, o cabeça de lista da CDU esteve na Cooperativa Agrícola, Associação Comercial e *Valdelima*, uma cooperativa de horticultura e fruticultura já com 20 associados, que o entusiasmou, por se tratar de um projecto novo e de uma experiência inédita no campo da comercialização de produtos agrícolas. Para João Duarte é, porém, «inadmissível, sobretudo face à insistente propaganda do Governo neste capítulo, que haja projectos de instalação de novos agricultores que estão parados há anos».

A conclusão da visita é irrefutável: os sucessivos deputados que têm passado pela Assembleia da República nada têm feito por Viana do Castelo, um distrito litorâneo que acusa índices de desenvolvimento característicos das regiões do interior. É imperioso, portanto, que as populações do Vale do Lima e Vale do Minho elejam um representante da CDU para o Parlamento, necessidade reconhecida mesmo pelas organizações, e foram muitas, que João Duarte contactou nesse seu belíssimo périplo minhoto.

Mas a principal exigência da CDU para estas legislativas vai no sentido de uma «nova reforma agrária» para o Alentejo, como forma de impedir que «os dinheiros de Alqueva favoreçam apenas uns quantos»: «Em relação a Alqueva é fundamental privilegiar a sua estruturação fundiária de modo a permitir uma nova reforma agrária», disse o cabeça de lista da CDU, explicando que, segundo estudos do ministério da Agricultura, os regadios «não deverão ter mais de 50 hectares».

«Não se pode permitir regadios como os estão a ser feitos em Ferreira do Alentejo, alguns em propriedades com mais de dois mil hectares», contestou.

Língua portuguesa na Alemanha

Comissões de pais e professores de diversas áreas consulares na Alemanha vão encetar acções de protesto para exigir que o Ministério da Educação negocie o seu «caderno reivindicativo». Esta decisão surgiu na sequência de uma reunião realizada no dia 18, em Colónia, com o Conselheiro das Comunidades Portuguesas, António Jorge Oliveira, para análise da actual situação do ensino da língua e cultura portuguesa na Alemanha.

Criticada por pais e professores é sobretudo a atitude evidenciada pelo Ministério da Educação, que continua não apenas a ignorar o «caderno reivindicativo» como mantém uma total recusa ao diálogo.

Na origem deste movimento, cujos protestos têm vindo a subir de tom, está o desinvestimento e a desresponsabilização do Governo português pelos cursos das áreas consulares de Dusseldorf, Frankfurt e Osnabruck, áreas onde não há nem critérios nem habilitações definidas para a colocação de professores.

Loures tem nova escola

Cerca de 400 crianças da freguesia de Santo António dos Cavaleiros dispõem desde a passada semana de uma nova Escola Básica Integrada, com as valências do 1.º ciclo do ensino básico e jardim de infância. Segundo uma nota da Câmara Municipal de Loures, este novo equipamento escolar, localizado junto à Escola Secundária de Santo António dos Cavaleiros, teve um custo de 530 mil contos e tem disponível para as crianças do 1.º ciclo 12 salas de aulas. Para as crianças do jardim de infância encontram-se prontas a utilizar três salas de actividades. A área de construção da escola é de cerca de 3300 m² e inclui, além das salas de aula e de actividades, ginásio, refeitório e zona de gestão, sendo ainda de realçar a área afectada a espaços exteriores – cerca de 8.200 m² – composta por zonas verdes, espaços pavimentados, campos de jogos e dois aparelhos de parque infantil.

Seixal abre novo ano lectivo

A Câmara Municipal do Seixal assinala amanhã, dia 24, o arranque do novo ano lectivo, com uma recepção à comunidade educativa. O acto, que deverá contar com a presença de cerca de mil pessoas, segundo os organizadores, decorre no restaurante Quinta Valenciana, em Fernão Ferro, com uma sessão-convívio entre eleitos e técnicos das autarquias, professores, educadores, auxiliares de acção educativa, associações de pais e demais representantes das instituições educativas.

Do programa consta ainda um momento musical a cargo do grupo de música popular portuguesa Brigada Victor Jara e do grupo timorense «Ta Ta Mai Lau».

Convicto da importância deste tipo de encontros, o Município do Seixal deseja que eles tenham continuidade ao longo do ano, por forma, como diz em nota aos órgãos de comunicação social, a «dar rosto aos projectos educativos da Câmara Municipal, das escolas ou outras entidades que, em conjunto, tem sido possível concretizar através do Plano de Acção Cultural».

Turismo na Costa Azul

Uma «Escapadinha de três dias na Costa Azul» é o lema de uma campanha promocional inserida na «Semana da Costa Azul, que decorre durante toda esta semana. Partindo da Região de Turismo Costa Azul, esta iniciativa inclui três percursos distintos que visam facilitar as visitas a pontos turísticos de interesse, através de circuitos que permitam um conhecimento integrado da região.

Um desses percursos previamente definidos prende-se com «História e Património», nele se incluindo programas à beira Tejo, ao longo da Arrábida e sobre a História do Sul. «Praias e Mares» e «Natureza e Ambiente» são as outras propostas alternativas para os interessados, que poderão beneficiar de alguns descontos mediante a aquisição de um cartão de hospedagem, disponível nas unidades hoteleiras aderentes. Passeios de barco, observação de golfinhos no estuário do Sado, exposições, concertos, mostras de artesanato, gastronomia e actividades equestres completam o leque de propostas para os diversos programas da «Escapadinha de três dias na Costa Azul».

XI Congresso do Alentejo Região não pode ficar nas margens do desenvolvimento

Com o desenvolvimento da região a dominar boa parte dos seus trabalhos, decorreu entre sexta-feira e domingo passados, em Santiago do Cacém, o XI Congresso do Alentejo. A necessidade de descentralização de competências para as autarquias e serviços desconcentrados da administração local foi outro dos temas que ocupou a atenção dos mais de quatrocentos participantes.

«A descentralização vai permitir o aumento directo do investimento, mas vai também criar um maior poder reivindicativo da região perante as instâncias nacionais e comunitárias, que se traduzirá de novo no reforço do investimento», garante, em documento, o secretariado do Congresso, constituído pelos municípios de Portalegre, Évora, Beja, Sines e Santiago do Cacém, pela Universidade de Évora, pela Associação de Defesa de Alqueva e pela Casa do Alentejo.

Em intervenção proferida na sessão de abertura, Abílio Fernandes, presidente da Câmara Municipal de Évora, em nome da estrutura organizadora, lembrou que o debate foi preparado de «forma democrática», tendo realçado, como novidades, o alargamento das personalidades convidadas, o envolvimento de órgãos autárquicos (com destaque para as freguesias), e a própria importância dada à divulgação do Congresso, com apelos à participação junto de públicos não pertencentes a organismos institucionais.

A abertura oficial do Congresso, que decorreu sob o lema «Descentralizar, Investir,

nais» como forma de garantir o futuro numa região cuja economia continua nos «limites da sobrevivência».

Sublinhado pelo autarca foi ainda o «entusiasmo» existente em torno de alguns dos projectos em curso - empreendimento de Alqueva e aproveitamento do Porto de Sines -, mas acrescentou que considera urgente a sua avaliação «na óptica do seu pleno aproveitamento para a região».

Por si salientado foi ainda o facto de a região continuar

paralisante do seu desenvolvimento».

Anotada pelo autarca, com «alguma desilusão», foi ainda a ausência do Presidente da República e do Primeiro-Ministro. Depois de classificar o Alentejo como «causa nacional», referiu que «a sua presença seria sem dúvida um sinal de envolvimento e de empenho», que «poderia alterar as posturas de silêncio e de desinteresse que o Alentejo tem merecido por parte dos vários Governos».

Desenvolver - Uma Aposta no Futuro», foi antecedida por um minuto de silêncio em solidariedade com o povo de Timor-Leste, proposta por Ramiro



O futuro do Alentejo passa por políticas e investimentos que potenciem os enormes recursos da região

Beja, presidente da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, na qualidade de anfitrião dos trabalhos.

Na sua intervenção, o presidente da edilidade defendeu a definição e concretização de «políticas e investimentos regio-

«na senda da desertificação e do despovoamento, sem condições de auto-regeneração demográfica». Nessa medida, alertou, «só uma nova capacidade de fixar e atrair populações alterará este quadro negativo, mesmo dramático,

No decorrer dos três dias de trabalhos foram ainda objecto de debate temas como «Agricultura e Ambiente», «Educação, Formação, Cultura e Património», «Investimento e Opções Estratégicas», «Saúde e Acção Social», «Descentralização e Poder Local».

Em Viseu Bispo e povos serranos em defesa dos baldios

Na sequência de uma reunião conjunta, o Secretariado dos Baldios do Distrito de Viseu (Balflores) e o Bispo de Viseu, António Monteiro, divulgaram, faz hoje oito dias, uma posição em defesa das terras comunitárias, «para o desenvolvimento e progresso das comunidades locais», em que são exigidos apoios do Governo.

«Este foi um encontro de grande interesse onde foram trocadas impressões sobre a gestão dos baldios pelas populações e o papel que os baldios têm desempenhado e deverão continuar a desempenhar para o bem estar e o progresso dos povos serranos», considerou, no final, Manuel Rodrigues, do Secretariado.

Este dirigente adiantou que, no entender da Balflores e do Bispo de Viseu, «os baldios são

e podem ser ainda mais um factor de travagem ao empobrecimento e desertificação das comunidades rurais no âmbito de uma economia familiar e de montanha».

Salientado por Manuel Rodrigues, da reunião havida entre o prelado e a Balflores, foi ainda o entendimento sobre «a necessidade de continuar a defender esta forma comunitária de propriedade numa sociedade que, cada vez mais, assume os valores individualistas como padrão absoluto de vida e em que as assimetrias sociais entre a grande riqueza e as crescentes manchas de pobreza, também no mundo rural, tendem a aumentar».

Ambas as partes estiveram também de acordo quanto à necessidade de apoios e de atenção a esta realidade «por

parte dos organismos oficiais e a sua dinamização para a defesa e aproveitamento dos baldios e seus recursos pelas comunidades rurais».

Algumas das possibilidades de rentabilização económica, recorde-se, são a exploração da madeira, granito, água, locais de lazer e desporto ao ar livre.

No distrito de Viseu, segundo Manuel Rodrigues, existem «mais de uma dezena» de sedes de associações culturais e desportivas e equipamentos de uso comunitário construídas com o produto da exploração de baldios que estão a ser dinamizados pelas populações serranas.

Para aquele dirigente é ainda «urgente que, no contexto do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA), o Governo entenda a necessidade de encarar ofi-

cialmente os apoios exigidos a estas populações».

«Não serão, de forma alguma, as populações das serras, que estão depauperadas, a poder avançar com os investimentos necessários para a revitalização da exploração dos baldios», sustentou, adiantando que «só no distrito de Viseu (500 mil habitantes) existem 120 comunidades de exploração de terras baldias com uma média de 400 pessoas por comunidade», abrangendo cerca de 58 mil pessoas.

A «urgência» invocada por Manuel Rodrigues surge pela «consciência de que, se o Governo não acordar rapidamente para esta questão, poderá ser tarde e muitos milhares de pessoas partirão para outros locais à procura de melhor vida, sobrecarregando a já sobrepopulada faixa do litoral português».

TRABALHADORES

Adubos do Barreiro

Pela mão do PS, o grupo Mello e a Sapec anunciam o encerramento das fábricas de adubos do Barreiro e atiram mais de meia centena de trabalhadores para o desemprego, acusam as organizações representativas do pessoal da Adubos de Portugal (ex-Quimigal Adubos). Num comunicado que divulgaram na semana passada, as ORTs reafirmam que «tinham razão os trabalhadores», quando acusaram o Governo PS de favorecer o grupo José de Mello e a Sapec, quando da «privatização fraudulenta» da ADP. O grupo «primou pela falta de um plano estratégico para os adubos, limitando-se a propor 4 milhões de contos de investimento, os quais foram totalmente canalizados para rescisões de contratos». A população «não pode ficar indiferente» à política de destruição das unidades produtivas, que penaliza fortemente os trabalhadores, nem à acção dos «compinchas do Governo PS, o patronato fraudulento e oportunista, que condena à fome e à miséria dezenas de trabalhadores», apela as ORTs da ADP.

Artur Lemos

Ao regressarem de férias, no dia 13 de Setembro, os cerca de 30 trabalhadores das Confecções de Camisas Artur Lemos, no concelho de Guimarães, foram impedidos de entrar ao serviço. Os trabalhadores, na sua maioria mulheres, têm por receber os salários de Agosto e os subsídios de férias e decidiram realizar uma vigília de protesto e denúncia frente à residência dos administradores da empresa. Numa reunião realizada no Ministério do Trabalho, por solicitação do Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes, o administrador alegou que a empresa não tem viabilidade e, até ao dia da vigília, não tinha apresentado nenhuma proposta de resolução do problema. «Pelo contrário, os factos que nos têm sido relatados pelos trabalhadores indiciam um comportamento altamente condenável», protestou o sindicato, em nota à comunicação social.

Orfama

No posto clínico da Orfama voltou a ser possível obter receituário do Serviço Nacional de Saúde, caso o médico assim entenda, informou o Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes, que para a obtenção deste resultado efectuou diligências junto do Provedor de Justiça e do Ministério da Saúde. A Administração Regional de Saúde tinha deixado de atribuir vinhetas do SNS ao médico de trabalho da empresa, mas acabou por corrigir esta medida.

Possível concentração à porta de Ferro Rodrigues

Despedidos pela Lisnave exigem solução política

Os trabalhadores afastados compulsivamente insistem em recusar o despedimento, alertam para as situações dramáticas que estão a viver e afirmam-se dispostos a prosseguir a luta.

«Não se esqueçam de dizer que, quando fui despedida, estava grávida, no hospital, a ter a minha menina», recomendava uma trabalhadora, enquanto os membros da comissão representativa aguardavam a chegada à Casa do Alentejo de mais alguns jornalistas, para a conferência de imprensa de anteontem à tarde. Como ela, mais 165 trabalhadores foram, em Janeiro de 1986, arredados da Lisnave, num processo denunciado como persecutório e arbitrário, levado a cabo pela administração da empresa com o consentimento do então Governo de Mário Soares. O apoio do poder político às posições da empresa foi sublinhado nos anos seguintes e foi até quantificado nas dezenas de milhões de contos com que o Estado beneficiou o Grupo José de Mello, na chamada reestruturação da indústria naval. Aos trabalhadores, depois de uma vida de labor e sacrifícios, depara-se agora a perspectiva de reformas mínimas.

O caso dos despedidos de 1985 teve lugar depois de uma saída de 2037 trabalhadores, ultrapassando o acordo entre o Governo e a Lisnave, que previa uma redução de 1700 a 2 mil efectivos. Mas, mesmo assim, a administração «encetou um processo de selecção arbitrária e discricionária, para proceder a um despedimento de 146 trabalhadores», número que acabaria por chegar aos 166. Deixando de lado as exigências legais, não foram considerados critérios como a idade, a experiência, a antiguidade, os encargos familiares, a saúde. «Pela simples razão de se recusarem a assinar a sua desvinculação da empresa», na lista para o despedimento foram incluídos membros da comissão de trabalhadores, sindicalistas, casais, doentes profissionais, trabalhadores acidentados... Esta foi

uma «decisão injusta, politicamente direccionada e de torpedeamento da legalidade», acusam os despedidos.

Da Lisnave receberam os salários que tinham em atraso e «uns pós» que se recusam a apelar de indemnizações, «porque não aceitámos a rescisão». No estaleiro da Margueira, recorda-se nos documentos distribuídos aos jornalistas, «seguiram-se apoios financeiros e benefícios fiscais de grande envergadura, saídos do Orçamento de Estado, em favor dos Mellos; seguiu-se a entrada massiva de empreiteiros e empresas subcontratantes; e, mais recentemente, a administração da Lisnave veio a público proclamar a admissão de trabalhadores».

Mais de uma década de luta pela sobrevivência – que já tem no seu saldo sete suicídios e alguns casos de enlouquecimento – foi

O presidente do grupo BCP/Atlântico está a desencadear um ataque contra «regalias adquiridas há décadas, no âmbito dos serviços sociais, preparando-se para dar o golpe de misericórdia nas colónias de férias para crianças e nas estruturas hoteleiras para trabalhadores e familiares».

A denúncia foi feita pelos membros das listas unitárias que integram as estruturas representativas dos trabalhadores da banca, num comunicado que foi distribuído na Rua Augusta, em Lisboa. Intitulado «De bancário a banqueiro, Jardim Gonçalves

CTT querem forçar o fim das tolerâncias

Responsáveis dos CTT, na semana passada, pressionaram trabalhadores da empresa para assinarem uma «declaração de concordância», na qual os funcionários afirmariam ser «do nosso próprio interesse a dispensa dos intervalos de descanso, passando assim a cumprir uma prestação ininterrupta do trabalho diário».

A denúncia foi feita pelo Sindicato Nacional dos Correios e Telecomunicações, que considerou este procedimento como «vergonhoso» e demonstrativo

de que a honestidade «não faz parte» dos atributos da gestão dos CTT no tratamento com os trabalhadores. O SNTCT recomendou aos funcionários que não assinem tal declaração «seja a que título for», e que remetam os portadores da proposta para a direcção do sindicato. «A eliminação de algumas tolerâncias, e não pausas, bem como a redução do horário e a sua implementação têm que ser negociadas com o SNTCT», sublinha-se num comunicado aos trabalhadores.



Os trabalhadores consideram-se «no activo da Lisnave» e não aceitam ser despedidos por motivos políticos

anteontem sublinhada com a reafirmação da recusa em aceitar o problema como um caso consumado. A comissão de representantes, eleita em Janeiro de 1998, já bateu a todas as portas, onde podia haver alguém com responsabilidade, designadamente nos órgãos de soberania. Exigem medidas de

excepção, como tem sucedido noutros casos semelhantes, mas apenas têm obtido declarações de compreensão. O despedimento político não teve ainda a reclamada solução política.

Anteontem mostraram-se desgostosos por ainda não terem sido recebidos na Presidência da Repú-

blica, nem no Ministério do Trabalho e Solidariedade. Se tudo continuar como está, na próxima terça-feira vão concentrar-se à porta do ministro Ferro Rodrigues, na Rua Rosa Araújo. Aos futuros deputados e governantes vão já deixando o recado: «Contem conosco, só queremos justiça!»

Jardim Gonçalves ataca colónias de férias

ataca de novo», o documento recorda o percurso do patrão da finança, apontado como «terrorista laboral, travestido de mecenas e humanista». «Assim que despiu o fato de bancário e enfiou a cartola de banqueiro no BCP», lembram os eleitos unitários, Jardim Gonçalves «rejeita a admissão de mulheres e introduz, ostensivamente, o estatuto de escravo do final do século XX, obrigando à disponibilidade total do trabalhador para o banco, sem pagamento do imenso trabalho suplementar e com um esquema remuneratório arbitrário».

Mais tarde, «quando agarra o Banco Português do Atlântico», o «terrorista do mundo do trabalho» desencadeia uma ofensiva

em várias frentes: «elimina largas centenas de postos de trabalho, empurrando os trabalhadores para as reformas prematuras; admite jovens em regime de trabalho precário, sem direitos e a ganhar umas parcas centenas de escudos por hora; recusa-se a assinar a contratação colectiva, depois de livremente negociada, e a cumpri-la, mesmo após a publicação de uma portaria de extensão; obriga os trabalhadores a desistirem do sistema de saúde dos bancários (SAMS) e a descontarem para o sistema do seu grupo financeiro, através da Medis».

No rol das acções de Jardim Gonçalves contra os bancários do BCP/Atlântico surgem também cortes de direitos, regali-

as e salários a representantes dos trabalhadores, que foram ameaçados disciplinarmente, e a ordem para fechar as instalações da Comissão Nacional de Trabalhadores; o corte significativo das verbas atribuídas ao Grupo Desportivo dos Trabalhadores.

Os membros das listas unitárias, ao denunciarem o novo ataque de Jardim Gonçalves, exigem «justiça para os trabalhadores do Grupo BCP/Atlântico e reclamam «a intervenção das instituições que têm a responsabilidade de salvaguardar os interesses dos clientes bancários, que continuam desprotegidas e a ser vítimas da exploração dos banqueiros».



Depois da discriminação das mulheres, da redução de efectivos e do ataque cerrado contra importantes directores dos bancários, Jardim Gonçalves tem na mira as colónias e instalações hoteleiras (foto de arquivo)

TRABALHADORES

Enfermeiros em greve contra diploma de risco

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses convocou para ontem uma greve nacional, como forma de protesto contra o projecto regulamentar do Governo sobre risco, insalubridade e penosidade na profissão.

Para o SEP, o projecto «ultrapassa as piores expectativas dos enfermeiros». Além de não considerar a enfermagem como profissão de risco, o Governo quer declarar, em alguns serviços, penosidade alta, média ou baixa e, mesmo assim, as poucas compensações que seriam atribuídas ficariam dependentes da decisão dos conselhos de administração e de um exercício efectivo e contínuo dos enfermeiros nos ditos serviços (que contraria o princípio da mobilidade dos enfermeiros nas instituições de saúde). No projecto do Governo, apenas a alta e média penosidade seriam compensadas com reduções de dois anos ou um ano no tempo para aposentação.

Absurdo, fraude e vergonha são as palavras que expressam a indignação do sindicato, que salienta ser a enfermagem uma profissão constantemente sujeita a penosidade, insalubridade e risco, que se mantêm mesmo quando melhoram as condições de trabalho e «cujas consequências são tanto mais graves, consoante a frequência que se regista».

O SEP recorda que, nos acordos de Março de 1998 e Maio de 1999, o Governo aceitou a majoração do tempo de reforma e a criação de um seguro profissional como formas de compensar o risco e a penosidade inerentes à profissão. O sindicato não aceita o projecto regulamentar «nem, muito menos, que o aprove sem a necessária negociação com o SEP, como aliás pretendem fazer» no Conselho de Ministros de hoje.

A greve foi convocada a 8 de Setembro e confirmada após uma reunião dos coordenadores das 16 direcções regionais do sindicato, na passada quinta-feira. Nas exigências do SEP, quanto a esta matéria, figuram a reforma aos 30 anos de serviço, um seguro profissional e um subsídio de risco – a aplicar a todos os enfermeiros.

Professores contratados

A Fenprof convocou para ontem à tarde, em Lisboa, uma marcha de professores que, alguns milhares ao fim de vários anos de serviço, continuam com o vínculo precário de contratados, sofrendo situações de desemprego.

A marcha, com percurso entre o Largo do Rato e a sede do Conselho de Ministros, teve por objectivo exigir ao Governo o cumprimento das promessas feitas: atribuir aos professores o subsídio de desemprego nas condições previstas para os restantes trabalhadores e vincular os professores após dois contratos, com prevê a lei geral.

Guardas florestais

Para exigirem a actualização do suplemento de risco (que, por lei, deveria ter sido feita há cerca de um ano), a revalorização da carreira (como sucedeu no início do ano com o regime geral da Função Pública) e a regularização do pagamento das ajudas de custo (afectado, desde há cerca de um ano, por dificuldades orçamentais da Direcção-Geral das Florestas, e que tem agora um atraso de seis meses), os guardas florestais vão estar em greve no dia 3 de Outubro (abertura da caça), anunciou a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública.

Borealis anuncia despedimento

A Fequimetal/CGTP afirma que a intenção de despedir 35 trabalhadores, anunciada anteriormente pela Borealis, «não tem qualquer fundamento legal, uma vez que os postos de trabalho não são para extinguir». Para a Federação Intersindical da Química e Metalurgia, «o que a Borealis pretende é entregar serviços a empreiteiros e substituir trabalhadores «incómodos» por outros, a quem não é permitido defender os seus mais elementares direitos». Ou seja, «em vez de despedimento colectivo, o

que a administração da Borealis quer é consumir um processo de despedimentos selectivos».

A federação informa que os trabalhadores «vão debater a situação e decidir as acções de luta necessárias à defesa dos postos de trabalho» e, desde já, responsabiliza o Governo e a Inspeção do Trabalho de Setúbal pela situação; a Inspeção «nunca actuou, sempre que foi solicitada a intervir», enquanto o Governo «tem apadrinhado e dado apoio às medidas mais nefastas da Borealis».

Apontando reivindicações para o ano 2000

Trabalhadores destapam o negro na legislatura cor-de-rosa

Depois do Conselho Nacional da CGTP-IN, as reivindicações para o próximo ano são discutidas nas regiões e nos sectores. Ao mesmo tempo que reafirma a justiça de exigir aumentos de 6 por cento e nunca inferiores a 5 mil escudos, o debate nas estruturas sindicais aponta injustiças e problemas e alerta para perigos que persistem, numa altura em que governantes e candidatos tentam cobrir a memória dos trabalhadores com promessas cor-de-rosa, semelhantes às que foram feitas em 1995 e continuam por cumprir.

A par da solidariedade com o povo de Timor Lorosae (que tratamos noutras páginas desta edição), os plenários distritais de sindicatos realizados, na semana passada, em Lisboa, no Porto, em Setúbal, em Braga e em Beja tiveram como nota comum fortes críticas à acção do Governo de António Guterres, sob o pano de fundo da discussão das reivindicações para o ano 2000.

O contexto económico que marcou a sétima legislatura – salienta-se nas conclusões saídas do Porto e de Setúbal – poderia ter resultado numa melhoria significativa das condições de vida e de trabalho da generalidade dos trabalhadores, mas para tal faltou vontade política, no plano interno e comunitário.

Esta, pelo contrário, foi orientada para a satisfação dos interesses do grande capital, afirmaram os dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores que, no dia 16, reuniram em Setúbal. Feitas as contas, por exemplo, ao rendimento mínimo garantido, este mereceu cerca de cem milhões de contos nos últimos 4 anos. Mas os 50 portugueses mais ricos, no mesmo período, aumentaram a sua riqueza em 1329 milhões de contos!

O Governo, «nas questões principais, esteve com os interesses dos senhores do grande capital», concluíram os participantes no plenário do Porto, dia 15, apontando, designadamente, «as privatizações, o crescimento do trabalho precário, a moderação salarial, o bloqueamento da negociação colectiva, a ofensiva contra a legislação laboral, a falta de medidas contra a sinistralidade laboral, o pôr em causa a Segurança Social, o não combater a evasão fiscal».

«As opções políticas do Governo, em diversos domínios, não só foram contrárias às promessas eleitorais, como deram continuidade a aspectos essenciais da política de direita de Cavaco, derrotada nas eleições», acusa-se na resolução de Setúbal, indicando o exemplo do pacote laboral. Também é referida a ofensiva contra a Segurança Social. «Praticamente em todas as matérias graves da área laboral, foram

concertadas posições do PS com o PSD e o CDS/PP», regista-se na resolução. Quanto à «tão apregoada redução do desemprego», ela «não passa, afinal, de aumento da precariedade no emprego, de ocupação temporária de desempregados e de limpeza de ficheiros», enquanto «estão mais de 1500 postos de trabalho em perigo» nas empresas Indelma, grupo Valério, ADP e Norporte.

«Não devemos esquecer a afirmação, já feita por alguns membros do Governo, de na próxima legislatura não desistirem na tentativa de implementação de propostas de lei

gravosas, tais como a redução do número de dias de férias, a alteração do conceito de retribuição e a entrada do sector financeiro no sistema da Segurança Social», previne-se na resolução político-sindical aprovada em Lisboa, no dia 16.

O documento defende que «é possível vivermos melhor», para o que «é necessária outra política económica, que valorize o social, que tenha como objectivo central as pessoas e não o capital, que assegure a concretização dos direitos dos trabalhadores». Foi considerada «prioritária a ligação aos locais de trabalho e aos trabalhadores», para o que, no quadro da acção reivindicativa para o ano 2000, bem como do aniversário da CGTP, deverão ser promovidos plenários e reuniões de empresa, entrega de cadernos reivindicativos, eleição de delegados sindicais e outros representantes dos trabalhadores, o aumento da sindicalização.

Nas eleições de 10 de Outubro, os trabalhadores «deverão

apoiar aqueles que, na AR, ao longo dos anos e de forma coerente, têm estado em todos os momentos ao seu lado, dando garantias políticas de que, com firmeza e seriedade, continuarão a defender os trabalhadores e a melhoria das suas condições de vida», apela-se no documento.

Cimeira

Aumentos salariais médios de 6 por cento, que para nenhum trabalhador deverão ser inferiores a 5 mil escudos, constam da proposta reivindicativa para o ano 2000, aprovada dia 15, na cimeira de sindicatos da Frente Comum da Administração Pública. Defende-se ainda a urgente correcção das injustiças e distorções do sistema de carreiras e a valorização de todos os índices salariais em 10 pontos.

A proposta reclama estabilidade de emprego e defesa dos serviços públicos, bem como o respeito pelos direitos dos trabalhadores.



Os trabalhadores vão hoje levar os seus protestos ao local onde reúne o Conselho de Ministros (foto de arquivo)

Administração Local vai hoje aos ministros

A reunião de hoje do Conselho de Ministros vai ter por companhia, na rua Gomes Teixeira, uma concentração nacional de trabalhadores da Administração Local, convocada pelo STAL e o STML para «lembrar ao Governo as promessas e os compromissos assumidos há quatro anos».

As estruturas da CGTP neste sector querem ainda, com esta acção, reafirmar «a necessidade impreterível de serem levadas a cabo, antes do processo eleitoral que se avizinha, algumas medidas que há muito se exigem». Na nota divulgada anteriormente aos jornalistas, os sindicatos referem a revisão salarial intercalar (com um aumento mínimo de 5 mil escudos para cada trabalhador), a regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco, a atribuição de 10 pontos de valorização aos trabalhadores prejudicados com a revisão

das carreiras, e a uniformização das mudanças trienais de escalão.

Os sindicatos prevêem que a concentração venha a juntar «alguns milhares de trabalhadores», sob a palavra de ordem «o prometido é devido». O STAL e o STML notam que estamos «numa altura em que se vai assistindo ao acentuar da tentativa de valorização de uma política cujo saldo é francamente negativo, numa altura em que se renovam promessas nunca cumpridas».

No balanço de «quatro anos de desilusão» face à acção do Governo PS, os sindicatos referem os baixos salários (46 por cento dos trabalhadores do sector ganham menos de 94 contos), a duplicação da diferença entre o índice 100 e o salário mínimo nacional, a continuação do emprego precário.

TIMOR

Crimes contra a Humanidade denunciados em Estrasburgo



«O que se tem vindo a passar em Timor Leste só tem uma qualificação: crimes contra a Humanidade; violação do mais básico dos direitos humanos: o direito à vida». Este o alerta lançado, terça-feira passada, em Estrasburgo, pelo deputado do PCP Lino de Carvalho, na sessão da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, onde decorreu, por proposta da delegação portuguesa, um debate de urgência sobre Timor-Leste.

Lino de Carvalho, que falou também em nome do Grupo de Esquerda, começou por um breve inventário «dos horrores que a Indonésia fez abater sobre o povo timorense» e lembrou que «a vaga de terror e barbárie conduzida pelas forças armadas da Indonésia e grupos pró-integracionistas, denominados milícias (estritamente ligados, orientados e armados pelo exército indonésio, cujos membros são, eles próprios, membros das milícias) tem-se vindo a traduzir em milhares de mortos, execuções sumárias, expulsões e deslocamentos forçados de populações para campos de deportados em Timor Ocidental, destruição praticamente total da capital de Timor Leste, Dili e muitas outras localidades através de incêndios e pilhagens, sendo que o produto das pilhagens é depois guardado nos quartéis da polícia e do exército».

O deputado comunista, sublinhou, em particular, a situação dos deportados e refugiados.

«Nos campos de deportados, aos quais não tem sido permitido o acesso de quaisquer organizações humanitárias, as histórias são de horror: o embaixador canadiano na Indonésia, que conseguiu visitar alguns deles, constatou com

espanto que praticamente só havia mulheres, idosos e jovens com menos de 15 anos, o que confirma as notícias de que a Indonésia tem vindo a proceder a uma liquidação sistemática da população masculina timorense em idade activa. Violações de mulheres. Assassinados deitados ao mar e no fundo das lagoas. Mais de 100 mil refugiados nas montanhas a sofrerem e a morrerem de fome, sede e falta de medicamentos. Mais de 200 mil deportados.»

Após lembrar a luta do povo timorense e os factos mais recentes, Lino de Carvalho sublinha a urgência da solidariedade: «Agora o momento é de salvar vidas», «o momento é de, todos, darmos as mãos, para salvar o que ainda é possível salvar».

Mas sem ignorar a realidade política em que o drama de Timor se tornou possível. «Nós estamos conscientes das fragilidades dos acordos de Nova Iorque em matéria de segurança; nós não desconhecemos que a ONU cometeu um erro de avaliação muito grave e ignorou os relatórios de responsáveis da UNAMET que tinham tido acesso, antes do referendo, ao plano de massacres; nós não ignoramos a cumplicidade de muitos

países, como os EUA, na ocupação ilegal de Timor Leste em 1975 e no fornecimento de armamento e cooperação militar com a Indonésia. Nós não desconhecemos os interesses económicos e estratégicos que se movimentam naquela parcela do globo, os quais, infelizmente, pouco têm a ver com os interesses do povo timorense. Nós sabemos disso tudo», sublinhou.

Na sua intervenção, o deputado comunista realça o papel decisivo da solidariedade, que «levou a ONU e grandes países a moverem-se», embora tardiamente, «16 dias depois do massacre se ter iniciado».

Lino de Carvalho considera mesmo que em Portugal «jamais se assistiu, depois da revolução de 25 de Abril de 1974, a uma manifestação de mobilização e unidade nacional como agora. Protestos diários, enormes manifestações, paralizações de todo o país, os portugueses vestidos de branco, etc. Também as forças políticas portuguesas se uniram e convergiram unanimemente na defesa da causa de Timor Leste».

Neste quadro, o deputado do PCP lança um apelo: «De solidariedade activa com Timor Leste e com o povo timorense; de manutenção da pressão sobre a Indonésia para que finalmente os timorenses tenham um país livre e independente onde possam aproveitar as belezas e as riquezas do território para construir uma vida de felicidade e de desenvolvimento, sem ingerências externas, onde tenham o direito a um futuro de paz e plena liberdade.»



Escritores portugueses solidários

«É tempo de intervir em Timor. Que o façam depressa. Imediatamente.» Este o apelo de mais de uma centena de escritores, em carta dirigida ao secretário-geral da ONU, e entregue a semana passada na representação das Nações Unidas em Lisboa por uma delegação composta por Teresa Horta, João de Melo, Lídia Jorge, Maria Velho da Costa e Urbano Tavares Rodrigues, como o «Avante!» oportunamente noticiou.

Na carta, os escritores abaixo-assinados afirmam que «tendo atingido o auge da indignação perante o genocídio do povo timorense após o referendo em

que o voto pela sua independência triunfou de forma inequívoca, vêm dizer publicamente que o Conselho de Segurança das Nações Unidas e a comunidade internacional, dizendo fazer respeitar a paz, a democracia e o direito dos povos à liberdade, estão, com a sua lentidão, a suicidar-se e a abrir assim caminho a um futuro em que apenas reinará a força e o poder económico como formas de governar o mundo».

Destacamos aqui alguns dos nomes dos subscritores deste abaixo-assinado, nomeadamente: Alberto Ferreira, Alice Vieira, António Borges Coelho,

António Ramos Rosa, António Tabucchi, Armando da Silva Carvalho, Eduardo Lourenço, Eugénio de Andrade, Fernanda Botelho, Fíamã Hasse Paes Brandão, Gastão Cruz, Hélia Correia, João de Melo, José Manuel Mendes, José Saramago, Luís Francisco Rebelo, Mário de Carvalho, Orlando da Costa, Sophia de Mello Breyner Andresen, Teolinda Gersão, Vasco Graça Moura, Virgílio Alberto Vieira.

A comissão promotora decidiu entretanto ampliar a recolha de nomes a enviar para a ONU e obter outros apoios internacionais.

Por Timor

■ Agostinho Lopes

Por Timor protestemos, gritemos, choremos, mas não ceguemos.

Houve um tempo em que o comunismo era o culpado de tudo o que de mal acontecia no mundo. E era desculpa para todas as atrocidades do capitalismo e do imperialismo. Era culpado das guerras e da corrida aos armamentos. Das ditaduras «boas» (porque apadrinhadas pelos EUA, como a da Indonésia) e das ditaduras «más» (porque não serviam os interesses do grande capital e dos EUA). Do terrorismo internacional. Da falta de apoio aos povos do Terceiro Mundo. Das alianças militares agressivas, como a NATO e a CENTO. Da fome e sede dos povos. Da vitória de Allende e da necessidade de ajudar Pinochet a sangrar o povo chileno. Das perseguições religiosas. Do que acontecia em Angola, Moçambique e Guiné. Da espoliação pelo Estado de Israel das terras dos palestinos.

Foi em nome da luta contra o comunismo que os Estados Unidos da América do Norte, pela voz e presença dos seus mais altos responsáveis, autorizaram, em 1975, a Indonésia a ocupar militarmente Timor, com a benção de algumas boas almas portuguesas (e não só). Ocupação levada a cabo pelas forças políticas e sociais ainda hoje no poder na Indonésia, mesmo que Suharto já não seja visível. Ocupação precedida por uma monstruosa carnificina, concretizada por Suharto e os seus homens durante o golpe de Estado que derrubou um governo legítimo, e em que afogaram em sangue o seu próprio povo, com a matança de mais de 600 mil comunistas. Matança que decorreu sem um protesto, um sobressalto, uma palavra dos sereníssimos e cristianíssimos governos ocidentais.

Matança planeada, organizada, realizada pelos mesmos que hoje ensoam de dor e lágrimas, morte e luto, a terra mártir de Timor.

Veio depois o tempo, segundo alguns, do fim da história e do fim das ideologias. Do fim da revolução e do comunismo. (Alguns à esquerda consideram mesmo que «um revolucionário hoje é um social democrata sério e com coragem»). E tudo ia ser um oásis de paz, de abundância, de solidariedade. De resolução pacífica dos conflitos, de democracia e de respeito pelos inalienáveis direitos dos povos a escolherem o seu destino.

Timor é um terrível muro na cabeça de todos os que estávamos entorpecidos, adormecidos, encandeados.

O raio sangrento que deixa a terra de Timor marcada a cadáveres faz luz, um clarão intensíssimo sobre a «nova ordem mundial» pós-comunismo.

Não foi a novidade absoluta. Mas espanta e aterroriza a brutalidade, a desfaçatez, a impunidade da força «fascista» dos restos (?) da ditadura Indonésia perante a passividade e cumplicidade dos preterentes a senhores e polícias do mundo. Já tínhamos assistido ao bombardeamento de todo um povo de um país independente, durante a noite de vários meses, por uma poderosa coligação militar a propósito de um conflito étnico (!) no interior das fronteiras desse país, e em nome do direito de «ingerência humanitária».

Já tínhamos assistido à transformação de algumas pobres instalações industriais em perigosíssimas fábricas de armas químicas e bacteriológicas para justificar uma chuva de mísseis sobre o Iraque e o Sudão.

Já tínhamos assistido à utilização, nessas «operações humanitárias», de armas construídas com

materiais radioactivos que, somadas a bloqueios de medicamentos e ajuda alimentar, provocam um cortejo terrível de mortalidade infantil, de fetos abortados, de bebés estropiados e doentes.

Já tínhamos verificado em Angola que os votos e as eleições são bons e democráticos, e merecem ser respeitados quando elegem os aliados e amigos do (velho) senhor do mundo.

Já tínhamos anotado, com os acontecimentos no Iraque e na Jugoslávia, que as decisões sobre conflitos internacionais passaram da ONU e dos seus órgãos - Secretário-geral, Assembleia Geral e Conselho de Segurança (?) para o «quero, posso e mando» do grupo dos sete países mais ricos do mundo. O chamado G7. Ou seja, o (volume do) capital arroga-se o direito de decidir em exclusivo dos destinos do mundo, marginalizando das decisões os países e povos pequenos, mais pobres, pouco desenvolvidos.

A democracia entre países e povos (mas não só) identifica-se agora com a capitalocracia.

Pesem os erros e os crimes que em nome do comunismo foram perpetrados, e apesar dos problemas da ordem bipolar das duas superpotências pós guerra fria, a ordem internacional, que sucedeu à queda do muro de Berlim, é um horror. É a ordem dos Habibe, dos Wiranto e dos Ali Alatas, dos Clinton e Blair, da União Europeia e da NATO. É a ordem dos massacres de Timor perante os olhos espantados do mundo. É a ordem dos gritos dos timorenses, assassinados na sua pátria. É a ordem dos poderosos e do dinheiro. Só a poderosa corrente de protesto, de solidariedade e força das massas na rua permitiu inverter as posições desses senhores e garantir a intervenção da ONU. Mesmo assim, depois de milhares de mortos, com um processo de uma lentidão exasperante, e ainda de resultados inseguros.

Por Timor protestemos, gritemos, choremos, mas não ceguemos. Porque a «nova» ordem internacional, porque ao serviço da vontade e interesses, dominação e exploração de algumas potências poderosas, unipolar porque dominada pelo pólo único dos 7 principais países capitalistas, tendo no centro os EUA, capitalista porque ao serviço do grande capital transnacional e financeiro, antidemocrática porque, substituindo as instituições e opiniões da ONU, com a participação de todos os países do planeta, pelas decisões de estruturas constituídas e/ou comandadas por algumas potências como o FMI/Banco Mundial/a NATO e o G7, imperial e imperialista, porque vai continuar a produzir novos timores...

Por Timor protestemos, gritemos, choremos, mas não ceguemos. Pensemos também.

É necessária uma verdadeira nova ordem internacional.

(!) Esta consideração não significa que se esteja de acordo com as várias «limpezas étnicas» na região dos Balcãs, ou que se faça qualquer similitude entre o caso de Timor e o do Kosovo. O Kosovo é uma região/província da Jugoslávia, e Timor, o que Clinton esquece, é um território cuja potência administrante é Portugal, não tendo a comunidade internacional reconhecido a sua anexação pela Indonésia.

(?) Pese a opinião de cada um sobre o seu bom ou mau funcionamento, lá estão representados e têm voz todos os países, os pequenos e os grandes, os ricos e os pobres, os que têm grandes exércitos e os que não têm exército nenhum.

TIMOR

Lágrimas e alegria em Díli e Dare

Palmas, lágrimas e alegria marcaram a recepção aos soldados da INTERFET – força multinacional para Timor-Leste, no campo de refugiados de Dare. Uma recepção, mais contida em Díli, que testemunha de que uma nova fase se abriu finalmente no dramático processo imposto ao povo timorense. A chegada da INTERFET altera este quadro. Mantém-se, entretanto, a urgência de uma múltipla intervenção humanitária, enquanto a questão dos deslocados em Timor-Ocidental é considerada como alarmante.

Uma ponte aérea de 37 voos de C-130 e 10 helicópteros colocou em Timor-Leste os primeiros 2500 efectivos – australianos, britânicos, neo-zelandeses e tailandeses – do total de 7500 que irão constituir a INTERFET. Uma força cuja presença poderá prolongar-se por vários meses e que será posteriormente substituída por uma força alternativa das Nações Unidas. Simultaneamente deverá ocorrer uma retirada gradativa das forças indonésias, que todos os observadores apontam como responsáveis ou cúmplices dos massacres que se sucederam ao voto esmagador do povo timorense pela independência.

O cenário, segundo o testemunho de soldados da força de intervenção, é de «destruição total». Em Díli ainda há casas a arder e, em vésperas da entrada das forças da ONU, as milícias mantinham-se activas. Noventa e cinco por cento da capital timorense está destruída.

Na verdade é ainda difícil um balanço das destruições e das inúmeras vítimas do terror. O relatório da Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos fala de assassinatos em massa, da perseguição e execução de um número indeterminado de independentistas, da violação de muitas mulheres timorenses por milicianos e soldados, de cerca de 200 mil deslocados em Timor Ocidental e um número indeterminado para diversas ilhas da Indonésia.

No momento, duas grandes preocupações – a urgência de assistência humanitária e a

situação dos deslocados. O pessoal das Nações Unidas já visitou, entretanto, muitos dos 12 a 14 campos existentes na área de Kupang, capital de Timor Ocidental, e Tambua, junto à fronteira com Timor-Leste. Uma situação classificada como «extremamente preocupante», sendo particularmente alarmantes as informações sobre deslocados que estão a ser levados para outras regiões da Indonésia.

A prioridade máxima imediata continua a ser a distribuição de ajuda humanitária. A primeira ajuda foi lançada por aviões, dia 17. Até à abertura de canais de ajuda humanitária por terra, os lançamentos aéreos vão ser da responsabilidade do Programa Alimentar Mundial (PAM) que lançou um apelo internacional para a angariação de 5,6 milhões de dólares em «ajuda de emergência imediata».

Os atrasos entretanto vão acontecendo, enquanto cada dia

conta para salvar vidas, para evitar mais mortes. Recomeçaram ontem os voos de ajuda humanitária, suspensos por três dias devido à «falta de aviões». O director-geral da Organização Mundial de Saúde (OMS) afirmou, em Genebra, que a reconstrução do sistema de saúde e de outras infra-estruturas deverá começar logo que as armas sejam depositadas. Em causa está assegurar que as 800 mil pessoas no território tenham suficiente alimentação e água potável.

Hoje, o que está em causa continua a ser o direito à vida.

Garantido o mínimo em termos de segurança e sobrevivência, a construção do futuro assume-se como uma prioridade.

Segunda-feira, na Assembleia Geral da ONU, o presente e futuro de Timor-Leste, mais do que o passado, foram os únicos pontos do discurso de Jorge Sampaio, que pediu a «aceleração da transferência da autoridade efectiva no território para as Nações Unidas» e a definição de um calendário para a retirada, «no mais curto espaço de tempo», das forças indonésias.

Na sua intervenção, o Presidente lembrou que o povo de Timor, pela sua atitude, adquiriu, «de forma incondicional e irrevogável, o direito a constituir-se em Estado independente».



Timor-Leste em debate no Parlamento Europeu

A situação em Timor-Leste e, em particular, a necessidade de uma auxílio múltiplo ao povo timorense, de par com a intervenção em curso da força internacional de paz, foi objecto de uma proposta de resolução apresentada no passado dia 15, no Parlamento Europeu.

Na proposta, deputados de diferentes grupos parlamentares exigem que as Nações Unidas cumpram as responsabilidades assumidas no Acordo de Nova Iorque e mantenham uma presença adequada em Timor-Leste.

Ainda na perspectiva de garantir a segurança em Timor Lorosae, os deputados apelam à comunidade internacional, em particular às Nações Unidas e à

Presidência do Conselho da União Europeia, que «até à normalização da situação em Timor Leste, suspendam e mantenham suspensas a cooperação militar, a exportação de armamento e as ajudas económicas à Indonésia, excepto as de natureza humanitária e as de apoio ao processo de transição para a democracia».

Por outro lado, a resolução exige às Nações Unidas que «procedam a um inventário das atrocidades perpetradas no território e à identificação dos seus responsáveis».

Particular realce mereceu ainda «um programa de assistência económica e um programa de reconstrução da sociedade civil» e, nomeadamente, a

proposta de inscrever no Orçamento da União Europeia para o ano 2000 uma verba de apoio à reconstrução, à actividade económica e ao processo de constituição do estado de Timor-Leste».

Na sua intervenção no hemisfério, a deputada comunista Ilda Figueiredo sublinhou, em particular, «a importância de inscrever verbas de apoio, de desenvolver todas as acções que permitam terminar com o enorme sofrimento do povo» timorense e considerou que «é necessário que se mantenham suspensas a cooperação militar, as exportações de armamento e as ajudas económicas à Indonésia, excepto as de natureza humanitária».

Apoio à reconstrução no próximo orçamento da UE

A comissão para o Desenvolvimento e Cooperação do Parlamento Europeu aprovou, por unanimidade, a proposta de criação de uma nova linha orçamental para o apoio à reconstrução e transição para a independência de Timor-Leste.

Esta proposta foi apresentada pelo presidente da referida comissão parlamentar, o deputado do PCP Joaquim Miranda, no âmbito do processo orçamental para o ano 2000. Agora será apreciada pela comissão de Orçamentos no decorrer do presente mês de Setembro e votada na sessão plenária do PE agendada para Outubro.

Para a constituição desta nova linha orçamental não foi ainda sugerido qualquer montante financeiro específico, tendo a comissão para o Desenvolvimento e Cooperação optado por encarregar a respectiva relatora para as questões orçamentais de o fazer em cooperação com o relator geral para o orçamento do ano 2000.

Ao apresentar esta proposta, Joaquim Miranda sublinhou a necessidade de a União Europeia se dotar de meios financeiros indispensáveis para prestar «uma ajuda efectiva a um povo heróico e tão massacrado e a um novo país que ainda está a nascer e que tanto tem sofrido».



Carlos Lopes e muitos outros nomes consagrados do desporto, transportaram a «Chama da Liberdade e Independência de Timor» na corrida de solidariedade com o povo maubere que, sábado passado, mobilizou milhares de pessoas

Esclarecimento de Cuba

A embaixada de Cuba em Lisboa divulgou na passada sexta-feira uma nota de imprensa em que esclarece os motivos que levaram ao adiamento da visita oficial a Portugal do ministro dos Negócios Estrangeiros cubano, Felipe Pérez Roque, bem como a posição daquele país em relação à intervenção de uma força multinacional das Nações Unidas em Timor Lorosae.

De acordo com a referida nota, «Cuba considera como um caso excepcional a necessidade de intervenção de uma força internacional de paz [em Timor Lorosae] sob a estrita direcção da Organização das Nações Unidas e sem pretensões hegemónicas de potências regionais ou grupos de potências extra-regionais», ao mesmo tempo que «expressa a sua disposição, sempre que se cumpram estes requisitos, de participar na mesma com uma unidade de serviços médicos para assistência ao pessoal militar e à população civil». Cuba manifesta ainda a sua disponibilidade, uma vez terminada a missão da ONU, para «enviar brigadas médicas civis em número suficiente para continuar a prestar os seus serviços à população timorense pelo tempo que seja necessário».

A nota que vimos citando sublinha ainda que «Cuba considera que devem ser cabalmente respeitados os resultados do referendo do passado dia 30 de Agosto, para que o povo timorense possa aceder à sua independência na base do respeito da sua vontade como identidade nacional com cultura e interesses próprios».

Quanto ao adiamento da visita de Pérez Lopes a Portugal, Cuba esclarece que a mesma se deve ao facto de não pretender desviar a atenção do Governo português, que está centrada na questão timorense, pelo que em coordenação com as autoridades portuguesas foi decidido transferir essa visita para uma altura mais conveniente.

Combates prosseguem no Daguestão Rússia atemorizada pela ameaça islamita

De um lado, as explosões em cidades russas e a morte de centenas de civis. Do outro, os combates no Daguestão e os ataques à Tchetchénia. O governo russo aponta o dedo aos rebeldes islamitas e acusa «círculos reaccionários» de países muçulmanos de pretender cortar a Rússia «como se fosse manteiga», com o objectivo de criar um Estado teocrático «desde o Cáspio até ao mar Negro».

«Alguns círculos reaccionários em alguns países muçulmanos compreenderam que no território da Rússia surgiu um enclave que ninguém governa, um território rebelde fácil de dirigir, de utilizar o seu potencial agressor para resolver tarefas geopolíticas», afirmou o primeiro-ministro russo numa entrevista à televisão, no domingo.

«Surgiu a ideia de usar a Tchetchénia como uma "faca cáucasa" para cortar um "pedaço de manteiga russa"», continuou Vladimir Putin. «Surgiu a ideia de criar uma espécie de Estado teocrático no território da Tchetchénia e de outras repúblicas do Cáucaso do Norte.»

blicas do Cáucaso do Norte.»

Putin defendeu ainda a ideia de que as explosões que ocorreram em Moscovo, São Petersburgo e Volgodonsk e que provocaram 292 mortos são «uma tentativa desses círculos de terrorismo internacional para atemorizar o povo, semear o pânico e paralisar a direcção política do país».

As autoridades russas detiveram mais de 11 mil suspeitos, numa operação gigante que envolve a patrulha da capital por polícias e militares e o controlo de identidade de milhares de pessoas, nomeadamente de caucasianos. Todas as pessoas que

permanecerem em Moscovo pelo menos três dias e não possuam a certidão de residência são obrigadas a registarem-se.

Entre os detidos pela polícia, encontram-se dois homens identificados como o presumível chefe de um grupo islâmico e o seu braço direito.

Na rua, os caixotes do lixo e os embrulhos ou malas suspeitos são revistados. Muitas habitações foram inspeccionadas por brigadas especiais, tendo sido encontradas quatro toneladas de explosivos.

Continua crise no Daguestão

O Chefe do Estado Maior das Forças-Armadas russas admitiu a possibilidade de uma intervenção terrestre na Tchetchénia. «Temos o direito de não excluir nenhum meio nem nenhuma forma de intervenção para liqui-

dar unidades terroristas, as suas bases e os seus meios de existência», afirmou o general Valeri Manilov.

Uma estratégia a ser utilizada pelas forças russas é uma tripla barreira defensiva. A primeira será constituída por polícias e membros do Ministério do Interior e tem como função controlar a fronteira administrativa com a Tchetchénia. A segunda e a terceira terão como elementos apenas militares e eliminarão os islamitas que consigam entrar no Daguestão.

Entretanto, o líder dos guerrilheiros anunciou na segunda-feira a formação de «batalhões suicidas», compostos por 400 a 500 homens. «Se a Rússia continuar a bombardear a Tchetchénia, com a aviação e a artilharia, o batalhão Chahid (mártires da fé) vai fazer ouvir-se», afirmou Shamil Basaiyev, citado pela Lusa.

«Serão pessoas com capacidade para realizar as missões

mais difíceis», adiantou Basaiyev, explicando apenas que essas missões «dependem do tempo e das circunstâncias».

A Tchetchénia é bombardeada pela Rússia desde 5 de Setembro. Moscovo argumenta que a república serve de base aos independentistas e Grozni acusa as forças russas de terem morto 250 pessoas e de atacarem aldeias civis.

A crise no Daguestão continua e muitos analistas vêem os combates como o motivo que o presidente Ieltsin poderá apresentar para adiar as eleições. Fala-se ainda da sua substituição pelo general Lebed, tema que terá sido colocado na agenda do Conselho da Federação, a câmara alta do Parlamento, composto pelos dirigentes dos órgãos do poder executivo e legislativo das 89 regiões da Federação Russa. De acordo com a Lusa, a questão não chegou a ser debatida, por ter apenas o apoio de um terço dos senadores.

FAO denuncia penúria alimentar

Segundo o relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), 37 países estão em situação de penúria alimentar e o número de pessoas que necessita de ajuda alimentar continua a aumentar. As causas prendem-se principalmente com condições climáticas desfavoráveis, conflitos civis e problemas económicos crónicos. A África é o continente mais atingido, mas os países que mais sofrem são o Afeganistão, o Bangladesh, a Coreia do Norte, a Jordânia, a Síria, o Haiti, as Honduras e a Nicarágua. Carências graves afectam igualmente alguns Estados na ex-União Soviética e dos Balcãs.

UÇK transforma-se em «Corpo de Protecção»

A guerrilha independentista do Exército de Libertação do Kosovo (UÇK) assinou um acordo com a Nato no sentido de se transformar no «Corpo de Protecção do Kosovo» (TMK), na segunda-feira. Agim Ceku, antigo chefe militar do UÇK, foi nomeado comandante supremo da nova força. O corpo recém criado será composto por mais de 5 mil homens e tem autorização para manter em permanência 750 armas, incluindo 200 espingardas de assalto kalachnikov. Os seus membros poderão utilizar 1800 outras armas, sob o controlo da Kfor. De acordo com a Lusa, estes números são três vezes superiores aos anunciados pela Nato durante as negociações. De referir ainda que três equipas de onze homens assegurarão a «protecção próxima» dos quadros do TMK, com cerca de 50 metralhadoras. Cerca de 250 oficiais poderão transportar armas de defesa pessoal. Outras 200 armas serão distribuídas em dois centros de treino.

Grande cartel de droga denunciado no Brasil

Uma investigação conduzida pelo Ministério Público do Estado do Acre e pela polícia federal descobriu um cartel

ONU denuncia

Transição económica «letal» para milhões na ex-URSS

Não é novidade que o nível de vida desceu assustadoramente nos países de Leste e nas antigas repúblicas soviéticas depois da queda do Muro de Berlim. Nem que a criminalidade aumentou, os salários desceram ou que o desemprego subiu. Mas o último relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ilustra a situação com números e ana-

lisa-a, apontando o dedo aos responsáveis.

Qual era o ponto de partida? Uma sociedade boa em relação à segurança de emprego, investimentos e acesso à educação e à saúde, considera a ONU. O que mudou? «A liberalização instantânea e indiscriminada dos preços», ao contrário do processo «selectivo e gradual levado a cabo na China e no Vietna-

Sete grandes consequências

O relatório do Programa da ONU para o Desenvolvimento encontra sete consequências da situação económica:

- 1- queda da esperança de vida. Por exemplo, na Rússia, para os homens, passou de 62 para 58 anos entre 1980 e 1995;
- 2- aumento da taxa de mortalidade e crescimento de doenças como a sida e a sífilis (a taxa de doentes aumentou 15 vezes na antiga União Soviética);
- 3- reaparecimento de doenças anteriormente erradicadas, como a tuberculose, a poliomielite e a difteria;
- 4- empobrecimento da população, com consequências de má nutrição, anemia (65 por cento das mulheres do Uzbequistão entre os 15 e os 50 anos sofria da doença em 1994), consumo de álcool e drogas, órfãos e suicídios (o nível de suicidas é três vezes superior à da União Europeia);
- 5- aumento espectacular do fosso entre ricos e pobres e entre homens e mulheres;
- 6- a destruição do sistema educativo, com um corte em 50 por cento nos orçamentos;
- 7- aumento do desemprego, superior em 10 por cento na maioria dos países (na Moldávia, por exemplo, atinge os 30 por cento).



Trabalhadoras têxteis no intervalo. Nos últimos anos viram os seus salários descer assustadoramente

me». As consequências? Uma hiperinflação na maioria das nações da região, com taxas superiores a 1000 por cento em 15 países.

O termo transição de uma economia socialista para uma economia liberal «é um eufemismo, pois na realidade aconteceu uma grande depressão», que «foi literalmente letal para a maioria das pessoas». A excepção à regra são a Polónia, a Hungria, a República Checa, a Eslovénia e os países bálticos.

A situação é de tal forma grave que até o Fundo Monetário Internacional põe a mão na consciência. «Não vimos que o desmantelamento do aparelho comunista era o desmantela-

mento do Estado. Contribuímos para criar um deserto institucional numa cultura de engano, de economia negra, de rapina dos privilégios herdados do comunismo», afirmou recentemente o director do FMI, Michel Camdessus, citado pelo *El País*.

«Mais de cem mil pessoas foram arrastadas para a pobreza», afirma a ONU. Em 1988, quatro por cento da população vivia abaixo dos níveis de pobreza no conjunto dos países do bloco socialista. Em 1994, essa taxa passou para 32 por cento. Na Moldávia, por exemplo, o poder de compra de um salário médio de 1997 correspondia ao de 1967.

O défice público atingiu valores nunca vistos e o crescimento económico foi drasticamente reduzido. O salário médio desceu e as taxas de má nutrição, raquitismo infantil e abortos aumentou. A economia paralela e os crimes ligados às drogas também cresceram.

A situação foi agravada com a eclosão de guerras civis no Tadjiquistão, Geórgia, Arménia, Azerbaijão e Tchetchénia, em especial para os milhões de refugiados. O relatório sublinha que os monopólios públicos recém-privatizados aproveitaram «para subir preços e explorar a sua posição dominante no mercado».

Referendo Argélia vota pela paz



A paz vai voltar à Argélia?

Os argelinos aderiram em massa ao referendo proposto pelo presidente Abdelaziz Bouteflika e aprovaram a lei de concórdia civil, na quinta-feira. Os números impressionam pela adesão e pela enorme vontade de pôr fim à guerra que perpassa na votação: 98,63 por cento dos eleitores responderam «sim» numa consulta cuja taxa de participação ultrapassou os 85 por cento. Apenas 1,37 por cento escolheu o «não».

A lei, já aprovada no Parlamento argelino e promulgada a 13 de Julho, prevê a amnistia total ou parcial dos fundamentalistas islâmicos armados que se entreguem às autoridades. Poderão fazê-lo até 13 de Janeiro.

Até agora, os crimes de sangue, as violações e a colocação de bombas em locais públicos eram passíveis de pena de morte ou de prisão perpétua. Com a lei de concórdia civil, os autores destes crimes que se apresentarem perante a Justiça podem ser condenados a uma pena máxima de 20 anos de prisão.

Os fundamentalistas islâmicos que não tenham cometido nenhum destes crimes podem ser totalmente amnistiados, depois de serem ouvidos numa comissão existente em cada prefeitura.

O presidente Bouteflika vê, assim, a sua política e até mesmo o seu mandato legitimados pela população, depois de várias polémicas com os outros seis candidatos que se apresentaram às eleições presidenciais, realizadas a 15 de Abril. Na altura, a oposição acusou Bouteflika e o governo de fraude eleitoral, falta de transparência no processo eleitoral e manipulação nas urnas.

Desde a promulgação da lei 300 pessoas entregaram-se às autoridades. O Governo prevê que este número deve aumentar consideravelmente após o referendo.

A população argelina aguarda agora o fim de uma guerra civil de sete anos, que provocou mais de cem mil mortos, um milhão de vítimas e cerca de 600 milhões de contos em danos materiais.

Mas outras questões se colocam a Bouteflika, nomeadamente a crise económica e a taxa de desemprego que atinge os 30 por cento. O presidente já afirmou que só a «paz e a serenidade», frutos do referendo, poderão pôr fim à situação que a Argélia atravessa.

Bouteflika vê os resultados da consulta como «o princípio da grandeza do país» e «o despertar de uma nova Argélia em paz, sem tabus nem proibições», que constitui uma «casa comum» de «um povo que volta a ser civilizado».

«Aqueles que ficaram nas montanhas terão de assumir as suas responsabilidades, mas todos os outros poderão iniciar uma nova vida depois de resolver os seus problemas com a justiça», declarou o presidente, referindo-se aos islamitas que não se entregaram à justiça, ameaçando com represálias todos os que recusarem a sua «diligência de paz».

de droga no Brasil com características muito semelhantes ao da Colômbia.

Segundo um relatório publicado pela revista «Veja», 11 mil pessoas estão envolvidas, entre elas um deputado federal, três magistrados de um Tribunal de Justiça, cinco dos maiores empresários do Estado, vários prefeitos e uma centena de polícias. Anualmente o cartel distribui mais de 18 milhões de contos em estupefacientes, um total de 80 toneladas. O cartel está organizado hierarquicamente, sendo dirigido por empresários, políticos e magistrados. Os primeiros têm como função lavar o dinheiro, enquanto os outros protegem o grupo.

Referendo na Venezuela em Novembro

O Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela prevê que o referendo sobre a nova Constituição se possa realizar em Novembro, cerca de um mês depois da redacção da Lei Fundamental do Estado ser concluída pela Assembleia Constituinte.

O Presidente Hugo César Chávez pretende realizar eleições gerais em Dezembro para legitimar os poderes públicos por ele criados desde que foi eleito, mas o Conselho Eleitoral diz que tal não será possível por falta de tempo, fundos e prazos operativos.

Violento terramoto em Taiwan

Um sismo de magnitude 7,6 na escala de Richter abalou Taiwan, na segunda-feira, provocando a morte de pelo menos 1455 pessoas. O epicentro foi localizado em Puli, no centro da ilha, e a intensidade do terramoto foi superior três décimas ao da Turquia. Muitas pessoas ficaram debaixo dos escombros das suas casas, visto o sismo ter ocorrido de madrugada. A sobrepopulação de Taiwan (21 milhões de habitantes num território de 36 mil quilómetros quadrados) leva as autoridades a temer o aumento substancial do número total de vítimas.

Espanha Governo aberto a negociações com ETA

O ministro do Interior espanhol declarou que o governo «está disposto a dialogar com a ETA sem exigir em troca a entrega das armas», numa entrevista publicada pelo jornal francês «Le Monde», na semana passada.

Sublinhando que a paz depende da ETA, Jaime Mayor Oreja sublinhou que «estamos dispostos a dialogar, a flexibilizar a política penitenciária e a estudar uma reinserção dos membros da ETA», bem como «a fazer tudo o que seja necessário, sem exigências prévias».

Mayor Oreja considera que a recente decisão de transferir os presos etarras para penitenciárias do País Basco «é uma forma de demonstrar que o governo não é indiferente ao facto de que a trégua (cessar-fogo da ETA) continue vigente depois de um ano». E admite que «a flexibilização da política penitenciária continua sendo neces-

sária, mas em função de como evolua o processo de paz».

O ministro do Interior afirma ainda que «conseguir a paz em troca de auto-determinação é uma chantagem».

Entretanto, o porta-voz do Herri Batasuna (HB) afirmou que a ETA «jamais entregará as suas armas ao Governo espanhol». «Isso seria a imagem de alguém que reconhece a sua derrota e não é esse o caso», disse Arnaldo Otegi.

As alternativas passam por «enterrar as armas, destruí-las ou entregá-las a um governo nacional basco», explicou Otegi, que sublinhou que «o que é, de facto, importante é encontrar uma solução para as origens do conflito».

O porta-voz do HB anunciou ainda a sua intenção de ser recebido pelo primeiro-ministro, José Maria Aznar, para saber se este está pronto a reconhecer o

direito dos bascos a decidirem o seu futuro.

Em Maio, representantes do governo e da ETA reuniram-se pela primeira vez na Suíça, sem que se falasse em processo de paz. Estava previsto um outro encontro em Agosto, que acabou por não se realizar por decisão de Aznar. Mais tarde, tanto o executivo como a organização independentista anunciaram a sua disposição para reiniciar o diálogo.

EUA atenuam sanções contra Coreia do Norte

O Governo norte-americano anunciou, na semana passada, o abrandamento das sanções con-

tra a Coreia do Norte, em troca do compromisso assumido por Pyongyang de congelar o seu programa de ensaios nucleares com mísseis de longo alcance.

Com esta medida passam a ser possíveis as trocas comerciais de bens de consumo (como alimentos e petróleo) e torna a ser permitida a transferência de fundos particulares de empresas, enquanto os entraves à liberdade de circulação são atenuados.

A decisão passou a ser efectiva a partir do momento em que foi anunciada, mas, como sublinhou um porta-voz da Casa Branca, Joe Lockhart, «passarão meses antes que se notem os primeiros efeitos».

«Os Estados Unidos tomam esta decisão a fim de melhorar as suas relações globais com a Coreia do Norte», anunciou a Casa Branca, num comunicado citado pela agência Lusa.

«Considero que eles têm todo o interesse em aumentar o comércio e promover o desenvolvimento económico. Isto tem a ver com comércio e investimento e não com novas ajudas ou o abrandamento de outras

restrições impostas à Coreia do Norte», explicou Lockhart. De facto, Pyongyang continua a figurar na lista de países que o Departamento de Estado norte-americano considera serem apoiantes do terrorismo.

A secretária de Estado Madeleine Albright manifestou o seu desejo de «que esta decisão abra o caminho para uma maior estabilidade e talvez uma possível reconciliação da península coreana». No entanto, deixou claro que não tem «demasiadas ilusões», avisando que, se a Coreia do Norte não responder ao gesto americano, os EUA «voltarão à casa de partida, dispostos a defender os seus interesses».

O ministro dos Negócios Estrangeiros japonês recebeu com grande satisfação a notícia. «Esperamos sinceramente que este gesto seja seguido de mais progressos nas relações entre a Coreia do Norte e os EUA», declarou Masahiko Komura.

As sanções norte-americanas foram impostas após a Guerra da Coreia, em 1953, que levou à actual divisão da península.

Alemanha PDS duplica votação

Os resultados das eleições regionais no estado alemão da Saxónia mantêm a tendência verificada nos escrutínios da semana passada: a maioria absoluta para a CDU (com 56,9 por cento), uma clara derrota para o SPD (partido maioritário no governo, com 10,7 por cento) e um novo sucesso para o PDS (com 22,2 por cento).

O PDS é, aliás, o grande vencedor destas eleições, visto ser o único grande partido com avanços eleitorais em termos relativos e absolutos. Comparando com as eleições regionais de 1994, o PDS aumentou a sua votação de 5,7 por cento para 22,2 por cento, enquanto o número de deputados passou de 9 para 30. Os dirigentes do partido sublinham que novos grupos de eleitores votaram no PDS.

«Os resultados são acima de tudo fruto do trabalho activo e abnegado dos membros do partido, dos funcionários e dos delegados nas cidades e vilas, bem como nas áreas rurais. Eles trouxeram mais prestígio ao partido e ganharam a confiança

da população. O PDS põe sempre as questões sociais no centro das suas actividades políticas e da campanha eleitoral. Os eleitores vêem-no como o partido da justiça social. Isto acontece cada vez mais a nível federal», sublinha em comunicado o PDS.

PCP saúda PDS

Carlos Carvalhas enviou uma mensagem a Lothar Bisky, presidente do Partido do Socialismo Democrático (PDS), com as «calorosas felicitações dos comunistas portugueses pelos sucessos alcançados pelo PDS nas recentes eleições regionais, nomeadamente na Turingia e Saxónia».

«Eles confirmam o PDS como grande força política de esquerda indispensável aos trabalhadores e ao povo alemão e à luta por uma Europa de paz, progresso e cooperação», acrescentou o secretário-geral.

Centenas de intelectuais comunistas e não comunistas divulgaram segunda-feira à noite, no Palácio Galveias, um «Pacto de Insubmissão» face a um «processo de globalização que silencia o protesto e exclui o acesso à verdade» e face também a «uma governação que não soube nem quis cumprir uma política socialmente mais justa, eticamente mais responsável, intelectualmente mais exigente e humanamente mais generosa».

O manifesto, da autoria do sector intelectual do PCP, pretende ser um instrumento de debate no quadro das legislativas mas também linha norteadora da acção e reflexão dos intelectuais comunistas.

Na sessão pública, o dirigente comunista e candidato **Luís Sá**, falou das «pressões brutais» que se desenvolvem para «instrumentalizar» os intelectuais através dos «jobs for the boys» e de tantas outras formas, e reafirmou o importante papel do intelectual «que não se vende», que «não se obriga a repetir as verdades estabelecidas», que «não desiste de pensar», e que «não aceita o pensamento único». «O pensamento único não existiu nem vai existir», disse. «Não deixaremos instalar este falso consenso perante a nossa insubmissão».

Para o dirigente comunista, neste final do século XX, o que continua em cima da mesa «é encontrar as vias da libertação humana», tendo em conta - e citou Marx - que «o livre desenvolvimento de cada um é condição do livre desenvolvimento de todos».

Enunciando alguns dos grandes problemas contemporâneos, Luís Sá referiu-se a direitos fundamentais por realizar, a um quotidiano cada vez mais violento, a 200 empresas mundiais que concentram 75% do PMB, ao *dumping* social e ambiental, a um terço da população mundial que não tem água potável e a um quarto que não tem habitação, a 358 homens poderosos do mundo que têm mais dinheiro do que 2,6 milhares de milhões de pessoas, e à existência de 50 milhões de pobres na UE e nos EUA.

A presente realidade social, segundo disse, também alterou o estatuto do intelectual que é hoje menos elitizado, mais assalariado, mais massificado e mais vítima do desemprego. «Daí que», sublinhou «não há privilégios para os intelectuais na aliança de transformação radical deste estado de coisas. Mas o seu estatuto também não pode ser diminuído ou de desconfiança».

Luís Sá exortou os intelectuais a esta «unidade na acção», a este «inventar o futuro, sem cartilhas, bíblias, corões» mas antes através da «investigação, do debate, do pensamento livre, da descoberta, da invenção do futuro».

Helena Serôdio, também candidata às legislativas e a quem coube a apresentação do Manifesto, interpelou «o desconcerto da nova ordem mundial que em perversos jogos de hipocrisia vai agindo em nome dos seus interesses e dos seus apetites económicos e geo-estratégicos» e também a «insuficiência» da governação portuguesa que «não soube nem quis cumprir uma política socialmente mais justa». Helena Serôdio exortou todos os intelectuais a um «questionamento radical» deste estado de coisas e a «uma cidadania mais participada» no sentido de convocar grandes movimentos de opinião de que podem ser exemplo o apoio à imposição de uma taxa sobre movimentos especulativos de capitais (a taxa Tobin), ou a defesa do equilíbrio ambiental do planeta.

Deixou assim em aberto o desenvolvimento deste movimento agora iniciado, que conta com a adesão de mil e cem intelectuais comunistas e não comunistas, de que destacamos alguns nomes nestas páginas.

Na iniciativa, que ficou marcada por um momento cultural de poesia e música a cargo de Fernanda Lapa e do grupo Bengala, interveio ainda **Sandra Monteiro** que sublinhou a clara oposição do manifesto «às políticas do neoliberalismo e à ideologia do pensamento único» e a necessidade da «transformação radical e profunda da actual ordem imposta pelo capitalismo».

Contributo inestimável

Impossibilitado de estar presente, por motivos da agenda eleitoral, **Carlos Carvalhas**, secretário-geral do PCP, enviou uma mensagem de saudação e apoio à iniciativa em que realça «a contribuição dos intelectuais para a luta e actividade do PCP (...) tanto nos tempos da luta contra o fascismo, como no processo de construção e aprofundamento da democracia, após o 25 de Abril».

«Essa contribuição continua a ter um inestimável valor ante os problemas, riscos e desafios com que o nosso país e o mundo está confrontado neste limiar do século XXI.»

Para Carlos Carvalhas, «a iniciativa de lançar este manifesto confirma a vontade de intervenção activa dos intelectuais comunistas na vida do nosso Partido e na luta do nosso povo», quer através «do contributo para a necessária reflexão sobre os problemas do nosso tempo», quer pelo «empenhamento directo nas batalhas concretas que se nos colocam».

A mensagem do secretário-geral do PCP saúda a «insubmissão» dos subscritores do manifesto «ante os interesses dominantes e as pretensões asfixiantes do pensamento único», e termina com votos de êxito na nossa luta comum.

MANIFESTO 99

Pacto de insubmissão

Porque sabemos que a política para ganhar razão necessita radicalizar exigências e incendiar vontades com uma paixão ética indeclinável, apelamos a que juntem a vossa voz e a vossa acção à nossa para um reforço da esquerda imprescindível. Apelamos a que estejam connosco concertando esforços na luta por uma democracia mais vasta e diversa, partilhando o risco e a alegria de construir um futuro mais feliz e solidário.

1000

intelectuais declaram

Apelamos, por isso, a que neste momento dêem a vossa confiança ao Partido Comunista Português votando, nas próximas eleições, na CDU. Acreditamos, entretanto, que outras intervenções futuras são possíveis e necessárias, num percurso que desejamos comum e norteado por um pacto de insubmissão.

Albertino Ferreira, professor
Alfredo Flores, músico
Alice Jorge, artista plástica
Alice Vieira, escritora
Álvaro Luz e Silva, médico
Álvaro Rosendo, artista plástico
Ana Carita, professora
Ana Jerónimo, professora
Anabela Delgado, professora
André Barata, investigador
Ângela Rodrigues, professora universitária
António Araújo, médico
António Avelãs, professor
António Borges Coelho, professor universitário
António Galhordas, médico
António Rama, actor
Araldo Espírito Santo, professor universitário
Artur Baptista, professor
Augusto Sobral, arquitecto, dramaturgo
Bellini Jara, médico
Bragança Gil, professor universitário
Canto e Castro, actor
Carlos Alberto Moniz, músico, compositor
Carlos do Carmo, cantor
Carlos Passos, músico, professor
Carmen Santos, actriz
Celeste Amorim, cantora
Célia Bragança, artista plástica
Dagoberto Marckl, investigador de arte
Edite Sombreireiro, locutora
Eduardo Chitas, professor universitário
Ernesto Sampaio, escritor
Esmeralda Serrano, realizadora RDP2
Estrela Novais, actriz, encenadora
Fernanda Alves, actriz
Fernanda Lapa, encenadora e actriz
Filipe Rosas, estudante de doutoramento
Gastão Cruz, escritor
Inês Fontinha, directora de «O Ninho»
Isabel Cruz, técnica superior de desporto
Isabel Medina, actriz
João Bengala, músico
João Cunha Serra, professor universitário
João Feliciano, médico
João Valente, médico
Jorge Sequeira, actor
Jorge Silva, actor
José Barata Moura, professor universitário

José Manuel Jara, médico
José Manuel Mendes, escritor, advogado
José Monjinho, designer gráfico
José Peixoto, professor, encenador e actor
José Santa Rita, arquitecto
Juan Soutullo, artista plástico
Luís Alberto, actor
Luís Filipe Costa, realizador de cinema e TV
Luís Rainha, autor
Luís Ralha, artista plástico
Luísa Amaro, música
Luiz Francisco Rebello, dramaturgo
Lurdes Silva, professora
Manuel Freire, cantor, compositor
Manuel Gusmão, professor universitário
Manuela Silva, médica
Manuel Tainha, arquitecto
Manuela Esteves, professora universitária
Maria Eugénia Varela Gomes, professora
Maria Helena Mira Mateus, professora universitária
Maria João Andrade, médica
Maria Velho da Costa, escritora
Mário de Carvalho, escritor
Mário Jorge, médico
Nuno Ramos de Almeida, jornalista
Orlando Leitão, médico
Paulo Fidalgo, médico
Paulo Rodrigues, professor
Paulo Sucena, professor
Pedro Vieira de Almeida, arquitecto
Rita Lello, actriz
Rogério Ribeiro, artista plástico
Rui Namorado Rosa, professor universitário
Rui Pereira, artista plástico
Sandra Monteiro, investigadora
Santa Bárbara, artista plástico
Tanagra de Medeiros, professora
Teresa R. Cadete, professora universitária, escritora
Urbano Tavares Rodrigues, escritor
Virgílio Domingues, escultor
Vítor Serrão, professor universitário

Mais
CDU

Programa eleitoral do PCP

Sistema Nacional de Saúde Reforma deve garantir acesso gratuito e universal

A pesar do subfinanciamento crónico e da incoerência das políticas de que foi alvo, o Serviço Nacional de Saúde conseguiu, depois do 25 de Abril, elevar de forma significativa o nível dos cuidados de saúde do conjunto da população portuguesa. As suas potencialidades não foram, porém, plenamente aproveitadas.

A persistência de uma política de saúde de inspiração neoliberal, particularmente durante os governos do PSD, levou à deterioração de muitos serviços, tendo como consequências mais nocivas o continuado e agravado subfinanciamento; a tendência para a avaliação dos resultados das unidades prestadoras de cuidados por critérios economicistas; a centralização das tomadas de decisão e a sobreposição do clientelismo partidário à competência técnica; a desvalorização de toda a área (essencial) dos cuidados de saúde primários e o agravamento das desigualdades de natureza classista no acesso aos cuidados de saúde.

A interrupção de algumas destas orientações, na última legislatura, não deu, contudo, lugar a uma intervenção clara e empenhada na defesa e melhoria do SNS.

Foram apresentadas publicamente orientações e objectivos positivos, foi confirmado o «papel estratégico essencial do sector prestador do SNS na configuração do sistema de saúde», mas a equipa responsável pelo Ministério da Saúde evidenciou claras dificuldades em levar à prática as orientações que definiu, mostrou-se incapaz de separar o público e o privado e de afrontar a voracidade dos grandes interesses que disputam e absorvem o grosso dos recursos públicos disponibilizados para o sector.

Por isso, o PCP assume a defesa do Serviço Nacional de Saúde regressado à filosofia e à inspiração democrática e humanista inicial, ajustado às novas condições de progresso tecnológico.

Em coerência com esta postura, defende uma reforma democrática do Serviço Nacional de Saúde, assente num conjunto de orientações estratégicas tais como a autonomia e a regionalização, um novo sistema de financiamento, a gestão democrática das unidades de saúde, e a separação do público e do privado. Simultaneamente, preconiza a adopção de políticas prioritárias nos domínios da concretização do direito à saúde, da qualidade dos serviços, da valorização dos cuidados de saúde primários, das listas de espera, dos medicamentos, da promoção dos direitos dos utentes, e que preste uma particular atenção aos problemas da saúde mental, da toxicod dependência, e da SIDA.

Sinistralidade laboral exige plano de emergência

O direito à segurança, higiene e saúde no desempenho da actividade profissional é um direito social fundamental dos trabalhadores e um factor indispensável ao desenvolvimento económico.

Perante as grandes deficiências nas condições de trabalho das empresas portuguesas - que são a causa de inúmeros acidentes e doenças profissionais ou relacionadas com o trabalho - o PCP defende a urgente definição de uma Política Nacional de Saúde Laboral, com a participação dos trabalhadores e dos seus representantes.

Este plano deve assentar no desenvolvimento de adequada rede de serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho; na integração destas matérias no sistema educativo e formação profissional; na elaboração de estatísticas rigorosas sobre acidentes de trabalho doenças profissionais; na formação dos profissionais de segurança, higiene e saúde dos trabalhadores.

No campo da prevenção dos riscos profissionais e da reparação dos acidentes e das doenças, o PCP propõe entre outras medidas a concretização de um plano nacional de emergência contra a sinistralidade laboral; o funcionamento eficaz e rigoroso da inspecção do trabalho; a publicação urgente de legislação que regule a actividade e assegure o controlo da qualidade dos serviços nesta área; a extinção do IDICT e criação do Instituto Nacional de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho em que estejam representados os trabalhadores e as suas organizações.

Importa, ainda, institucionalizar as comissões de segurança e higiene nas empresas; definir uma política de reparação e reabilitação médica e profissional; rever a legislação de reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais e assegurar a instauração obrigatória de processos crime em caso de acidentes de trabalho de que resulte a morte ou a incapacidade permanente.

Medidas urgentes

O PCP propõe a autonomia do SNS estatutária, administrativa, técnica, financeira e disciplinar; a institucionalização de órgãos de nível nacional - a Administração Nacional do SNS e o Conselho Nacional do SNS - constituído entre outros por representantes de sectores sociais e profissionais -, e a regionalização do sistema de saúde.

Ao nível do financiamento, Portugal é o país da União Europeia que tem menos gastos públicos com a saúde, e ao mesmo tempo aquele em que é mais elevado em percentagem o encargo financeiro suportado directamente pelos utentes.

Ora, a contribuição financeira para o SNS deve ser realizada sob a forma de impostos, tendo como base a efectiva tributação proporcional dos rendimentos de todos os portugueses. E para garantir a racionalidade e objectividade no financiamento do sistema, a distribuição dos recursos deverá respeitar critérios geo-demográficos, epidemiológicos e de produção.

O PCP defende, ainda, a gratuitidade da prestação de cuidados de saúde e o carácter universal e geral do SNS, a eliminação das taxas moderadoras e o aumento dos recursos atribuídos à área da saúde;

Para a gestão democrática das Unidades de Saúde que defende, o PCP propõe a escolha por concurso das equipas gestoras dos hospitais e centros de saúde do SNS e a eleição das Direcções Médica e de Enfermagem pelos profissionais das respectivas carreiras, mediante a apresentação de um programa de acção e por votação secreta.

Quanto à necessária separação do público do privado, o PCP propõe a alteração do sistema que permite o desenvolvimento de medicina privada no interior dos estabelecimentos públicos; o estabelecimento de um código de conduta que torne ilícito aos médicos do SNS o desvio de doentes para consultórios privados; a consagração do carácter público da gestão de todos os estabelecimentos públicos e cessação dos contratos de gestão privada de estabelecimentos do SNS, actualmente existentes.

Combater entraves

É indispensável recenter a gestão dos doentes e o controlo das principais patologias nos cuidados primários, concretizando uma

nova articulação entre cuidados primários e secundários que rompa com a visão burocrática-administrativa que tem prevalecido no SNS.

Para melhorar a oferta de cuidados de saúde primários, o PCP defende, entre outras medidas, o reforço do investimento; a renovação e criação de novas instalações e equipamentos; uma nova política de pessoal que valorize a adequada gestão das carreiras profissionais; a articulação entre centros de saúde e serviços hospitalares e a reforma da legislação de enquadramento dos Cuidados Primários de Saúde que consagre uma nova filosofia de gestão democrática e uma nova política de recursos humanos e financiamento contratuado.

O PCP entende também que as listas de espera são um problema solucionável, pelo que propôs e a Assembleia da República aprovou um Programa Especial de Acesso aos Cuidados de Saúde que, entre várias medidas, prevê o recenseamento rigoroso e actualizado dos utentes em listas de espera; a avaliação da capacidade instalada do SNS em recursos humanos, infra-estruturas e equipamentos; e o recurso a meios externos ao SNS apenas em situações de insuficiência ou esgotamento da capacidade instalada.

Portugal é, ainda, um dos países europeus com maiores gastos de medicamentos, continuando vulnerável à propagação da indústria multinacional de medicamentos que determina, em larga medida, a penalização dos utentes e do SNS à custa do favorecimento dos interesses económicos deste sector.

Dada a falta de progressos em relação a este problema, o PCP defende, para já, a indicação obrigatória da substância activa ou denominação comum internacional, seguida de dosagem e forma farmacéutica na prescrição de medicamentos participáveis pelo SNS, e a implantação de um formulário nacional de medicamentos.

Enquanto este formulário não entrar em vigor, o médico - caso opte pela marca de determinado laboratório - deverá escrever entre parêntesis a marca pretendida ou nome comercial. Caso contrário, o farmacêutico terá de informar a existência do medicamento correspondente à substância activa ou denominação comum que seja mais barato e facultá-lo.

Na política de medicamentos, há ainda que promover a utilização dos medicamentos genéricos; aperfeiçoar a lista de medicamentos participados a 100% pelo Estado e utilizar critérios mais rigorosos na autorização dos medicamentos.

Vencer preconceitos

Na área da saúde mental, é urgente ultrapassar preconceitos que durante anos dominaram, prejudicaram e desvalorizaram a assistência na doença ou na perturbação mental, discriminando o doente mental e segregando os serviços de saúde que lhe são especificamente dirigidos, pelo que importa integrar os serviços ou consultas de psiquiatria nos serviços gerais de saúde.

Com base nos apuramentos técnicos disponíveis, o PCP considera necessário redefinir a política de saúde mental, nomeadamente a nível de cuidados primários - através da ligação funcional com os médicos da carreira de clínica geral e da criação de serviços de consultoria e de consultas de Psiquiatria nos centros de saúde e da criação de Departamentos de Psiquiatria em todos os hospitais gerais.

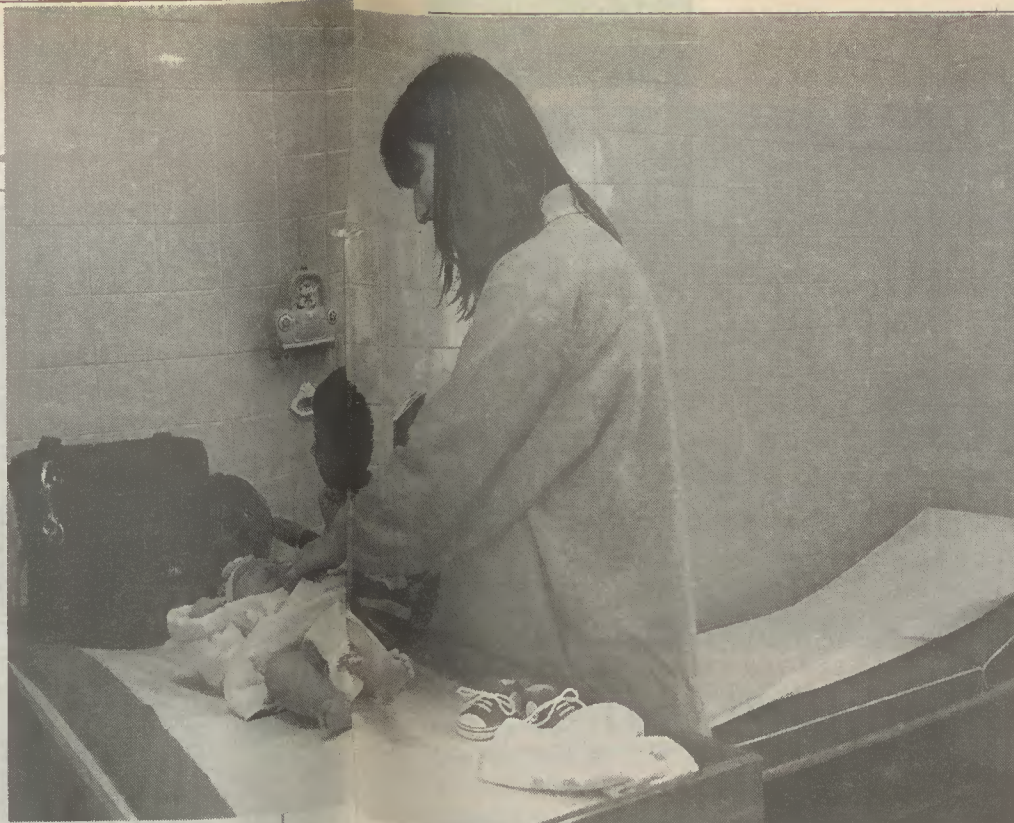
É ainda necessário descentralizar serviços especializados designadamente no tratamento da toxicod dependência e do alcoolismo e alargar o aumento das participações nos antidepressivos e neurolépticos.

O alastramento alarmante da toxicod dependência e do SIDA exige igualmente medidas específicas.

Designadamente em relação ao tratamento dos toxicod dependentes, o PCP defende uma rede pública de serviços - constituída por Unidades de Atendimento, Unidades de Internamento para desintoxicação física e Comunidades Terapêuticas para desintoxicação psicológica - e a reinserção social e profissional de toxicod dependentes através de protocolos de formação profissional e emprego.

Quanto à evolução da epidemia de SIDA em Portugal (um total de 5.798 notificações entre Janeiro de 1983 e final de Março de 1999 e um total 3288 óbitos entre 1994 e 1998), ela colocou um conjunto de novos e complexos problemas no domínio social e de luta contra a sua propagação.

Para combater este flagelo, o PCP defende a intensificação da Campanha Nacional de Prevenção contra a SIDA, nomeadamente através da recomendação e facilitação da utilização do preservativo; a criação de melhores e mais humanizados cuidados de saúde para todos os infectados pelo VIH e a redefinição dos serviços de apoio social e de saúde, com vista à inserção no contexto social normal dos indivíduos afectados pelo vírus.



Reforma fiscal Eliminar os privilégios ao capital

Anualmente, cerca de 50% das empresas societárias declaram prejuízos para efeitos fiscais; a generalidade dos profissionais liberais e dos empresários em nome individual pagam, em média, um imposto só comparável ao dos mais modestos rendimentos dos trabalhadores por conta de outrem; o montante dos benefícios fiscais (que contempla os rendimentos e aplicações financeiras) subiu para 300 milhões de contos/ano.

Ou seja, ressaltando as alterações ao IRS que por iniciativa do PCP foram introduzidas no Orçamento do Estado para 1999, a actuação do Governo do PS pautou-se pela manutenção da injustiça fiscal, pela penalização dos rendimentos do trabalho por conta de outrem (responsáveis por cerca de 50% do IRS cobrado), pelo privilégio ilegítimo dos rendimentos e operações de capital e pela contemporização com a evasão fiscal.

Para o PCP, tudo isto torna inadiável uma reforma fiscal, prévia a outras reformas necessárias, como seja a do financiamento sustentado da segurança social e do serviço nacional de saúde.

No que respeita à luta contra a fraude e a evasão fiscal, ela passa pela eliminação do sigilo bancário; pela justa tributação dos rendimentos das profissões liberais e dos empresários em nome individual; pela inversão do ónus da prova quando as empresas declarem prejuízos para efeitos fiscais; e pela melhoria da eficiência da Administração Fiscal.

No plano do alargamento da base tributária e de uma mais justa repartição da carga fiscal, é essencial rever profundamente o estatuto dos benefícios fiscais, mantendo apenas um regime de benefícios para situações económica e socialmente justificáveis; eliminar os privilégios concedidos aos rendimentos provenientes de dividendos, juros, mais-valias e outros rendimentos de capital; revogar o regime de excepção para as mais-valias mobiliárias decorrentes da alienação ou troca das quotas ou acções de que são titulares as sociedades gestoras de participações sociais; tributar os resultados das instituições bancárias e seguradoras.

Para implementar uma tributação de acordo com a capacidade contributiva, o PCP considera indispensável a criação de um imposto sobre o património imobiliário, que substitua o imposto da sisa e a contribuição autárquica; a criação de um imposto sobre a riqueza, que tribute o património mobiliário; e a aplicação do princípio do englobamento de todos os rendimentos, para efeitos de tributação em IRS e IRC.

Quanto ao desagregamento fiscal da tributação dos rendimentos do trabalho, e na sequência das alterações ao IRS introduzidas no Orçamento para 1999, impõe-se a fixação imediata da dedução específica pelos rendimentos do trabalho em 75% do salário mínimo nacional, com aumento progressivo desse limite nos anos subsequentes, e a redução progressiva das taxas do IRS. E, por todas as razões económicas, sociais e de justiça, urge a tributação das operações de venda de títulos em Bolsa ou fora dela, e bem assim das operações cambiais não suportadas em transacções comerciais (taxa Tobin).

Sector público Pôr fim às privatizações

A política de privatizações levada a cabo pelos sucessivos governos, particularmente pelo Governo PS, e a entrega aos grupos privados de sectores estratégicos e fundamentais da nossa economia, constituiu um dos maiores e mais escandalosos esbulhos do património nacional, lesando gravemente os interesses económicos do País e contrariando os interesses de uma estratégia de desenvolvimento nacional e de uma justa repartição da riqueza.

Assim, ao contrário do afirmado, não só as nacionalizações não constituíram um cancro para o país, como foram as privatizações que entregaram ao capital privado os lucros destas empresas, retirando-os ao Orçamento do Estado, afectado não só pela perda de receitas fiscais como pela maior tentativa de ingerência na condução das despesas públicas pelos grandes interesses económicos privados.

Por outro lado, o emprego e os direitos dos trabalhadores foram e são seriamente atingidos, com a liquidação de milhares de postos de trabalho - apenas parcialmente «compensados» pelo recurso à sub-contratação e a precarização das relações laborais -, a extinção e/ou revisão de acordos de empresa de que resultou a perda de regalias e direitos adquiridos; a intensificação das discriminações salariais, de maiores e mais intensos ritmos de trabalho e da degradação das condições de trabalho.

Ou seja, o regime democrático é ferido com a submissão do poder político ao poder económico e financeiro, voltando a instalar-se práticas antigas de confusão entre interesses públicos e privados e a expandir-se a corrupção nos vários sectores da vida política, económica e social.

Em consequência das privatizações, são cada vez menos os interesses do povo que determinam a política nacional. Em contrapartida, a concentração capitalista e o capital financeiro condicionam e restringem cada vez mais a democracia e impedem a adopção de um verdadeiro projecto de desenvolvimento nacional.

O esbulho do património

Reforçar papel do Estado

É preciso, pois, defender um sector público forte e dinâmico e o reforço do papel do Estado e pôr fim às privatizações que reduziram o sector público a uma dimensão claramente insuficiente e retiraram ao Estado instrumentos fundamentais para a implementação de uma política que dê resposta aos problemas do País.

O PS iniciou a privatização da EDP e vendeu as posições maioritárias do Estado na Portugal Telecom, na Cimpor, na Brisa e na Tabacqueira. Privatizou a maioria do capital do Banco de Fomento Exterior (BFE) e entregou a totalidade do capital do Banco Totta e Açores ainda na posse do Estado - 13,1% -, ao Grupo Champalimaud. Concretizou, ainda, a privatização da CNP, do Grupo Quimigal (envolvendo cerca de 12 empresas), da Setenave, de várias empresas do Grupo Portucel, da linha ferroviária da Ponte 25 de Abril, que foi concessionada, e das PEC (matadouros).

Ao mesmo tempo, promoveu o desmembramento da Administração Pública e o ataque ao papel do Estado - com a sua desresponsabilização e a privatização de alguma das suas funções; criou figuras

de Institutos, Sociedades Anónimas, Fundações e outras estruturas, com total confusão entre o público e o privado, com dinheiros públicos a financiar e a gestão e os interesses privados a dominarem; e, através da proliferação das concessões, foi esvaziando as funções do Estado nas áreas da captação, tratamento e distribuição de água, de tratamento de águas residuais e de resíduos sólidos urbanos e industriais.

Agora prepara a continuação das privatizações na Administração Pública e no sector empresarial, como é o caso da EDP, que levaria à perda da maioria do capital do Estado, da GALP - SGPS, holding do petróleo e do gás, dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e da TAP, em processo adiantado de entrega à Swissair e da ANA (aeroporos).

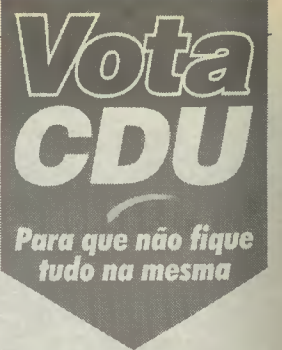
O Estado deve também reforçar as suas posições na comunicação social, como garantia de qualidade, pluralismo e igualdade de tratamento entre as várias forças políticas e contributo para o desenvolvimento cultural.

Um tal sector público, com dimensão e peso determinante nos sectores básicos e estratégicos da economia nacional, impõe a preservação das actuais posições do Estado nos sectores financeiro, industrial, das telecomunicações e dos transportes e vias de comunicação; a manutenção no sector energético da maioria do capital da EDP e das posições no gás e no petróleo; e a garantia como actividades públicas dos sectores da captação, do tratamento e distribuição de água, do tratamento de águas residuais e da recolha, tratamento de resíduos sólidos urbanos ou industriais, revertendo para o controlo e gestão públicas as actividades já concessionadas.

O Estado deve também reforçar as suas posições na comunicação social, como garantia de qualidade, pluralismo e igualdade de tratamento entre as várias forças políticas e contributo para o desenvolvimento cultural.



Listas estão entregues CDU passa ao esclarecimento



Encerrada a fase de apresentação das listas da CDU pelos vários círculos eleitorais, os candidatos da Coligação passaram agora à fase do esclarecimento. Na rua, junto aos trabalhadores e às populações, a CDU está a realizar uma campanha pela positiva, dando a conhecer as suas propostas

globais e específicas, esclarecendo sobre a necessidade do reforço da votação e do número de deputados da CDU para uma verdadeira mudança política. Assim, acompanhando a nova fase de trabalho, o «Avante!» encerra hoje a publicação das listas da CDU ainda não divulgadas.

Listas de candidatos

Braga

Agostinho Lopes

54 anos. Natural de Guidões, Trofa; Licenciado em Engenharia Química pela Faculdade de Engenharia do Porto; Dirigente nacional do PCP; Membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central

Cândido Capela Dias

51 anos. Natural de Caldeias, Guimarães; Economista; Vereador da Câmara Municipal de Guimarães

Casais Baptista

53 anos. Natural do Bonfim, Porto; Engenheiro civil; Quadro superior da ex-JAE; Membro da Assembleia Municipal de Braga

Carla Barbosa

29 anos. Natural de Paranhos, Porto; Educadora de infância; Foi cabeça de lista à Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão em 1997

Adão Mendes

47 anos. Natural de Ronfe, Guimarães; Operário têxtil; Coordenador da União dos Sindicatos de Braga e membro da Comissão Executiva da CGTP-IN; Presidente da Assembleia Geral do Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes; Membro da Assembleia Municipal de Guimarães e da Assembleia de Freguesia de Ronfe

Carlos Silva

52 anos. Natural de Abade do Neiva, Barcelos; Sociólogo. Professor na Universidade do Minho; Licenciado em Direito na Universidade de Lisboa e Licenciado e Mestrado em Sociologia pela Universidade de Amsterdão; Director do Curso de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho; Galardoado em 1997 com o prémio Sedas Nunes para as Ciências Sociais

Maria José Guedes

37 anos. Natural de S. Vicente, Braga; Operário da Blaupunkt e membro das ORT's do Complexo Grundig; Dirigente do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Norte; Membro do Conselho Distrital da União de Sindicatos de Braga; Tesoureira da Junta de Freguesia de Ferreiros, Braga

António Salgado Almeida

40 anos. Natural de Candoso S. Martinho, Guimarães; Médico; Vereador da Câmara Municipal de Guimarães

Álvaro Saraiva

37 anos. Natural de S. Lázaro, Braga; Funcionário público; Membro do Conselho Nacional e da Comissão Executiva do Partido Ecologista «Os Verdes»; Foi membro da Comissão Instaladora e da primeira Direcção da Associação de Estudantes da Escola Secundária Carlos Amarante

Fernando Bessa

33 anos. Natural de Rio Tinto, Porto; Professor universitário; Licenciado em História pela Universidade Portuguesa, Mestrado em Antropologia pela Universidade do Minho; Independente

Balbina Pimenta

49 anos. Natural de Gondar, Guimarães; Empregada de escritório; Presidente da Junta de Freguesia de Selho S. Jorge (Pevidém)

Bragança

Lídio Alberto Correia

53 anos. Funcionário da Segurança Social; Eleito na Assembleia Municipal de Bragança; Presidente da Associação de Pais da Escola C+S Paulo Quintela; Dirigente do Sindicato da Função Pública do Norte; Membro da União dos Sindicatos de Bragança

José António Saraiva Brinquete

45 anos. Em pregado; Eleito na Assembleia Municipal de Bragança; Membro dos Corpos Sociais da Associação de Pais da Escola Secundária Abade Baçal

Acácio José Araújo

54 anos. Industrial da panificação; Membro da Direcção dos Bombeiros Voluntários de Mirandela

Rui Manuel Correia Tadeu

42 anos. Arquitecto de interiores e empresário agrícola; Presidente da Cooperativa Agrícola de Vila Flor

Irina Daniela Pires Baptista

22 anos. Estudante da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança

Manuel João Araújo

46 anos. Secretário da Câmara Municipal de Alfândega da Fé; Dirigente distrital e nacional do STAL; Membro da União dos Sindicatos de Bragança

Francisco Fernandes Madruga

42 anos. Director comercial; Candidato à Presidência da Câmara Municipal de Mogadouro em 1997

Vitor Manuel Martins

35 anos. Agricultor; Candidato à Presidência da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros em 1997

Miguel Lopes

40 anos. Natural de Riba d'Ave, Vila Nova de Famalicão; Funcionário do Sindicato Têxtil; Presidente da Junta de Riba d'Ave; Independente

Viriato Amaral

52 anos. Natural de Atalaia, Pinhel; Funcionário da Segurança Social; Vereador na Câmara Municipal de Braga; Membro da Comissão de Trabalhadores do CRSS; Presidente da Cooperativa de Consumo e do Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores da Segurança Social e da Saúde do distrito; Presidente da Mesa do Congresso da Federação Nacional dos CCD's da Segurança Social e da Saúde

João Moreira

35 anos. Natural de Braga; Engenheiro técnico agrícola; Colabora na actividade de várias organizações da lavoura do Minho; Independente

Ivan Dias

24 anos. Natural de Braga; Estudante de Comunicação Social na Universidade do Minho; Independente

Júlia Vale

36 anos. Natural de S. Lázaro, Braga; Educadora de infância; Dirigente do Sindicato dos Professores do Norte e membro do Conselho Nacional e do Secretariado Nacional da FENPROF; Membro da Assembleia de Freguesia de Nogueira

Ana Amélia Guimarães

33 anos. Natural de Azurém, Guimarães; Professora do Ensino Secundário em Vizela; Dirigente do Sindicato dos Professores do Norte; Membro da Assembleia Municipal de Guimarães

Francisco Vieira

43 anos. Natural de Selho S. Jorge (Pevidém), Guimarães; Operário têxtil Presidente do Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes; Membro do Conselho Nacional da CGTP-IN e do Conselho Distrital da União dos Sindicatos de Braga

Joaquim Magalhães

43 anos. Natural de Antime, Fafe; Industrial; Secretário da Junta de Freguesia de Antime e membro da Assembleia Municipal de Fafe

Celestino Gonçalves

51 anos. Natural de Palmeira, Braga; Operário metalúrgico; Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Braga; Membro do Conselho Nacional da CGTP-IN e do Conselho Distrital e da Comissão Executiva da União dos Sindicatos de Braga; Membro da Direcção da FEQUIMETAL

Silvio João Sousa

23 anos. Natural de Calendário, Vila Nova de Famalicão; Estudante do curso de Engenharia Electrónica e de Computadores na Faculdade de Engenharia do Porto; Dirigente da Associação de Estudantes; Membro da Juventude Comunista Portuguesa (JCP)

Manuela Martins

47 anos. Natural de Sé, Braga; Funcionária pública; Dirigente do Sindicato da Função Pública do Norte; Membro da Direcção da Associação de S. Vicente de Paula

Açores

Mário Abrantes da Silva

49 anos. Engenheiro silvicultor; Vogal da Assembleia Municipal de Ponta Delgada; Membro do Comité Central do PCP e do Secretariado do PCP/Açores

Alzira Gonçalves Soares Luís

41 anos. Bióloga, técnica superior da Administração Regional; Presidente da Direcção do Sporting Clube da Horta; Independente

João Menezes da Costa

39 anos. Professor do ensino secundário na Escola Vitorino Nemésio, Praia da Vitória; Independente

Cláudio Amaral Medeiros

51 anos. Técnico de telecomunicações; Membro da União dos Sindicatos de São Miguel e Santa Maria; Independente

Alfredina da Piedade Alves

32 anos. Empresária; Membro da Comissão da CDU da Ilha do Pico; Independente

Pedro Decq Mota Roldão

23 anos. Estudante da Universidade dos Açores; Membro do Secretariado Regional da JCP

José Jacinto Tavares Pacheco

55 anos. Agricultor; Dirigente da União Cooperativa das Flores; Membro da Comissão da Ilha das Flores do PCP

José Ricardo Raposo

48 anos. Funcionário público e dirigente sindical; Membro da Comissão CDU de Santa Maria; Independente

Teresa Barbosa

32 anos. Telefonista; Membro da Comissão de Ilha Terceira do PCP e da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP

José Dias Leitão

41 anos. Funcionário público; Dirigente sindical e dirigente associativo; Membro da Comissão de Ilha do Faial do PCP e do Conselho Regional do PCP

Santarém

Maria Luísa Raimundo Mesquita

50 anos. Professora; Licenciada em Filologia Românica e com mestrado em Literatura e Cultura Portuguesa; Deputada na Assembleia da República, vice-presidente da Comissão para a Paridade e Igualdade de Oportunidades e membro da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura; Eleita na Assembleia Municipal de Santarém

Jorge Manuel Ferreira Cordeiro

45 anos. Membro da Comissão Política do PCP, responsável pela Organização Regional de Santarém do PCP

Valdemar Rodrigues Henriques

49 anos. Metalúrgico; Coordenador da União de Sindicatos de Santarém e membro do Conselho Nacional da CGTP-IN; Vereador da Câmara Municipal de Alcanena; Membro da Direcção da Organização Regional de Santarém do PCP

Fernando Anibal Serafim

48 anos. Engenheiro técnico agrícola; Membro da Assembleia Municipal de Coruche e vice-presidente da Associação de Defesa do Património de Coruche; Independente

Júlia Maria Amorim

36 anos. Professora da Escola Básica 2-3 e Secundária Luís de Camões, em Constância; Licenciada em Biologia e Geologia; Vereadora da Câmara Municipal de Constância; Independente

Francisco Canais Rocha

69 anos. Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Presidente da Associação de Reformados de Torres Novas e da Federação das Associações de Reformados do Ribatejo; Independente

Francisco Madeira Lopes

24 anos. Estudante de Direito e do Conservatório de Música; Membro do Orfeão da Academia e do Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra; Membro da Assembleia Municipal de Santarém; Membro do Conselho Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes».

Carlos António Pinto Coutinho

36 anos. Empregado bancário; Vereador da Câmara Municipal de Benavente; Membro da Comissão Concelhia de Benavente do PCP

José Miguel Carvalho

48 anos. Médico pneumologista no Centro de Diagnóstico Pneumológico de Santarém; Membro da Comissão de Luta Contra a Tuberculose. Vice-presidente da Associação de Amigos da Casa-Museu dos Pastos, de Alpiarça; Independente

Susana Domingos Gaspar

19 anos. Estudante da Escola Superior de Dança; Membro da Associação de Estudantes da Escola Superior de Dança; Membro da JCP

José Rui Raposo

41 anos. Técnico sindical do Sindicato da Função Pública do Sul e Açores; Representante da CGTP-IN na Comissão Distrital da Segurança Social; Membro da Comissão Concelhia de Santarém do PCP

Mariana Rita Correia Neves

37 anos. Educadora de infância; Membro da Equipa de Apoios Educativos; residente da Direcção do Centro de Educação Espacial «O Ninho», de Rio Maior; Presidente da Mesa da Assembleia do Grupo d'Artes do Cartaxo

Silvia Cristina Serraventoso

20 anos. Estudante de Direito; Membro da JCP

Isabel Maria Constantino da Guia

45 anos. Funcionária da Administração Regional de Saúde de Santarém; Membro do Partido Ecologista «Os Verdes»

Francisco Manuel Petisca Matias

34 anos. Gráfico; Vereador da Câmara Municipal da Chamusca; Membro da Comissão Concelhia da Chamusca do PCP

Madeira

Marco Gonçalves

25 anos. Advogado, licenciado em Direito pela Universidade Nova de Lisboa

Fátima Gonçalves

42 anos. Professora; Membro do Partido Ecologista «Os Verdes»

João Lizardo

50 anos. Advogado; Membro da Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira do PCP

Luís Sousa

36 anos. Agricultor; Membro da Associação de Jovens Agricultores; Eleito pela CDU na Assembleia de Freguesia de Câmara de Lobos; Membro da Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira do PCP

Pedro Vieira

23 anos. Trabalhador-estudante, desenhador de construção civil; Membro da Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira do PCP e coordenador do PCP para o concelho de Machico

José António Jardim

52 anos. Dirigente sindical no sector de Hotelaria; Membro da Comissão de Luta do Hotel Atlantis; Membro do PCP

Fátima Vieira Luís

34 anos. Empregada de limpeza; Membro do PCP, ligada à luta das populações no concelho do Funchal.

Paulo Gonçalves

44 anos. Operário especializado do sector das telecomunicações; Presidente da Delegação Regional do Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual (SINTTAV); Membro da Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira do PCP

Maria José Afonso

40 anos. Funcionária sindical; Membro da Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira do PCP; Responsável pelo Organismo das Mulheres do PCP/Madeira

Carlos Ferreira

42 anos. Funcionário Público; Dirigente desportivo; Membro da Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira do PCP e membro da Comissão de Empresas do PCP.

Coimbra

Mário de Oliveira Nogueira

41 anos. Professor do 1.º ciclo do Ensino Básico; Coordenador do Sindicato dos Professores da Região Centro e do Conselho Nacional e do Secretariado da FENPROF; Membro do Conselho Nacional da CGTP-IN e do «Bureau Exécutif» do Comité Sindical Europeu de Educação e do Comité Regional Europeu da Internacional de Educação; Director Desportivo do sector de competição da Secção de Patinagem da Associação Académica de Coimbra; Membro do PCP

Maria Teresa Freire Vieira

49 anos. Professora universitária e investigadora de Ciência dos Materiais; Directora do Laboratório de Ensaios de Desgaste e Materiais (LED & MAT); Independente

José Martins Figueiredo

44 anos. Comerciante; Presidente da Junta de Freguesia de Souselas; Presidente do Centro Social da Marmeleira; Presidente do Conselho Directivo dos Baldios da Marmeleira e do Secretariado de Baldios do distrito de Coimbra; Membro do PCP

Silvina Silva F.ª Queiroz

47 anos. Professora do 2.º Ciclo; Dirigente Sindical do Sindicato dos Professores da região centro; Eleita na Assembleia Municipal da Figueira da Foz; Membro da Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP

João Carlos Araújo Moraes

45 anos. Médico especialista em cardiologia, exerce funções nos Hospitais de Coimbra; Investigador em vários estudos científicos internacionais, autor de mais de uma centena de trabalhos científicos na área da cardiologia; Actualmente é vice-presidente da Sociedade de Cardiologia para a Zona Centro; Independente

António Moreira da Costa Albuquerque

44 anos. Metalúrgico; Dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos e coordenador da União dos Sindicatos de Coimbra. Membro do Conselho Nacional da CGTP-IN; Membro da Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP

João Carlos Abrantes

53 anos. Engenheiro técnico agrário; Técnico do Ministério do Ambiente; Eleito na Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho; Membro da Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP

José Miguel Pacheco Gonçalves

26 anos. Engenheiro técnico agro-pecuário; Membro do Conselho Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes»

Vanda Cristina Santos Silva

23 anos. Estudante de Direito em Coimbra; Membro da Associação Juvenil «Mundo Comum»; Membro da Comissão Política Nacional da JCP; Membro da Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP

Dalila Gameiro Salvador

34 anos. Psicóloga, exerce funções na Associação para o Desenvolvimento e Formação Profissional e na Comissão de Protecção a Menores de Miranda; Presidente do Conselho Fiscal do Grupo Recreativo de Miranda; Eleita na Assembleia Municipal de Miranda do Corvo; Independente indicada pela Intervenção Democrática

João Nunes Lopes Curto

45 anos. Médico psiquiatra; Chefe de Serviços da Unidade de Desabilitação de Coimbra, Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodpendência (SPTT); Coordenador geral do Grupo de Etnografia e Folclore da Academia de Coimbra (GEFAC); Membro do PCP

Maria Alice Quintas S. A. de Carvalho

51 anos. Enfermeira chefe no centro de Saúde de Mira; Membro do Conselho Directivo da Ordem dos Enfermeiros; Membro do PCP

Victor Paulo Rodrigues Pais

42 anos. Engenheiro civil nos Serviços de Instalação e Equipamentos dos Hospitais da Universidade de Coimbra; Vice-presidente da Casa do Pessoal dos H.U.C.; Membro da Direcção da Associação dos Engenheiros Hospitalares; Independente

Rui Manuel Pedrosa Tinoco

38 anos. Enfermeiro no Hospital Distrital da Figueira da Foz; Dirigente Sindical do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses - Direcção Regional de Coimbra; Independente

Luís Carlos Rodrigues da Silva

52 anos. Advogado; Presidente da Direcção do Ateneu de Coimbra; Membro da Junta de Freguesia de Alameda; Dirigente da Secção de Rugby da Associação Académica de Coimbra; Membro do PCP

Vila Real

Virgílio Cardoso Alves

50 anos, natural de Santa Valha, Valpaços. Professor universitário; Membro da Assembleia e do Senado da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e secretário da Comissão Permanente do Conselho Científico; Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação dos Criadores do Marone e membro fundador do Concelho Agrícola de Vila Real; Membro dos Corpos Sociais do Sindicato dos Professores do Norte; Membro da Direcção da Organização de Vila Real e da Direcção da Organização de Trás-os-Montes do PCP

Maria José Gomes Teles Grilo

54 anos. Professora; Membro da Assembleia Municipal de Chaves

Mário Machado da Costa

49 anos. Dirigente nacional do PCP e membro da Direcção da Organização de Trás-os-Montes do PCP

Maria Alberta Gonçalves Santos

39 anos. Escriturária; Dirigente da Associação dos Pastores Transmontanos; Assessora associativa da Direcção do Conselho Agrícola do Distrito de Vila Real; Membro da Assembleia Geral da Confederação Nacional de Agricultura; Membro da Direcção da Organização de Trás-os-Montes do PCP

Legislativas99

MaisCDU

CDU - Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



Leiria

Rogério Manuel Madeira Raimundo

48 anos. Professor de Matemática; Eleito para o Conselho Geral da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio e da Direcção da Nova União das Colectividades do Concelho de Alcobaça; Vereador na Câmara Municipal de Alcobaça; Membro da Direcção da Organização Regional de Leiria do PCP

Paulo Renato J. Pedroso Tojeira

42 anos. Doutoramento em Educação Física e especialista em Cinesioterapia e Reabilitação Funcional, trabalha nesta área; Coordenador do Departamento de Educação Física e membro do Conselho Pedagógico da Escola Secundária Eng. Calazans Duarte, da Marinha Grande; Colaborador do pólo da Marinha Grande da ISMAG/Universidade Lusófona; Coordenador do Centro de Férias para Jovens; Vereador da Câmara Municipal da Marinha Grande; Membro do PCP

Maria Fernanda Mateus

40 anos. Operária têxtil; Membro da Direcção Nacional do Movimento Democrático de Mulheres; Membro da Comissão Política do PCP, é responsável pela Direcção da Organização Regional de Leiria e pela Comissão junto ao Comité Central do PCP para os problemas e movimento das mulheres

João José Pereira Moital

53 anos. Empregado de escritório; Dirigente desportivo, animador cultural e actor de teatro; Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo e membro da Assembleia Municipal de Leiria; Membro do Partido Ecologista «Os Verdes»

Jorge Serafim Silva Abrantes

43 anos. Economista; Director da Fnacoopescas - Organização de Produtores e coordenador nacional da Associação Nacional da Organização de Produtores de Pesca de Cerco; Vice-presidente da Associação para o Desenvolvimento de Peniche; Representante português no Conselho Consultivo das Pescas da União Europeia; Membro da Assembleia Municipal de Peniche; Independente

António da Conceição Ferraria

51 anos. Agricultor; Presidente da Federação dos Agricultores do Distrito de Leiria e da Direcção Nacional da Confederação da Agricultura Portuguesa; Independente

Joaquim Paulo da Silva Barros

36 anos. Empresário; Membro da Comissão Concelhia de Caldas da Rainha do PCP

Frederico Caneco Martins

48 anos. Industrial de hotelaria; Presidente do Conselho Fiscal da Associação Comercial e Industrial da Nazaré e representante da Associação dos Restauradores de Portugal para a área de Higiene e Segurança; Membro da Assembleia Municipal da Nazaré; Membro da Direcção da Organização Regional de Leiria do PCP

Maria de Los Angeles V. Peña de Oliveira

41 anos. Licenciada em História e professora na Escola Secundária do Bombarral; Vice-presidente da Associação de Defesa do Património Cultural do Bombarral

Manuel Martins da Cruz

51 anos. Engenheiro técnico; Coordenador do Sindicato dos Metalúrgicos de Coimbra e Leiria; Membro da Comissão Executiva da União dos Sindicatos de Leiria e do Secretariado da Fequimetal; Representante sindical no Conselho Regional de Segurança Social do Centro; Colaborador permanente do «Jornal da Marinha Grande»; Membro da Direcção de Organização Regional de Leiria do PCP

Nídia Maria Coutinho Valente

40 anos. Professora, licenciada em Línguas e Literaturas Modernas; Presidente do Conselho Executivo do Ensino Básico 2-3 de Freixianda e vice-presidente da Direcção da Associação de pais do Ensino Básico 2-3 e Secundária de Ansião; Membro da Frente Anti-Racista; Redactora principal do jornal «Horizonte» de Ansião e impulsadora de projectos de dinamização cultural e recreativa para a juventude Independente

Teresa Neves

36 anos. Engenheira química; Membro da Assembleia Municipal da Marinha Grande; Membro da Comissão Executiva e do Conselho Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes»

Manuel da Silva Neto

41 anos. Operário vidreiro; Membro da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira e da Comissão Executiva da União de Sindicatos de Leiria; Independente

Catarina Antunes Costa

20 anos. Estudante universitária; Activista em Pombal do Movimento Associativo de Estudantes e do Movimento Tolerância; Membro da Direcção da Organização Regional de Leiria do PCP e da Direcção Distrital da JCP

Luís Filipe F. Silva Caixeiro

20 anos. Empregado de comércio; Membro da Comissão Concelhia de Alcobaça e da Direcção da Organização Regional de Leiria do PCP; Membro da Direcção Nacional da JCP.

Castelo Branco

Luís Pereira Garra

42 anos. Operário têxtil, residente na Covilhã; Membro do PCP

Carlos Alberto de Sousa Vale

63 anos. Gerente comercial, residente na Covilhã; Membro do PCP

Isaura Machado dos Reis

43 anos. Professora, residente na Covilhã; Membro do PCP

Maria Dulce Ribeiro Pinheiro

39 anos. Professora, residente em Belmonte; Membro do PCP

Vasco Serra Cardoso

22 anos. Estudante universitário, residente na Covilhã; Membro da Juventude Comunista Portuguesa (JCP)

António Francisco Bentes Gil

40 anos. Professor, residente em Idanha-a-Nova; Membro do PCP

Maria Teresa Pimentel A. Pereira de Sena

39 anos. Professora e artista plástica, residente no Fundão; Independente indicada pelo PCP

Helder Januário Lopes Rodrigues

46 anos. Professor, residente em Castelo Branco; Independente indicado pelo Partido Ecologista «Os Verdes»

Vladimiro Alberto Alves Vale

25 anos. Engenheiro técnico agrícola, residente em Castelo Branco; Membro da Juventude Comunista Portuguesa (JCP)

Sílvia Maria Tourais M. da Costa Correia

41 anos. Professora de dança, residente no Tortosendo; Independente indicada pelo PCP

Guarda

Luísa Araújo

51 anos. Membro do PCP desde 1971, tem sido responsável pela edição de várias publicações; Membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP; Responsável, ao nível da Direcção, pelas Questões da Infância e pela Área da Juventude

José Manuel Costa

44 anos. Professor do 2.º Ciclo; Membro da Direcção do Sindicato dos Professores da Região e do Conselho Nacional da FENPROF; Membro da União dos Sindicatos da Guarda; Membro da Comissão Concelhia da Guarda e da Direcção da Organização Regional da Guarda do PCP

Anastásia Dias Ferreira Cunha Leite

37 anos. Professora de Educação Física, lecciona igualmente a nova disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social; Dinamizadora do «Clube de Xadrez de Seia» Independente

André Valente Martins

46 anos. Licenciado em Sociologia; Membro da Assembleia Municipal da Guarda; Membro da Comissão Executiva do Partido Ecologista «Os Verdes»

Maria Emilia Manta N. F. N.

49 anos. Funcionária pública; Integra o Grupo de Apoio Médico do Centro de Saúde de Gouveia aos Toxicodpendentes do Concelho; Ex-Directora do jornal «O Cardo»; Membro da Comissão Concelhia de Gouveia e do Conselho Regional do PCP

Aristides Valente de Sampaio Rodrigues

42 anos. Professor do ensino secundário; Presidente dos Bombeiros Voluntários de Almeida; Eleito na Junta de Freguesia de Almeida; Membro da Direcção da Organização Regional da Guarda do PCP

Rui Miguel Ribeiro Pascoal

22 anos. Trabalhador/estudante; Formador de Fotografia no Instituto da Juventude; Membro da CNES e da Direcção Nacional da JCP; Membro da Direcção da Organização Regional da Guarda do PCP;

Manuel Abrantes Craveiro Aldeia

44 anos. Funcionário do Registo Civil; Delegado sindical da Função Pública; Presidente da Direcção da Cooperativa do jornal «Notícias de Manteigas», do qual já foi director interino; Membro da Comissão Concelhia de Manteigas e da Direcção da Organização Regional da Guarda do PCP

EM FOCO

■ Sérgio Ribeiro

Mais CDU

Com Timor em pano de fundo

Todas as eleições são difíceis. Há sempre qualquer coisa que joga contra nós, contra quem não fez da política mais um mercado (do voto), uma mera profissão, uma «carreira e promoção social, política-espectáculo, política de marketing»¹. As eleições deveriam ser a oportunidade de se apresentar o balanço do trabalho realizado em representação das populações que escolheram quem os representasse, possibilitando a comparação entre os diferentes mandatos, entre o que se prometeu e o que se cumpriu (ou não!). E de se confrontar propostas (propostas, não promessas) de políticas de representação de quem vai escolher quem os represente, no quadro de projectos globais de sociedade. Assim deveria ser. Porque – e para isso – vivemos numa democracia representativa.

Todas as eleições têm dificuldades particulares. As que se aproximam surgem num momento marcado indelevelmente por Timor. Como pano de fundo.

Falar ao povo português, aos eleitores, do que foi feito em sua representação, do que não foi feito embora prometido, do que teria sido feito ao invés do que prometido fora, falar de Portugal, do Portugal real, quotidiano, ainda se torna mais difícil quando o ambiente é de grande emoção pelo que sofre um outro povo a muitos milhares de quilómetros.

Os deputados comunistas querem prestar contas. É natural! Têm muito trabalho realizado para mostrar, nas condições em que cumpriram os mandatos. Como sempre tem acontecido.

Os outros, quase todos os outros (há excepções... tão raras que apenas existirão para que haja regra), têm pouco para mostrar e muito para esconder. Como sempre tem acontecido. Pelo que se fazem distraídos e procuram, sempre, manobras de diversão. Timor serve perfeitamente.

Assim tem sido e para nós, que andamos nestas lutas há muitos anos, só nas últimas eleições para o Parlamento Europeu encontramos situação diferente porque se conseguiu – com o bom trabalho de quem o conseguiu... – que fossem órgãos da comunicação social a dizer o que não nos cansamos de provar e que pouco mais merece que um encolher de ombros.

O ambiente consensual de que os deputados comunistas no PE trabalharam muito e bem não resultou desse trabalho ter sido melhor do que o de camaradas eleitos em diferentes instituições, mas disso ter sido proclamada por outros². Por aqueles que habitualmente não o fazem, que o ignoram, que nenhum eco dão ao que vamos apresentando como prestação de contas, como é, agora, o caso dos camaradas na Assembleia da República.

Retomando o fio e o pano de fundo...

Quem poderia tirar benefício da análise dos balanços da legislatura, pelo que fez e pelo que outros não fizeram ou fizeram ao contrário, aparece claramente prejudicado pelo ambiente provocado pela situação em Timor.

Mesmo que não houvesse intenções de distração e de diversão (e há!), Timor justifica que tudo o resto seja subalterno. Ou não fosse um povo que está a ser sacrificado. Mais uma vez na sua história. E que, mais uma vez na sua história, espantosamente resiste e sobrevive.

O que se diga em relação aos balanços, serve também para as propostas a debater quanto ao futuro. Que Portugal queremos no contexto de uma União Europeia, a recusa desta como sendo uma inevitabilidade de sentido único e única formatação, a evolução da repartição dos rendimentos, o agravamento da dispersão dos orçamentos familiares, como combater a tendência para maiores desigualdades sociais e assimetrias regionais, não são temas que se inscrevem num ambiente de grande emotividade, de necessária e urgente solidariedade para com o povo de Timor. Já o mesmo não se diz para redutoras e enganadoras promessas de redução de x por cento nos impostos e de aumentos de y contos nas reformas, que em qualquer contexto servem a demagogia.

As eleições que se aproximam, a somar às dificuldades de todas as eleições, na espécie de democracia em que vivemos,

terão, assim, esta muito particular dificuldade. Que se traduz em ainda maior desfavor da política-pedagogia em relação à política-demagogia.

Uma campanha eleitoral ignorando Timor?

Quer isto dizer que se devia fazer uma campanha eleitoral ignorando ou minimizando Timor? De

modo nenhum é essa a nossa opinião.

É evidente que se está num terreno muito delicado. O ambiente criado é propenso a aparentes unanimismos, e quem arrisca uma palavra de reserva ou crítica suscita imediata e natural reacção pois o sentimento geral de um povo relativamente ao que sofre um outro povo com quem tem fortes laços culturais e afectivos alimenta falsos consensos. E não estamos a falar, evidentemente, daquelas enormidades que saem da boca do sr. Alberto João e de colegas de partido. Mas também não se pode aceitar e dar absolvição à auto-flageladora e piedosa (melhor se diria pia) confissão do primeiro ministro português de que «cometemos um erro de avaliação»!

antes nacionalizado às privadas mãos (garras) multinacionais. É verdade que eram comunistas, e razão tinha Brecht no seu poema...

Mas também se pode lembrar que, em 1976, a invasão de Timor-Leste, nas vésperas da sua independência, causou mais de cento e cinquenta mil vítimas³, a que se devem acrescentar as que se foram somando durante este quase quarto de século de resistência heróica (cultural, religiosa) de um povo que sobreviveu e assim se cimentou. Tanto que conseguiu chegar à auto-determinação e independência.

Estamos, todos!, perante um horror. Horror que, hoje, as televisões nos «oferecem» em directo. Não se esqueçam, no entanto, os horrores que, sem erros de avaliação que se pagam com milhares de vidas à dimensão de genocídio, podiam ter feito prever e tentar prevenir este a que hoje assistimos. E a que, congratulemo-nos, os povos reagem!

Quando foi assinado o acordo de Maio, houve quem não tivesse suficientemente ponderado os antecedentes, pois só assim se pode explicar a confiança na «boa fé» da Indonésia. Que continua, mesmo depois de obrigada – pela reacção dos povos! – a aceitar a intervenção, a comprovar o que é: uma «boa fé» que, quando caem as aspas, se revela, em interminável sucessão, uma criminoso má fé. Sempre com um crédito de confiança renovado.

A todos nós, mas particularmente aos que são mais responsáveis – pelo que os seus erros de avaliação mais graves são –, aconselhar-se-ia a importante obra de Pedro Ramos de Almei-



Também aqui devemos ser o que somos. A diferença. Também aqui devemos procurar os antecedentes e as causas, e não nos satisfazer com manifestações de solidariedade às vítimas, passando ao lado dos antecedentes, das causas, das responsabilidades, do que provocou as consequências e as suas vítimas.

Não se vai adiantar muito mais, mas sublinhar que a solidariedade para com o povo de Timor-Leste não pode fazer esquecer o que teria sido – e continuará – esquecido: uma cultura (se cultura se pode chamar) de violência brutal que caracteriza a evolução política na Indonésia.

Sacrifício e heroicidade dos povos – exemplos no tempo e espaço indonésios

Não é preciso consultar tratados para se aceder a informação que nos diz terem sido perto de um milhão os assassinados e «desaparecidos» e 200 mil os «presos políticos»⁴ no golpe militar de Suharto, de 1965, feito para evitar a «penetração comunista» ou, por outras palavras, para devolver o petróleo

da acabada de publicar⁵, e a busca, no índice analítico, das referências a Timor. Muito se aprende nessa consulta e ainda mais razões se ganham para admirar o povo de Timor, que, colonizado, sofreu todas as inflexões da «neutralidade» do fascismo na guerra de 39/45 e foi usado por Salazar como moeda de troca nas suas traficâncias com a Inglaterra, Austrália e Japão, e com os Estados Unidos relativamente aos Açores.

Para terminar, desse livro e notas, retira-se uma que parece oportuna:

101. Em plena questão de Timor, escreve AOS (António de Oliveira Salazar) a Armindo Monteiro: «os factos da vida ensinaram-me a descrever dos ricos, dos poderosos e dos grandes» (FN III.210). Descria mas continuava servindo... (pg. 309, ano de 1941).

(¹) Álvaro Cunhal, numa das suas conversas com Catarina Pires (*Cinco conversas com Álvaro Cunhal*, Campo das Letras, Abril de 1999).

(²) A questão do que teria sido o nosso aproveitamento estratégico desse ambiente consensual nas eleições de Junho é outra, que para aqui não será oportuno trazer... mas que não arquivaremos!

(³) Estimativas em edições do *Guia do Terceiro Mundo*.

(⁴) *Nova Enciclopédia Portuguesa*, Ediclube, 1992.

(⁵) Salazar – *biografia da ditadura*, Avante!, 1999.

Segurança e Defesa na agenda política!

■ Rui Fernandes

Publicou o General Loureiro dos Santos (LS) um artigo - DN de 2/9/99 - com o título que dá corpo a este, mas com uma diferença: o General termina com uma interrogação e este termina com uma exclamação.

Nesse artigo o Gen. LS diz que «aqueles que justificam o interesse da alteração do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) por causa do novo conceito estratégico da NATO cometem dois erros:

- Quando admitem que os interesses nacionais profundos variam em função das estratégias das alianças de que fazemos parte (...) assumem um posicionamento inverso daquele que deve ser adoptado, uma vez que são os nossos interesses que devem influenciar a estratégia da NATO e não o contrário.

- Não há necessidade de qualquer adaptação no CEDN vigente, uma vez que nele consta já expressamente que as Forças Armadas devem «poder actuar como instrumento da política externa do Estado» (...) e que devem «constituir um sistema de forças» capaz de, entre outras tarefas «satisfazer os compromissos assumidos por Portugal, no âmbito da NATO e da UEO».

Na verdade, aquilo que deveria ter sucedido, mas a isso fugiu o Governo, era um amplo debate sobre as Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional previamente à aprovação do Conceito da NATO e a defesa dos interesses nacionais no quadro do debate que ocorreu quando do trabalho preparatório do Conceito da NATO. Ora, não só não se verificou tal debate, como nem amplo debate prévio houve à aprovação do Conceito da NATO, como não houve qualquer consulta às instituições e um objectivo esclarecimento ao povo português quando do envio de militares portugueses nas operações de guerra contra a Jugoslávia. Mas importa recordar que o Conceito em vigor, que data de Janeiro de 1994, também foi aprovado após alterações ao Conceito então em vigor na NATO, como na altura o PCP alertou. Ou seja, na altura não foram os interesses estratégicos portugueses a influenciar as modificações ocorridas, mas outros interesses a influenciar o conceito nacional.

Bom, mas o PCP considera que o CEDN necessita efectivamente de ser alterado já que, no nosso entendimento, ele não consagra consistentemente uma política articulada do ponto de vista económico, diplomático, cultural, etc., que, partindo da análise das debilidades e potencialidades nacionais, adopte uma estratégia articulada de desenvolvimento de Portugal. Como se pode inserir, por exemplo, a privatização de sectores estratégicos da economia numa estratégia de defesa, afirmação e desenvolvimento nacional? Na verdade, o actual CEDN é, como diz o General, inócuo. E é-o não porque tenha de ser, mas porque convém que o seja. Quanto menos precisas forem as linhas orientadoras fundamentais mais à vontade está o Governo para fazer o que quer, sem que alguém possa dizer «olhem lá: os srs. estão a violar o constante no...». Mas, neste caso concreto, se o Conceito Estratégico é inócuo a Constituição da República não o é.

Repare-se que se é verdade que a CRP diz que as FA's devem «poder actuar como instrumento da política externa do Estado» diz também que «Portugal preconiza a abolição (...) do domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos». Isto nada tem de inócuo.

Na actual situação, quando se assistiu ao desembarço no lançamento de mísseis contra a Jugoslávia à margem na ONU, e as recentes posições e hesitações no envio de uma força de manutenção de paz que pusesse fim ao genocídio do povo de Timor Leste, impõe-se a defesa de um caminho. A CRP aponta também esse caminho, não nos pontos que o General citou no seu artigo, mas nos que não referiu e que se citam. E isto para que se saiba que esta matéria não é como os rios - correm num só sentido -, mas antes estradas com curvas e contracurvas e trânsito nos dois sentidos. Claro está que cada um toma o sentido que lhe convém.

Outro aspecto do artigo do General Loureiro dos Santos é o que se prende com a defesa que o General faz do aumento das

despesas com as FA's. Segundo o General eles correspondem a 1,6% do PIB e deveriam aumentar 1%, ficando em 2,6%, número que se aproxima dos valores existentes nos países da União Europeia.

O sr. General sabe, os militares sabem, quais têm sido as posições, os projectos e as propostas do PCP no que respeita às FA's, seja no plano do reequipamento, seja nos planos sociais, de carreira, estatutário, etc.. Nunca questionámos o dinheiro para as FA's. Mas sempre questionámos as opções - Dinheiro para quê? Quais os objectivos? Quais as prioridades?

as prioridades no reequipamento vão, no que respeita aos programas substantivos, para meios que visam uma melhor participação externa. Neste quadro, suscita-nos dúvidas a necessidade de aumento dos valores actuais e quer-nos parecer que se impõe antes maximizar os tais citados 1,6% do PIB. Não para reforçar a participação externa ou para oxigenar uma dinâmica europeia de bloco político-militar, mas para equipar as Forças Armadas portuguesas, de acordo com uma criteriosa definição de prioridades, os interesses e vulnerabilidades nacionais, no quadro de uma política mais global de cooperação para o desenvolvimento,

para o desenvolvimento, paz e amizade. Logo, aquilo que se impõe é uma política e uma prática política que, no quadro de outras opções e consequentes prioridades, rentabilize os tais 1,6% do PIB, e esta é à questão central que o novo quadro da situação existente exige cada vez mais.

A guerra nos Balcãs e tudo aquilo a temos assistido no que a Timor Leste diz respeito são a demonstração ao mundo, e muito especialmente aos portugueses, que

«solidariedade», «direito internacional», «princípios», «respeito pelos direitos humanos», «compromissos» só são rapidamente correspondidos quando servem para ceder aos interesses das potências imperialistas e de modo muito particular aos interesses dos EUA e da Inglaterra.

Esta última vendeu há uns meses aviões militares à Indonésia borrifando-se para as posições de Portugal e para os massacres que já nessa altura tinham lugar. Os EUA têm, como é seu apanágio, um laço de compromissos muito fundo com o regime Indonésio - material militar, treino militar, ajuda na liquidação de dezenas de milhar de comunistas e progressistas indonésios no início dos nos 60, etc..

Aliás, repare-se que só agora foi decidido ao nível da União Europeia um embargo a negócios de índole militar, por 4 meses, com a Indonésia. E repare-se também que a decisão quanto ao envio de uma força de manutenção de paz, bem como as declarações do presidente Habibie de aceitação de tal força militar tiveram lugar a partir do momento em que os EUA deram sinais de cedência relativamente à posição que vinham defendendo. E, não casualmente, é curioso que esses sinais tenham sido dados na véspera da deslocação de Bill Clinton à Nova Zelândia. Aliás, é bom recordar que a 5 de Dezembro de 1975 o Presidente dos EUA, Gerald Ford, visitava oficialmente a Indonésia, acompanhado do então secretário de Estado Henry Kissinger e que, mal o avião presidencial norte-americano levantou voo, a Indonésia iniciou a invasão de Timor.

Sem dúvida que para o desbloqueamento da posição dos EUA contou muito a intensa, ampla e obstinada solidariedade do povo português, em Portugal e no Mundo, ao povo de Timor Leste, bem como o relato e a informação das atrocidades praticadas e da situação sub-humana em que se encontram milhares de timorenses, trazidas até nós pelos órgãos de comunicação social. Solidariedade e acção que deve prosseguir até estar estabelecido um quadro aceitável para a viabilização de Timor Lorosae como país livre e independente.

Sem dúvida que os problemas de defesa e segurança estão na ordem do dia. Que urge debatê-los. Que urge ana-

lisá-los. Que urge a definição de caminhos. Caminhos esses que para nós passam pela defesa da Carta das Nações Unidas e da ONU, contra a sua instrumentalização por parte dos EUA. Caminhos esses que passam por uma política de desarmamento, antes de mais das armas nucleares e outras de destruição massiva, e progressiva dissolução da NATO. Caminhos esses que passam pela defesa de uma Nova Ordem Económica Internacional ao serviço do desenvolvimento e da cooperação para o desenvolvimento, que ataque com todas as armas as imensas chagas sociais que proliferam pelo Mundo.



Sabemos que o sr. General tem sido também adepto deste caminho. Ouvimo-lo discordar da prioridade do programa «nova arma ligeira», ouvimo-lo criticar não existir prioridade para a defesa aérea, etc..

Ora, o que verificamos é que no plano das Grandes Opções Estratégicas o caminho que tem vindo a ser seguido é o do crescente envolvimento externo e isso apresentado à opinião pública como capacidade nacional de defesa, o que é falso. Ou seja, para que não fiquem dúvidas, Portugal não tem mais capacidade de defesa pelo simples facto de enviar 100 militares para a Bósnia ou para Timor Leste. Por outro lado,

■ Manoel de Lencastre

No 60.º aniversário do início da 2.ª Grande Guerra Mundial

As «democracias ocidentais» consideravam Hitler

um «bluff»

Verificou-se no passado dia 3, o 60.º aniversário do início da II Grande Guerra Mundial. Vale a pena recordar, quando o mundo chegou à beira do precipício, os dias de expectativa intensa que se viveram, a inacreditável cegueira e a intoxicação dos políticos do imperialismo que não queriam ver o perigo aproximar-se e classificavam como simples «bluff» o emergir da fantasmagórica Alemanha bárbara erguendo um novo estandarte de conflito e morte.

Quatro acontecimentos fundamentais tinham criado condições claras para que a Alemanha nazi avançasse contra a Polónia, a 3 de Setembro de 1930: a anexação da Áustria pelo «Reich», o «Anschluss» (13.03.1938); a vitória franquista na Guerra Civil de Espanha (01.04.1939); a invasão da China pelo Japão (07.07.1937) e a sucessão de massacres sofridos pelo povo chinês às mãos dos criminosos nipónicos; a cobarde capitulação em Munique (29-30.09.1938) dos dirigentes ocidentais, Chamberlain e Daladier, primeiros ministros britânico e francês, que deixou as mãos livres ao «Führer» para entrar na Checoslováquia e ocupar Praga (15.03.1939). Os nazis, portanto, verificadas tais condições, não hesitaram.

Em Inglaterra, mal tinham terminado as férias. A insistência de Adolf Hitler em anexar partes da Polónia parecia não fazer grande sentido. No fim de contas, o chanceler germânico continuava a confirmar que desejava a paz entre o III «Reich» e o Império Britânico. Neville Chamberlain considerou, com o embaixador em Berlim, Sir Neville Henderson, que talvez fosse possível discutir com Hitler uma espécie de garantia internacional para Danzig. Estávamos a 30 de Agosto. A 23.ª divisão de infantaria prussiana, estacionada em Potsdam, fora mobilizada como força principal de choque para liderar a «Wehrmacht» no primeiro dia da invasão, e von Brauchitsch já a tinha passado em revista. A diplomacia britânica ainda esperava poder persuadir os polacos a não provocarem os alemães. Mas Varsóvia não tinha quaisquer ilusões sobre aquilo que a esperava. Tinha perdido a esperança de que os seus protectores ingleses e franceses pusessem em pé de guerra as 110 divisões que permaneciam inactivas, a ocidente.

Reaccionários contra a URSS e o PCF

Nos grandes círculos imperialistas, o que interessava discutir, supremamente, era o pacto Ribbentrop-Molotov, assinado em 23 de Agosto de 1939, um acto de legítima defesa dos soviéticos resultante das hesitações dos ocidentais. Estes, colocavam no mesmo saco o poder e as ambições expansionistas dos nazis, e uma URSS que, velada mas desesperadamente, procurava ganhar tempo dissuadindo as manobras tendentes a isolá-la para destruí-la. A Grã-Bretanha e a França tinham, sucessivamente, ignorado e recusado múltiplas propostas soviéticas para a constituição de uma frente anti-Hitler enquanto isso fôra possível. Nas conversações secretas realizadas entre 15 e 17 de Agosto de 1939, segundo revelações de Vorochilov ao 18.º Congresso do PCUS, o governo de Moscovo mostrara-se disponível para assinar uma convenção sobre a defesa da Grã-Bretanha, da França e da URSS contra qualquer agressão na Europa. Mas a criminosa complacência dos dirigentes britânicos e franceses, cujo objectivo central consistia em lançar Hitler contra a URSS, prevaleceu.

Isto permitiria que, quinze meses mais tarde (28.11.1940), os hitlerianos estivessem em Paris, apresentando-se o chefe nazi, Alfred Rosenberg, na Assembleia Nacional, a gritar: «Estamos peran-

te o fim do século das luzes, o fim de 1789, o fim da República francesa!» O que paralisara os governos franceses de Daladier e Paul Reynaud fôra o seu primário e invisível ódio à URSS. Quando o perigo se manifestou, cruel e traiçoeiro, mostraram-se incompetentes. Sendo preciso agir contra o nazismo, o Estado francês da III República voltou-se contra o Partido Comunista, interditando-o, e perseguindo os seus deputados que acusava de «propagandistas das palavras de ordem da Internacional comunista».

Com a guerra à porta...

Na chamada cidade-livre de Danzig, dominada pelos alemães, forças polacas ocuparam a estação central ferroviária. Em Varsóvia, com medo da «Luftwaffe», o governo ordenou o estabelecimento do mais rigoroso «blackout». Unidades nazis, contando grandes efectivos, aproximavam-se da fronteira. A Inglaterra traçava planos para a evacuação de crianças das principais cidades. Em todo o Império britânico faziam-se preparativos iniciais — na Índia, todos os cidadãos de origem europeia, entre os 16 e os 50 anos, receberam ordem para registar-se; ao Canadá, pediu-se que exportasse mais trigo para a Grã-Bretanha; em Hong Kong, com a fronteira encerrada pelos japoneses, a pequena força naval estacionada, formada por voluntários, foi mobi-

lizada. Na Austrália, porém, tinha-se a certeza de que Hitler apenas pretendia pressionar as enfraquecidas e vacilantes «democracias ocidentais»...

Pelo sim, pelo não, começaram a cavar abrigos em Londres. Os principais edifícios públicos apareceram rodeados por milhares de sacos de areia. Mas, nesse dia 30 de Agosto, o que mais chamava a atenção dos ingleses era a inesperada vitória da equipa de Kent sobre o Lancashire conseguindo registar 382 pontos contra a perda de 5 «wickets», somente, no 5.º jogo.

A sedução dos desportos e do «cricket», especialmente, sobrepunha-se ao horror do clima de guerra que se aproxima-

Diplomacia incompetente e falida

A 31 de Agosto, a diplomacia britânica conduzida por Lord Halifax, o «Foreign Secretary» que substituíra Sir Anthony Eden, continuava, febrilmente, a tentar o impossível. Hitler assinara já a ordem de ataque à Polónia. Falava-se do estacionamento de meio milhão de soldados soviéticos ao longo da fronteira com os polacos. O primeiro-ministro australiano, Robert

Menzies, reconhecendo a realidade, confirmava-se ao lado da mãe-pátria britânica, tal como 28 príncipes da «British India». Toda a circulação ferroviária na Holanda estava paralisada. Tornava-se visível que a diplomacia ocidental falhava e começava a perder-se num oceano de incompetências.

Em Londres, no «West End», os restaurantes esta-

vam cheios. «Business is good», diziam os respectivos «managers». Horrroso, o trânsito. Pressentindo o perigo, o governo de Whitehall, finalmente, ordena que se acelere a evacuação de mulheres e crianças para as províncias. O anúncio da mobilização da «Royal Navy» ajuda a dissipar muitas ilusões. É um infundível sinal.

As corridas de cavalos, os jogos de «cricket», o ténis, foi tudo adiado.

Notava-se um terrível mistério naquele último dia de Agosto.

As autoridades navais mandaram regressar de Boulogne à base de Ramsgate, o paquete «Queen of the Channel» apinhado de turistas. O exército, a RAF, começaram a convocar reservistas.



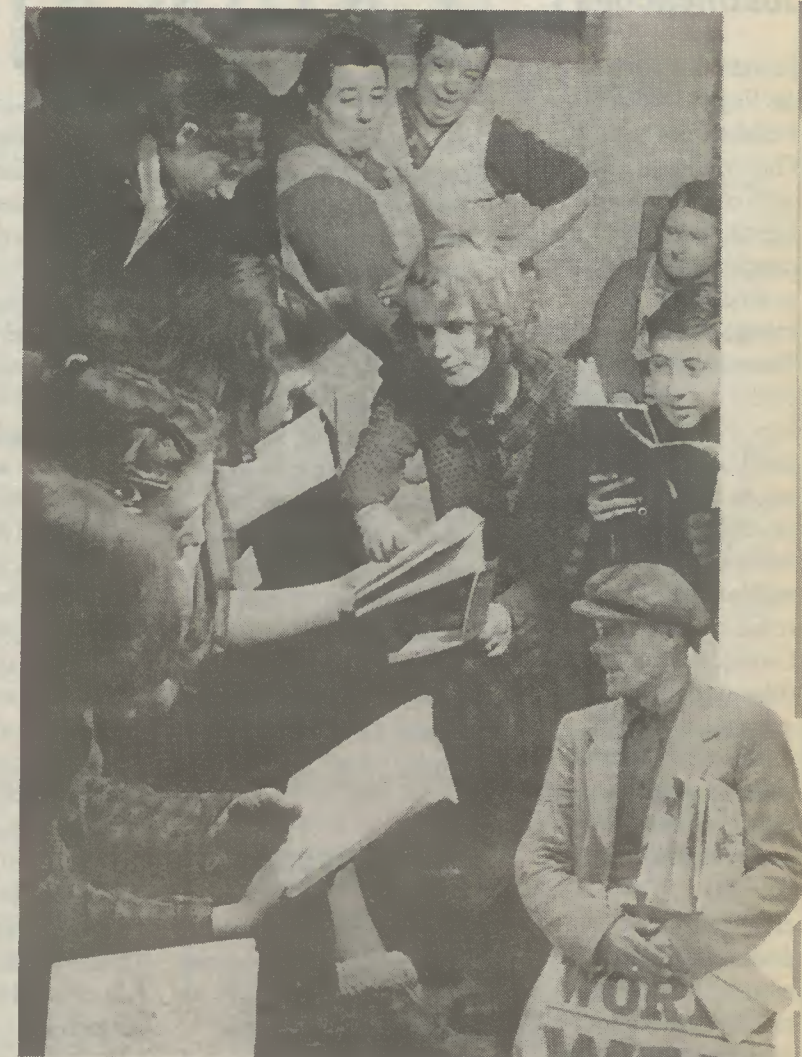
A cavalaria polaca contra os blindados alemães. A invasão começa sob o sorriso do «Führer»



Nas vésperas de guerra, enquanto Halifax ainda manifestava esperanças e Hitler fazia novas exigências



A população londrina abrigada dos bombardeamentos



Dia fatal

Às nove da manhã de 3 de Setembro de 1939, o embaixador Neville Henderson entregou ao governo de Hitler a seguinte nota diplomática: «Se até às 11 horas de hoje, hora de Verão inglesa, a Alemanha não der garantias satisfatórias de que abandonará os ataques à Polónia, um estado de guerra existirá entre os nossos dois países.»

Era um domingo. Às 11.15 horas, sem qualquer resposta ao ultimato, Chamberlain dirigiu-se pela rádio a uma Grã-Bretanha estupefacta: «This country is now at war with Germany.» (Este país entrou em guerra com a Alemanha.) E na Câmara dos Comuns, afirmou: «Tudo aquilo por que trabalhei, com todas as minhas esperanças, tudo em que acreditei durante a minha vida pública acaba de cair em ruínas.»

À tarde, num ambiente sombrio mas decidido, constituiu-se um Gabinete de Guerra incor-

de presidente do Conselho de Administração em 10 grandes empresas de valor estratégico incluindo a «Société National des Chemins de Fer Français».

Em Washington, o presidente Roosevelt foi acordado a meio da noite para tomar conhecimento de que a Grã-Bretanha tinha declarado o estado de guerra com a Alemanha nazi. Pela rádio, disse: «Os Estados Unidos da América continuarão a sua política de país neutral.» E Adolfo Hitler, numa mensagem à Casa Branca durante esse dia fatal, explicava-se nos termos seguintes: «É um princípio de humanidade que, em todas as circunstâncias, se evite bombardear objectivos não militares durante as operações

Palavras do «Führer» palavras da NATO

Cinicamente, para enganar o mundo, o «Führer» apresenta novas exigências aos polacos. Mas os preparativos para a invasão estavam terminados. A pátria de Chopin seria atacada em três frentes de combate. Katowice, Krakov e Varsóvia já estavam a ser alvo de ataques

temos à vista cairá, inteirinha, sobre os ombros de um só homem, o chanceler germânico.»

Já estão a queimar papelada na embaixada do «Reich» em Londres. A França declara-se em estado de sítio. Na Polónia preparam a cavalaria para enfrentar a «Wehrmacht». Os Estados Unidos espreitam oportunidades para o capitalismo no conflito europeu que

cidade de Katowice já se rendeu. A cavalaria polaca é uma tristeza, tentando opor-se aos «panzers». Nos Comuns, Arthur Greenwood, o chefe trabalhista avisa: «Um só minuto de espera significa perda de vidas, da nossa honra nacional, e põe em perigo os nossos interesses.»

Agora, a 2 de Setembro, a Inglaterra sabe que vai para a guerra. Mas abraça-se a esse



Churchill a entrar, Chamberlain de saída



aéreos. Hitler, entretanto, declara: «Não tenho alternativa senão responder à força com a força. O Estado polaco recusou as minhas propostas para uma solução pacífica dos problemas entre os dois países.» Nos Comuns, entretanto, Neville Chamberlain, extremamente solene, discursa: «Vamos apresentar-nos à barra da História sabendo que a responsabilidade pela terrível catástrofe que

está prestes a começar. Três milhões de mães e crianças inglesas fogem, organizada-mente, para longe dos principais centros. Halifax envia um «último aviso» à Chancelaria do «Reich». Sem resultado. E, tal como a hipócrita NATO nos nossos dias, o «Führer» anuncia: «Os nossos ataques aéreos têm como objectivos instalações ferroviárias, militares e industriais.» Mas sabe-se que a

destino inesperado sem estar, ainda, completamente convencida. Olha para trás. Revê-se numa trajectória de apaziguamento e bonomia. Os teatros do «West End» estão abertos, mas os concertos no «Royal Albert Hall» foram cancelados. Entretanto, ao bater o Sunderland por 5-2, o famoso Arsenal permitia ao Blackpool subir ao primeiro lugar da Liga, no futebol.

porando a emblemática figura que era Sir Winston Churchill no lugar de «First Lord of the Admiralty» (Primeiro «lord» do Almirantado). E Sir Anthony Eden regressava ao governo, também, como Secretário de Estado para os Domínios (Canadá, Austrália, etc.). Três países europeus, Portugal, Espanha e Suíça, apressaram-se a tornar pública a sua neutralidade. Em Paris, o governo de Edouard Daladier declarava a guerra dos alemães, também às cinco horas da tarde, e decidia confirmar a nomeação de Raoul Dautry no cargo de ministro dos armamentos. Quem era Monsieur Dautry? Ocupava o lugar

em curso. É isso que sempre advoguei e é isso que corresponde à minha atitude actual.»

Não foi assim que se pronunciaram, também, os patrões internacionais da NATO e o seu assessor para a comunicação social, o infável Jamie Shea enquanto se produziam os bárbaros bombardeamentos recentes à Jugoslávia? Quando começa uma guerra, nunca se sabe onde e como acabará. A guerra, na verdade, é inseparável do capitalismo. Só conheceremos o fim de todas as guerras no mundo, se a hidra que vive da exploração dos homens deixar de existir.

Justificações I

Falando na Assembleia Geral das Nações Unidas, o Presidente dos EUA, Bill Clinton, afirmou a dado passo que a comunidade internacional deve ter maior capacidade de prever e parar as atrocidades, exemplificando com o caso de Timor. E disse: «Os conflitos étnicos e as chacinas não têm lugar no seio da ONU. Não há justificação para o que se passou em Timor-Leste. Devemos fazer mais para que estas palavras se tornem realidade, trabalhar mais contra a violência.» Curiosa, esta maneira de colocar a questão. Em plural quase majestático, Bill Clinton decidiu exortar «os outros» a melhorarem a sua capacidade de «prever e parar as atrocidades» como as ocorridas em Timor, como se ele próprio tivesse feito o que devia nesta matéria... No entanto, todos sabemos que o mundo, a começar no heróico povo timorense, andava há meses a olhar para o «grande chefe» americano à espera, não que ele «previsse» uma chacina que já estava em andamento perante os olhos de todos, mas que «desse ordens» para travar o holocausto. E essas ordens seriam, simplesmente, as que

PONTOS CARDEAIS

Bill Clinton acabou por dar há cerca de 15 dias, obrigando, por um lado, a Indonésia a aceitar uma intervenção militar internacional em Timor-Leste e, por outro, pondo em movimento a máquina de guerra multinacional para travar a tragédia. Todavia, só o fez quando a barbárie do regime fascista de Jacarta já tinha chacinado milhares e milhares de timorenses, deportado centenas de milhares de outros e destruído completamente as principais cidades timorenses. Por que esperou Bill Clinton? Está a exortar quem??...

Justificações II

Se tomássemos à letra as palavras de Bill Clinton atrás citadas, seríamos tentados a crer que o presidente dos EUA não conseguiu prever, ele próprio, o desastre que se desenhava em Timor, apesar de ter ao seu dispor o mais sofisticado serviço de informações e espionagem do mundo, tão sofisticado que não há nada – rigorosamente nada – que lhe escape, no que concerne a acções no terreno.

Para se ter uma ideia do que estamos a falar, basta dizer que o serviço norte-americano de espionagem por satélite cobre todo o planeta e tem capacidade permanente de fotografar até os rostos de quem se movimenta numa rua de Washington, no deserto do Saahra ou onde quer que seja... Aliás, se um dia os EUA quisessem, realmente, fazer justiça em relação aos crimes praticados em Timor nos últimos meses, bastaria que o Pentágono disponibilizasse os registos de satélite que tem guardados e o mundo teria ali o «filme» inteiro da tragédia, com os próprios rostos dos assassinos, para não falar das intercepções das comunicações indonésias, onde igualmente os EUA detêm o registo, ao pormenor, do essencial que foi organizado, dito e ordenado... Mas mesmo sem tomar em linha de conta estes factos, há um outro que, incontornavelmente, demonstra que os EUA previam com exactidão a tragédia que se preparava. Referimo-nos ao exercício naval conjunto realizado na região pelas armadas dos

EUA e da Austrália na sequência da assinatura do acordo tripartido assinado entre a ONU, Portugal e a Indonésia a marcar a consulta popular em Timor. Essas manobras chegaram ao pormenor irónico de levarem o nome de código «Crocódilo», nome que a tradição popular timorense dá à sua ilha, e realizaram-se no «hipotético» quadro operacional de uma intervenção de força numa ilha «dividida». Só faltava, mesmo, designar a operação com o nome exacto de Timor... Além disso, esta operação militar multinacional actualmente em curso em Timor-Leste, pela sua envergadura, foi obviamente preparada com a devida antecedência, porque não é de uma semana para a outra que se põe de pé uma máquina de guerra com esta dimensão. Portanto, os EUA previram, ao pormenor, não apenas a tragédia, mas também a resposta a ela. Só que o fizeram apenas quando o território já estava juncado de mortos. Que «justificação» tem Bill Clinton para isto?

Justificações III

E já que estamos em maré de justificações, o povo português continua também à espera de várias justificações, a saber: Por que é que Portugal foi arredado e se deixou arredar da participação directa na força multinacional actualmente a operar no território, quando, perante a ONU, continua a ser a potência administrante de Timor-Leste, enquanto a Indonésia não passa, também perante a ONU, do ocupante ilegítimo e criminoso? E por que é que Portugal assinou um acordo para um referendo patrocinado pela própria ONU sem garantir a segurança efectiva quer do escrutínio, quer, sobretudo, do chamado «dia seguinte»?

Mais mortes

Entretanto, a morte continua à solta em Díli, agora atingindo já os próprios jornalistas estrangeiros que lá se encontram, prosseguindo um trabalho a todos os títulos corajoso e decisivo. Foi o caso de um jornalista holandês esta semana assassinado e mutilado e de dois outros, um inglês e um norte-americano, que escaparam por um triz a uma emboscada em Díli. Derrotados em toda a linha, os criminosos de Jacarta agora procuram vingar-se nos jornalistas. Esperemos que as forças multinacionais actuem como prometeram, e já. Basta de demoras.

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Timor

Montanha

O povo de Timor não se pôs de joelhos (a não ser para orar)

quando já não havia casa
quando já não havia igreja
quando já não havia confiança

quando o céu começou a tremer
o povo de Timor subiu a montanha até lá acima

comeu raízes e folhas

porém a sua refeição principal aí eram as estrelas abundantes no alto da montanha.

A escrita certa

Houve anúncios cartazes jornais com o T, o T de Timor no terror

recortado em forma de cruz porém Jesus maubere jamais quis ser crucificado. Por isso é favor escrever o T de Timor tal qual como ele sempre quis e deve ser.

Saudação Lorosae

Para História da nossa memória (que é como quem diz: da nossa alma) vão ficar estes dias.

As ruas cheias e as praças e os cantos de protesto com asas.

(As velinhas acesas confesso não fazem o meu género. Arder, ardam os olhos os punhos as palavras)

Ah, mas as ruas plenas maré subindo um aroma de Abril no ar! Um sabor de súbito acordado em mil espelhos.

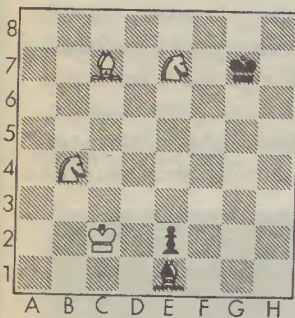
Agora Timor só falta a hora em flor dos teus cravos vermelhos.

XADREZ

DCCXXII – 23 DE SETEMBRO DE 1999
PROPOSIÇÃO Nº 1999X33

Por: Mark Savilevich Liburkine
«Chakmaty v SSSR», 1933

Pr.: [3]: Pe2 - Be1 - Rg7
Br.: [4]: Cs. b4, e7 - Bc7 - Rq2



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1999X33 [M.S.L.]

1. Cd3, Bb4!; 2. Cf5+, Rf6!; 3. Ce3, e1=D; 4. Ce1, B:e1; 5. Rd1 e ganha.

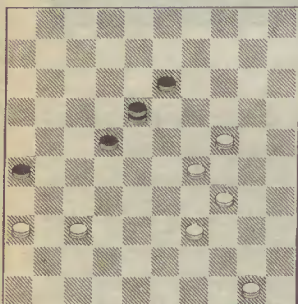
A. de M. M.

DAMAS

DCCXXXII – 23 DE SETEMBRO DE 1999
PROPOSIÇÃO Nº 1999D32

Por: Arthur Poirier
Verdun-Canadá – 1968

Pr.: [4]: 13-(18)-22-26
Br.: [7]: 24-29-34-36-37-39-50



Branças jogam e ganham

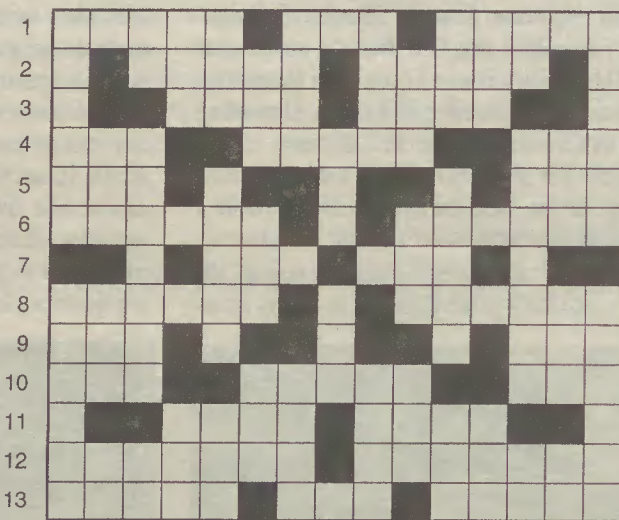
SOLUÇÃO DO Nº 1999D32 [A. P.]

1. 34-30, (x); 2. 36x9 (26-31); 3. 9-4, (31-37); 4. 4-15, (37x42)*; 5. 15x20, (42-47); 6. 20-15+; 5..... (42-48); 6. 20-3, (48-25); 7. 24-20+

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 – Deusa da agricultura, entre os pagãos; tomba; denuncia. 2 – Inflamação dos ouvidos; designativo da pessoa que não atingiu ainda a maioridade. 3 – Medida de uma superfície; idades. 4 – Abreviatura corrente e actualizada do imposto sobre o valor acrescentado; nome do sétimo planeta do nosso sistema solar; bigorna de ourives. 5 – Cento e dois romanos; carta ou documento escrito numa só folha. 6 – Faz recuar; entusiasmas. 7 – Pau-ferro; acolá. 8 – Guarita de cão; funcionário agregado a outro como auxiliar (pl.). 9 – Patrão; a barlavento (naut.). 10 – Maléficas; lança secundário de estrada ou caminho-de-ferro, para pôr em comunicação certas localidades com a via principal; tempêro. 11 – Em maior quantidade; existência. 12 – A parte inferior do vão da porta; princípio amargo extraído do ázaro. 13 – Espécie de caranguejo grande; ponto cardeal oposto ao Norte; os ramos ou a folhagem das plantas (pl.).

VERTICAIS: 1 – Cerato; argamassa com que se reboca uma construção. 2 – Regressar; mulher que cria uma criança alheia; suf. de agente. 3 – Nome da décima sétima letra do alfabeto grego; elegantes; espécie de escumilha. 4 – Nome da sétima letra do alfabeto grego; suavidade (fig.). 5 – Título nobiliárquico inglês; acrescenta; dama de companhia. 6 – Que te pertence; fruto da azeitura; gracejar. 7 – Comer à ceia; planos laterais do avião. 8 – Feridinha (inf.); na companhia de. 9 – Magnete natural; garantia. 10 – Elemento de formação que exprime a ideia de vinho; metade de um batalhão; aguçena. 11 – Espaço de doze meses; ligado; conceder gratuitamente. 12 – Mealheiro (prov.); altar de sacrifícios. 13 – Antiga cidade da Caldeia; peça para derivação e para colher electricidade (pl.); sufixo nominal, de origem latina, com sentido diminutivo e por vezes pejorativo. 14 – Fileira; remoinho de água (prov.); Sódio (s.q.). 15 – Usar em demasia; desembaraçados.

SOLUÇÕES: 1 – Ceres; cat; acusa. 2 – Otite; menor. 3 – Área; anos. 4 – IVA; alar. 5 – Am; unido; dar. 6 – Cps; ara. 7 – Urt tomada; hm. 8 – Ala; ola; Na. 15 – Abusar; soltas. 16 – Suf. de agente. 17 – Teu; ara; tr. 18 – Cera; asas. 8 – Axe; com. 9 – Iman; aval. 10 – Eto; Suf. de agente. 11 – Camisa. 12 – Cética; camisa. 13 – Cética; camisa. 14 – Eto; Suf. de agente. 15 – Camisa. 16 – Suf. de agente. 17 – Teu; ara; tr. 18 – Cera; asas. 19 – Axe; com. 20 – Iman; aval. 21 – Eto; Suf. de agente. 22 – Camisa. 23 – Cética; camisa. 24 – Eto; Suf. de agente. 25 – Camisa. 26 – Suf. de agente. 27 – Teu; ara; tr. 28 – Cera; asas. 29 – Axe; com. 30 – Iman; aval. 31 – Eto; Suf. de agente. 32 – Camisa. 33 – Cética; camisa. 34 – Eto; Suf. de agente. 35 – Camisa. 36 – Suf. de agente. 37 – Teu; ara; tr. 38 – Cera; asas. 39 – Axe; com. 40 – Iman; aval. 41 – Eto; Suf. de agente. 42 – Camisa. 43 – Cética; camisa. 44 – Eto; Suf. de agente. 45 – Camisa. 46 – Suf. de agente. 47 – Teu; ara; tr. 48 – Cera; asas. 49 – Axe; com. 50 – Iman; aval. 51 – Eto; Suf. de agente. 52 – Camisa. 53 – Cética; camisa. 54 – Eto; Suf. de agente. 55 – Camisa. 56 – Suf. de agente. 57 – Teu; ara; tr. 58 – Cera; asas. 59 – Axe; com. 60 – Iman; aval. 61 – Eto; Suf. de agente. 62 – Camisa. 63 – Cética; camisa. 64 – Eto; Suf. de agente. 65 – Camisa. 66 – Suf. de agente. 67 – Teu; ara; tr. 68 – Cera; asas. 69 – Axe; com. 70 – Iman; aval. 71 – Eto; Suf. de agente. 72 – Camisa. 73 – Cética; camisa. 74 – Eto; Suf. de agente. 75 – Camisa. 76 – Suf. de agente. 77 – Teu; ara; tr. 78 – Cera; asas. 79 – Axe; com. 80 – Iman; aval. 81 – Eto; Suf. de agente. 82 – Camisa. 83 – Cética; camisa. 84 – Eto; Suf. de agente. 85 – Camisa. 86 – Suf. de agente. 87 – Teu; ara; tr. 88 – Cera; asas. 89 – Axe; com. 90 – Iman; aval. 91 – Eto; Suf. de agente. 92 – Camisa. 93 – Cética; camisa. 94 – Eto; Suf. de agente. 95 – Camisa. 96 – Suf. de agente. 97 – Teu; ara; tr. 98 – Cera; asas. 99 – Axe; com. 100 – Iman; aval. 101 – Eto; Suf. de agente. 102 – Camisa. 103 – Cética; camisa. 104 – Eto; Suf. de agente. 105 – Camisa. 106 – Suf. de agente. 107 – Teu; ara; tr. 108 – Cera; asas. 109 – Axe; com. 110 – Iman; aval. 111 – Eto; Suf. de agente. 112 – Camisa. 113 – Cética; camisa. 114 – Eto; Suf. de agente. 115 – Camisa. 116 – Suf. de agente. 117 – Teu; ara; tr. 118 – Cera; asas. 119 – Axe; com. 120 – Iman; aval. 121 – Eto; Suf. de agente. 122 – Camisa. 123 – Cética; camisa. 124 – Eto; Suf. de agente. 125 – Camisa. 126 – Suf. de agente. 127 – Teu; ara; tr. 128 – Cera; asas. 129 – Axe; com. 130 – Iman; aval. 131 – Eto; Suf. de agente. 132 – Camisa. 133 – Cética; camisa. 134 – Eto; Suf. de agente. 135 – Camisa. 136 – Suf. de agente. 137 – Teu; ara; tr. 138 – Cera; asas. 139 – Axe; com. 140 – Iman; aval. 141 – Eto; Suf. de agente. 142 – Camisa. 143 – Cética; camisa. 144 – Eto; Suf. de agente. 145 – Camisa. 146 – Suf. de agente. 147 – Teu; ara; tr. 148 – Cera; asas. 149 – Axe; com. 150 – Iman; aval. 151 – Eto; Suf. de agente. 152 – Camisa. 153 – Cética; camisa. 154 – Eto; Suf. de agente. 155 – Camisa. 156 – Suf. de agente. 157 – Teu; ara; tr. 158 – Cera; asas. 159 – Axe; com. 160 – Iman; aval. 161 – Eto; Suf. de agente. 162 – Camisa. 163 – Cética; camisa. 164 – Eto; Suf. de agente. 165 – Camisa. 166 – Suf. de agente. 167 – Teu; ara; tr. 168 – Cera; asas. 169 – Axe; com. 170 – Iman; aval. 171 – Eto; Suf. de agente. 172 – Camisa. 173 – Cética; camisa. 174 – Eto; Suf. de agente. 175 – Camisa. 176 – Suf. de agente. 177 – Teu; ara; tr. 178 – Cera; asas. 179 – Axe; com. 180 – Iman; aval. 181 – Eto; Suf. de agente. 182 – Camisa. 183 – Cética; camisa. 184 – Eto; Suf. de agente. 185 – Camisa. 186 – Suf. de agente. 187 – Teu; ara; tr. 188 – Cera; asas. 189 – Axe; com. 190 – Iman; aval. 191 – Eto; Suf. de agente. 192 – Camisa. 193 – Cética; camisa. 194 – Eto; Suf. de agente. 195 – Camisa. 196 – Suf. de agente. 197 – Teu; ara; tr. 198 – Cera; asas. 199 – Axe; com. 200 – Iman; aval. 201 – Eto; Suf. de agente. 202 – Camisa. 203 – Cética; camisa. 204 – Eto; Suf. de agente. 205 – Camisa. 206 – Suf. de agente. 207 – Teu; ara; tr. 208 – Cera; asas. 209 – Axe; com. 210 – Iman; aval. 211 – Eto; Suf. de agente. 212 – Camisa. 213 – Cética; camisa. 214 – Eto; Suf. de agente. 215 – Camisa. 216 – Suf. de agente. 217 – Teu; ara; tr. 218 – Cera; asas. 219 – Axe; com. 220 – Iman; aval. 221 – Eto; Suf. de agente. 222 – Camisa. 223 – Cética; camisa. 224 – Eto; Suf. de agente. 225 – Camisa. 226 – Suf. de agente. 227 – Teu; ara; tr. 228 – Cera; asas. 229 – Axe; com. 230 – Iman; aval. 231 – Eto; Suf. de agente. 232 – Camisa. 233 – Cética; camisa. 234 – Eto; Suf. de agente. 235 – Camisa. 236 – Suf. de agente. 237 – Teu; ara; tr. 238 – Cera; asas. 239 – Axe; com. 240 – Iman; aval. 241 – Eto; Suf. de agente. 242 – Camisa. 243 – Cética; camisa. 244 – Eto; Suf. de agente. 245 – Camisa. 246 – Suf. de agente. 247 – Teu; ara; tr. 248 – Cera; asas. 249 – Axe; com. 250 – Iman; aval. 251 – Eto; Suf. de agente. 252 – Camisa. 253 – Cética; camisa. 254 – Eto; Suf. de agente. 255 – Camisa. 256 – Suf. de agente. 257 – Teu; ara; tr. 258 – Cera; asas. 259 – Axe; com. 260 – Iman; aval. 261 – Eto; Suf. de agente. 262 – Camisa. 263 – Cética; camisa. 264 – Eto; Suf. de agente. 265 – Camisa. 266 – Suf. de agente. 267 – Teu; ara; tr. 268 – Cera; asas. 269 – Axe; com. 270 – Iman; aval. 271 – Eto; Suf. de agente. 272 – Camisa. 273 – Cética; camisa. 274 – Eto; Suf. de agente. 275 – Camisa. 276 – Suf. de agente. 277 – Teu; ara; tr. 278 – Cera; asas. 279 – Axe; com. 280 – Iman; aval. 281 – Eto; Suf. de agente. 282 – Camisa. 283 – Cética; camisa. 284 – Eto; Suf. de agente. 285 – Camisa. 286 – Suf. de agente. 287 – Teu; ara; tr. 288 – Cera; asas. 289 – Axe; com. 290 – Iman; aval. 291 – Eto; Suf. de agente. 292 – Camisa. 293 – Cética; camisa. 294 – Eto; Suf. de agente. 295 – Camisa. 296 – Suf. de agente. 297 – Teu; ara; tr. 298 – Cera; asas. 299 – Axe; com. 300 – Iman; aval. 301 – Eto; Suf. de agente. 302 – Camisa. 303 – Cética; camisa. 304 – Eto; Suf. de agente. 305 – Camisa. 306 – Suf. de agente. 307 – Teu; ara; tr. 308 – Cera; asas. 309 – Axe; com. 310 – Iman; aval. 311 – Eto; Suf. de agente. 312 – Camisa. 313 – Cética; camisa. 314 – Eto; Suf. de agente. 315 – Camisa. 316 – Suf. de agente. 317 – Teu; ara; tr. 318 – Cera; asas. 319 – Axe; com. 320 – Iman; aval. 321 – Eto; Suf. de agente. 322 – Camisa. 323 – Cética; camisa. 324 – Eto; Suf. de agente. 325 – Camisa. 326 – Suf. de agente. 327 – Teu; ara; tr. 328 – Cera; asas. 329 – Axe; com. 330 – Iman; aval. 331 – Eto; Suf. de agente. 332 – Camisa. 333 – Cética; camisa. 334 – Eto; Suf. de agente. 335 – Camisa. 336 – Suf. de agente. 337 – Teu; ara; tr. 338 – Cera; asas. 339 – Axe; com. 340 – Iman; aval. 341 – Eto; Suf. de agente. 342 – Camisa. 343 – Cética; camisa. 344 – Eto; Suf. de agente. 345 – Camisa. 346 – Suf. de agente. 347 – Teu; ara; tr. 348 – Cera; asas. 349 – Axe; com. 350 – Iman; aval. 351 – Eto; Suf. de agente. 352 – Camisa. 353 – Cética; camisa. 354 – Eto; Suf. de agente. 355 – Camisa. 356 – Suf. de agente. 357 – Teu; ara; tr. 358 – Cera; asas. 359 – Axe; com. 360 – Iman; aval. 361 – Eto; Suf. de agente. 362 – Camisa. 363 – Cética; camisa. 364 – Eto; Suf. de agente. 365 – Camisa. 366 – Suf. de agente. 367 – Teu; ara; tr. 368 – Cera; asas. 369 – Axe; com. 370 – Iman; aval. 371 – Eto; Suf. de agente. 372 – Camisa. 373 – Cética; camisa. 374 – Eto; Suf. de agente. 375 – Camisa. 376 – Suf. de agente. 377 – Teu; ara; tr. 378 – Cera; asas. 379 – Axe; com. 380 – Iman; aval. 381 – Eto; Suf. de agente. 382 – Camisa. 383 – Cética; camisa. 384 – Eto; Suf. de agente. 385 – Camisa. 386 – Suf. de agente. 387 – Teu; ara; tr. 388 – Cera; asas. 389 – Axe; com. 390 – Iman; aval. 391 – Eto; Suf. de agente. 392 – Camisa. 393 – Cética; camisa. 394 – Eto; Suf. de agente. 395 – Camisa. 396 – Suf. de agente. 397 – Teu; ara; tr. 398 – Cera; asas. 399 – Axe; com. 400 – Iman; aval. 401 – Eto; Suf. de agente. 402 – Camisa. 403 – Cética; camisa. 404 – Eto; Suf. de agente. 405 – Camisa. 406 – Suf. de agente. 407 – Teu; ara; tr. 408 – Cera; asas. 409 – Axe; com. 410 – Iman; aval. 411 – Eto; Suf. de agente. 412 – Camisa. 413 – Cética; camisa. 414 – Eto; Suf. de agente. 415 – Camisa. 416 – Suf. de agente. 417 – Teu; ara; tr. 418 – Cera; asas. 419 – Axe; com. 420 – Iman; aval. 421 – Eto; Suf. de agente. 422 – Camisa. 423 – Cética; camisa. 424 – Eto; Suf. de agente. 425 – Camisa. 426 – Suf. de agente. 427 – Teu; ara; tr. 428 – Cera; asas. 429 – Axe; com. 430 – Iman; aval. 431 – Eto; Suf. de agente. 432 – Camisa. 433 – Cética; camisa. 434 – Eto; Suf. de agente. 435 – Camisa. 436 – Suf. de agente. 437 – Teu; ara; tr. 438 – Cera; asas. 439 – Axe; com. 440 – Iman; aval. 441 – Eto; Suf. de agente. 442 – Camisa. 443 – Cética; camisa. 444 – Eto; Suf. de agente. 445 – Camisa. 446 – Suf. de agente. 447 – Teu; ara; tr. 448 – Cera; asas. 449 – Axe; com. 450 – Iman; aval. 451 – Eto; Suf. de agente. 452 – Camisa. 453 – Cética; camisa. 454 – Eto; Suf. de agente. 455 – Camisa. 456 – Suf. de agente. 457 – Teu; ara; tr. 458 – Cera; asas. 459 – Axe; com. 460 – Iman; aval. 461 – Eto; Suf. de agente. 462 – Camisa. 463 – Cética; camisa. 464 – Eto; Suf. de agente. 465 – Camisa. 466 – Suf. de agente. 467 – Teu; ara; tr. 468 – Cera; asas. 469 – Axe; com. 470 – Iman; aval. 471 – Eto; Suf. de agente. 472 – Camisa. 473 – Cética; camisa. 474 – Eto; Suf. de agente. 475 – Camisa. 476 – Suf. de agente. 477 – Teu; ara; tr. 478 – Cera; asas. 479 – Axe; com. 480 – Iman; aval. 481 – Eto; Suf. de agente. 482 – Camisa. 483 – Cética; camisa. 484 – Eto; Suf. de agente. 485 – Camisa. 486 – Suf. de agente. 487 – Teu; ara; tr. 488 – Cera; asas. 489 – Axe; com. 490 – Iman; aval. 491 – Eto; Suf. de agente. 492 – Camisa. 493 – Cética; camisa. 494 – Eto; Suf. de agente. 495 – Camisa. 496 – Suf. de agente. 497 – Teu; ara; tr. 498 – Cera; asas. 499 – Axe; com. 500 – Iman; aval. 501 – Eto; Suf. de agente. 502 – Camisa. 503 – Cética; camisa. 504 – Eto; Suf. de agente. 505 – Camisa. 506 – Suf. de agente. 507 – Teu; ara; tr. 508 – Cera; asas. 509 – Axe; com. 510 – Iman; aval. 511 – Eto; Suf. de agente. 512 – Camisa. 513 – Cética; camisa. 514 – Eto; Suf. de agente. 515 – Camisa. 516 – Suf. de agente. 517 – Teu; ara; tr. 518 – Cera; asas. 519 – Axe; com. 520 – Iman; aval. 521 – Eto; Suf. de agente. 522 – Camisa. 523 – Cética; camisa. 524 – Eto; Suf. de agente. 525 – Camisa. 526 – Suf. de agente. 527 – Teu; ara; tr. 528 – Cera; asas. 529 – Axe; com. 530 – Iman; aval. 531 – Eto; Suf. de agente. 532 – Camisa. 533 – Cética; camisa. 534 – Eto; Suf. de agente. 535 – Camisa. 536 – Suf. de agente. 537 – Teu; ara; tr. 538 – Cera; asas. 539 – Axe; com. 540 – Iman; aval. 541 – Eto; Suf. de agente. 542 – Camisa. 543 – Cética; camisa. 544 – Eto; Suf. de agente. 545 – Camisa. 546 – Suf. de agente. 547 – Teu; ara; tr. 548 – Cera; asas. 549 – Axe; com. 550 – Iman; aval. 551 – Eto; Suf. de agente. 552 – Camisa. 553 – Cética; camisa. 554 – Eto; Suf. de agente. 555 – Camisa. 556 – Suf. de agente. 557 – Teu; ara; tr. 558 – Cera; asas. 559 – Axe; com. 560 – Iman; aval. 561 – Eto; Suf. de agente. 562 – Camisa. 563 – Cética; camisa. 564 – Eto; Suf. de agente. 565 – Camisa. 566 – Suf. de agente. 567 – Teu; ara; tr. 568 – Cera; asas. 569 – Axe; com. 570 – Iman; aval. 571 – Eto; Suf. de agente. 572 – Camisa. 573 – Cética; camisa. 574 – Eto; Suf. de agente. 575 – Camisa. 576 – Suf. de agente. 577 – Teu; ara; tr. 578 – Cera; asas. 579 – Axe; com. 580 – Iman; aval. 581 – Eto; Suf. de agente. 582 – Camisa. 583 – Cética; camisa. 584 – Eto; Suf. de agente. 585 – Camisa. 586 – Suf. de agente. 587 – Teu; ara; tr. 588 – Cera; asas. 589 – Axe; com. 590 – Iman; aval. 591 – Eto; Suf. de agente. 592 – Camisa. 593 – Cética; camisa. 594 – Eto; Suf. de agente. 595 – Camisa. 596 – Suf. de agente. 597 – Teu; ara; tr. 598 – Cera; asas. 599 – Axe; com. 600 – Iman; aval. 601 – Eto; Suf. de agente. 602 – Camisa. 603 – Cética; camisa. 604 – Eto; Suf. de agente. 605 – Camisa. 606 – Suf. de agente. 607 – Teu; ara; tr. 608 – Cera; asas. 609 – Axe; com. 610 – Iman; aval. 611 – Eto; Suf. de agente. 612 – Camisa. 613 – Cética; camisa. 614 – Eto; Suf. de agente. 615 – Camisa. 616 – Suf. de agente. 617 – Teu; ara; tr. 618 – Cera; asas. 619 – Axe; com. 620 – Iman; aval. 621 – Eto; Suf. de agente. 622 – Camisa. 623 – Cética; camisa. 624 – Eto; Suf. de agente. 625 – Camisa. 626 – Suf. de agente. 627 – Teu; ara; tr. 628 – Cera; asas. 629 – Axe; com. 630 – Iman; aval. 631 – Eto; Suf. de agente. 632 – Camisa. 633 – Cética; camisa. 634 – Eto; Suf. de agente. 635 – Camisa. 636 – Suf. de agente. 637 – Teu; ara; tr. 638 – Cera; asas. 639 – Axe; com. 640 – Iman; aval. 641 – Eto; Suf. de agente. 642 – Camisa. 643 – Cética; camisa. 644 – Eto; Suf. de agente. 645 – Camisa. 646 – Suf. de agente. 647 – Teu; ara; tr. 648 – Cera; asas. 649 – Axe; com. 650 – Iman; aval. 651 – Eto; Suf. de agente. 652 – Camisa. 653 – Cética; camisa. 654 – Eto; Suf. de agente. 655 – Camisa. 656 – Suf. de agente. 657 – Teu; ara; tr. 658 – Cera; asas. 659 – Axe; com. 660 – Iman; aval. 661 – Eto; Suf. de agente. 662 – Camisa. 663 – Cética; camisa. 664 – Eto; Suf. de agente. 665 – Camisa. 666 – Suf. de agente. 667 – Teu; ara; tr. 668 – Cera; asas. 669 – Axe; com. 670 – Iman; aval. 671 – Eto; Suf. de agente. 672 – Camisa. 673 – Cética; camisa. 674 – Eto; Suf. de agente. 675 – Camisa. 676 – Suf. de agente. 677 – Teu; ara; tr. 678 – Cera; asas. 679 – Axe; com. 680 – Iman; aval. 681 – Eto; Suf. de agente. 682 – Camisa. 683 – Cética; camisa. 684 – Eto; Suf. de agente. 685 – Camisa. 686 – Suf. de agente. 687 – Teu; ara; tr. 688 – Cera; asas. 689 – Axe; com. 690 – Iman; aval. 691 – Eto; Suf. de agente. 692 – Camisa. 693 – Cética; camisa. 694 – Eto; Suf. de agente. 695 – Camisa. 696 – Suf. de agente. 697 – Teu; ara; tr. 698 – Cera; asas. 699 – Axe; com. 700 – Iman; aval. 701 – Eto; Suf. de agente. 702 – Camisa. 703 – Cética; camisa. 704 – E

AGENDA

LEGISLATIVAS 99

AÇORES

Hoje - Às 11h00, visita da candidatura CDU à Feira Agrícola de Santana e às 17h00, encontro com a Direcção da Associação de Jovens Agricultores, nas Arribanas-Arriões.

Sexta-feira, 24, às 9h30, visita ao Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada e, às 15h30, ao Tribunal de Trabalho.

Sábado, 25, às 8h30, visita ao Mercado da Graça, em Ponta Delgada.

Domingo, 26, a partir das 9h00, visita aos concelhos de Nordeste e Povoação.

BEJA

Sexta-feira, 24 - Alvito - acção de propaganda, às 18h00. Beja - Reunião, às 10h30, com a Farpid de Beja.

Cuba - sessões para reformados, em Vila Alva, às 15h30, na Junta de Freguesia, e em Vila Ruiva, às 17h30, no Centro de Dia. Mértola - acção de propaganda, em S. Miguel do Pinheiro, às 16h00, e sessão com a população, em Penedos, às 19h00. Serpa - 09h00, distribuição de documentos no mercado de Vila Nova de S. Bento e, às 21h00, sessão com a população. Vidigueira - Sessão para reformados, às 16h30, em Marmelar.

Sábado, 25 - Acções de propaganda em Almodôvar (9h30), Aljustrel (09h00), Cuba (15h00), Moura (10h00), Ourique (09.30) e Beja (Trigaches, às 10h00; Albernoa, às 17h00 e Mombeja, às 18h30).

BRAGA

Hoje - 12h00, contactos com os trabalhadores de empresas de Barcelos. 18h00, contactos na freguesia da S. Victor (Braga).

Sexta-feira, 24 - 9h00 - contactos, em Guimarães, na Feira, no Mercado, centro da cidade e empresas

15h30 - Encontro de Agostinho Lopes com a Inter-Reformados de Braga

18h00 - Contactos nas freguesias de Dume e Merelim S. Paio (Braga)

Sábado, 25 - 9h00 - acção de propaganda na Feira de Vila Verde e visita de Agostinho Lopes ao Mercado de Barcelos e à freguesia de Arcozelo

11h00 - Debate de Agostinho Lopes na Rádio Esposende com os cabeças de lista do PS, do PSD e do PP

19h30 - Jantar com Carlos Carvalhas, em Riba d'Ave

19h30 - Jantar com Agostinho Lopes em Barcelos

Domingo, 26 - 9h00 - Caravana automóvel nos concelhos do Vale do Cávado

17h00 - Convívio em Fão (Esposende)

Segunda-feira, 27 - 9h00 - contactos na feira de Cabeceiras de Basto

15h00 - Em Esposende, encontro com a Direcção da APPLE e visita à Necrópole de Fão. 21h30 - Sessão em Forjães.

Terça-feira, 28 - 9h00 - Contactos na feira e empresas do concelho de Braga

Quarta-feira, 29 - 9h00 - Contactos na feira e empresas de Fafe

18h00 - Contactos na freguesia de Nogueira (Braga)

21h00 - Sessão na Vila do Gerês

CASTELO BRANCO

Hoje - Acções de propaganda na beira-serra e nas empresas Dielmar, M. Carmona, Camilla, Centauro. Visita ao Académico dos Penedos Altos e aos Leões da Floresta.

Sexta-feira, 24 - Acções de proganda no mercado e na zona industrial da Sertã, na UIC (Cernache do Bom Jardim), na Sotima, em Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão (jantar, às 20.00, e sessão às 21.30).

Sábado, 25 - Acções de propaganda no mercado da Covilhã e em Alcaide. Almoço de antigos alunos. Torneio de damas no CT da Covilhã (entrega de prémios às 19.00).

Domingo, 26 - Autocarro CDU: Belmonte, Teixoso, Covilhã, Tortosendo, Fundão, Alcains, Castelo Branco. Acção em Boidobra, às 10.30.

Segunda-feira, 27 - Acções de propaganda no mercado e em empresas de Belmonte. Jantar no Fundão, às 20.00.

FARO

Amanhã, 24, às 21h30, sessão de esclarecimento em S. Marcos da Serra.

LEIRIA

Domingo, 26 - Festa comício no Parque de Merendas da Portela, Mariinha Grande, das 9.00 às 18.00, com Ilda Figueiredo e Rogério Raimundo, e com o conjunto «Erva de Cheiro».

Espectáculo com Manuel Freire, às 22 horas, no Bombarral.

LISBOA

Hoje - 18.00, no Sacavenense, encontro de representantes de trabalhadores das empresas de Loures e Odivelas, com Rodolfo Caseiro.

18.00, Praça do Chile, mímica/teatro social.

20.00, CT Vitória, jantar da Função Pública, com Jerónimo de Sousa.

20.00, restaurante Mimena (Póvoa de Santo Adrião), jantar com Silva Santos e Bernardino Soares.

Acções de propaganda na Feira de Carcavelos, nas freguesias de Odivelas, na CP/Algés, em Leceia, em empresas (Legrand, Johnson & Johnson, Luís Simões, Rações Luso-Holandesas, Linda Sogas, Sotancro, Legrand, Fricarnes, Lisprenc, Gráfica European, Ferro, Tudor, Pingo Doce de Paço d' Arcos, empresas de Valejas, Novembal, Autosil, Papéis Coelho, Carris/Santo Amaro, Mirandela, Nacional, Sorel, Renault, Transporta, Mitsubishi, EDP/Barb. Bocage e José Malhoa, Portugal Telecom/ Cor. Bento Roma e Afonso Costa), no centro de convívio de reformados de Tercena, no Bairro das Caixas/Campo Grande, na Ameixoeira. Caravana: TAP (7.30), Ajuda (9.30), Campo de Ourique (10.30), Alcântara (almoço no mercado), encontros com reformados na Curpia (15.00), Curifa (15.45) e Santo Condestável (17.00), Jardim da Estrela (18.00).

Sexta-feira, 24 - 7.30, acção especial sobre acessibilidades, seguida de caravana (feira da Aqualva, Rio de Mouro, Cacém, jantar às 19.30 no «Casal da Serra»).

18.00, convívio de bancários, na Casa do Alentejo. Música ao vivo no centro cívico de Carnaxide.

20.00, Lisboa Clube Rio de Janeiro, jantar com Jerónimo de Sousa. Terço do CT Vitória, jantar do sector de empresas de Lisboa.

21.00, debate no Sobralinho (Torre do Relógio).

23.00, jazz no Jardim de Santa Catarina.

Acções de propaganda nas empresas de construção civil da Av. Ceuta, na zona industrial da Venda Nova, em Torres Vedras, na Abóboda, Shereder, Texas Instruments, Kodak, no Bairro Alto, Campolide, Amoreiras, Ameixo-

eira, Pontinha, Póvoa de Santo Adrião, Linda-a-Velha, na Garagem Vitória, Legrand, AM Almeida, Philips, RDP, Salvador Caetano, Eurocer, A. Cavaco, Cometna, Optron, Cimpor/V. F. Xira, CTT/Casal Ribeiro, GDP/Olivais, Marconi/5 Outubro.

Sábado, 25 - 10.00, Terreiro do Paço, festa «Desporto para todos, com a CDU».

12.30, almoço no CT da Damaia. Almoço do sector de empresas de Cascais, no CT de Tires, com Arménio Carlos. Churrasco-convívio no eucalipto de Benfica. Almoço de antigos e actuais autarcas de Loures, na Quinta de S. José. 15.30, debate «Urbanismo e qualidade de vida», JF Póvoa Sta. Iria.

17.00, comício-festa na escola do Bairro Falcão (Pontinha), com Bernardino Soares e «Música d'Arte». Comício-festa na JF da Póvoa de Santo Adrião, com Fátima Amaral e «Os 3 de Abril».

19.30, jantar em Porto Salvo (na SIMPS), com Jerónimo de Sousa. 20.00, festa CDU no Bairro Santiago (Loures), com António Andrez.

Acções de propaganda em S. Domingos de Rana, Torres Vedras (praça), Maxial, Dois Portos, Carnide, Charneca, Lumiar, S. Domingos de Benfica, feira de Loures, mercados do Rego e de Alvalade, Santa Iria de Azóia, Prior Velho, Bobadela, Odivelas, Queijas, Paço d' Arcos, Queluz. Caravanas: Expo/Vasco da Gama (9.00), Olivais, Beato, Marvila, S. José, Graça (15.00), Praça Paiva Couceiro, Chile, Martim Moniz; Moscavide/viaduto Expo (9.45), bairros de génese ilegal (14.00), sede da AMUPA, Prior Velho.

21.30, música SKA, no jardim de S. Pedro de Alcântara. Jam session em Oeiras, auditório Lurdes Norberto

Domingo, 26 - 10.00, desporto em Sacavém; segue-se almoço-convívio e caravana, com Luís Sá, na Quinta de S. José.

12.30, almoço-convívio do sector de Empresas de Sintra, no «Sousa», com Paula Borges. Almoço no Curpio (Odivelas), com Luís Sá.

15.00, no ringue da Abóboda (S. Domingos Rana), festa CDU, com Jerónimo de Sousa e Carlos Rabaçal.

17.00, sessão-convívio na Galeira Bar de Vila Franca de Xira

Acções de propaganda em Alenquer (mercado Merceana e Atalaia), Carnide, Marvila, Sacavém, Santo António dos Cavaleiros, (sessão às 17.30, na Associação de Moradores), Caneças, Famões, Olivais, Sintra, S. Domingos de Benfica. Adrião, Ramada, Linda-a-Velha, Sintra, S. Domingos de Benfica.

Segunda-feira, 27 - 18.00, banca em Arroios, com rastreio de saúde.

20.00, jantar com empresários, no «Forno Idanhense», Odivelas, com António Andrez.

21.30, sessão com sócios e dirigentes de colectividades de São João da Talha, na Assembleia de Freguesia.

Acções de propaganda em empresas (Impormol, Azai, Proteu, Sanofi, Hidroportalex, hotéis Ritz, Tivoli e Sheraton, várias empresas na 5 Outubro e Campo Pequeno, Litografia Portugal, Hovione, Schindler, Engil, Delta), escolas da zona oriental de Lisboa, na feira do Silvado (com Silva Santos), Carnaxide, Oeiras, Lisboa. Caravana em Sintra.

Terça-feira, 28 - 10.00, contacto com trabalhadores dos SMAS de Loures, com Luís Sá, que visita também o mercado da cidade.

15.00, sessões com reformados em S. João da Talha e S. Julião do Tojal.

18.00, Praça do Chile, mímica/teatro social.

Acções de propaganda no mercado da Ericeira (com João Alexandre), Torres Vedras (Monte Redondo e Matacães), Tercena/Barcarena, baixa de Lisboa, Centro Colombo, Campo Grande, Ameixoeira, S. Domingos de Benfica, Areeiro, Vila Franca de Xira, empresas do Carregado e Alenquer, Altamira, Triunfo, Atecnic, Jaba, Delphi, Cimianto, Casa da Moeda, Marconi/Expo e Praça D. Luís, Telecom/Carcavelos, LME, Pifo. Colocação de preservativos, nas escolas Virgílio Ferreira (12.00) e Secundária de Benfica (18.00).

Quarta-feira, 29 - 09.00, visita à Sumolis, com Jerónimo de Sousa. 15.00, sessão com reformados no centro de dia de Moscavide.

21.00, sessão-debate no Largo da Praça, em Alhandra (jantar-convívio às 19.30, no «14»). Sessão sobre saúde, no Sacavenense, com Manuela Silva.

Acções de propaganda em Carnide, Algés (com António Filipe), Arroios, Cascais, Charneca, Avenidas Novas, S. Paulo (com Rita Magrinho), S. Domingos de Benfica, Lumiar, Carnide, S. João de Deus, S. João de Brito e em empresas (Avimetal, Interaves, Proteu, Sotancro, Rauscher, Galuchos, Alva (com Paula Borges), Gazela, Cabográfica, Minerva, OGMA, Abeiv, Dan Cake, JF Alverca, Imprensa Nacional, hotéis Lutécia e Roma, EDP/Infante Santo, EPAL/Arco, Petrogal/sede).

Quarta-feira, 29 - 09.00, visita à Sumolis, com Jerónimo de Sousa.

15.00, sessão com reformados no centro de dia de Moscavide.

21.00, sessão-debate no Largo da Praça, em Alhandra (jantar-convívio às 19.30, no «14»). Sessão sobre saúde, no Sacavenense, com Manuela Silva.

Acções de propaganda em Carnide, Algés (com António Filipe), Arroios, Cascais, Charneca, Avenidas Novas, S. Paulo (com Rita Magrinho), S. Domingos de Benfica, Lumiar, Carnide, S. João de Deus, S. João de Brito e em empresas (Avimetal, Interaves, Proteu, Sotancro, Rauscher, Galuchos, Alva (com Paula Borges), Gazela, Cabográfica, Minerva, OGMA, Abeiv, Dan Cake, JF Alverca, Imprensa Nacional, hotéis Lutécia e Roma, EDP/Infante Santo, EPAL/Arco, Petrogal/sede).

PORTO

Hoje - Sessão de esclarecimento na Praça da Batalha, às 18.30 horas, com João Amaral, Honório Novo e Ana Maria Mesquita.

Apresentação da candidatura da CDU na Póvoa de Varzim, às 21.30 horas, na Biblioteca Municipal, com Honório Novo, Joaquim Cancela e João Torres.

Terça-feira, 28 - Acto público de divulgação dos apoios obtidos no distrito do Porto de dirigentes e delegados sindicais e membros das Comissões de Trabalhadores à CDU, na Junta de Freguesia de Stº Ildefonso, às 18.30 horas, com a participação de João Amaral, Ana Maria Mesquita e Paulo Valente, seguido de convívio.

SETÚBAL

Sexta-feira, 24 - Encontro concelhio de ORTs e células de empresas, às 18.00 horas, no CT do Seixal, com Virgílio Azevedo.

Octávio Teixeira visita os SMAS de Almada, às 14.30; participa numa distribuição de documentos junto à Lisnave, às 16.30; e numa sessão de esclarecimento às 21 horas em Vale Fetal, Charneca.

Sábado, 25 - Sessão de esclarecimento às 15.30, em Estrelas, Torcatas, com Manuel Valente. Espectáculo CDU, no CIRL, Laranjeiro, às 21.30, com Odete Santos.

Domingo, 26 - Acções de propaganda nas freguesias urbanas de Almada. Debate-convívio no CT do Pragal, às 15.30 horas, com Joaquim Judas.

Segunda-feira, 27 - Distribuição de documentos em Cacilhas e supermercados.

Quarta-feira, 29 - Candidatos visitam Centro de Dia na Charneca, às 12.00 horas.

VISEU

Hoje - Acções de propaganda (com João Pedro Melo, Luís Mergulhão e Viriato Carvalho) nas feiras de Lamego e Sernancelhe e (com Francisco Almeida, Alina Sousa e Nuno Azevedo) na feira e em empresas de Mangualde (Citroen, Camisaria Sagres e Fábrica Ernesto Matias) e de Nelas (Jonson).

«Inauguração do novo troço do IC 12», às 18.00, junto à Adegua Cooperativa de Mangualde.

Iniciativas com Carlos Carvalhas

Sexta-feira, 24

Convívio com reformados, às 16 horas, na Casa do Alentejo, em Lisboa.

Jantar do Sector da Saúde da ORL do PCP, às 19.30 horas no Pátio Alfacinha, para apresentação de um Manifesto para o sector.

Comício-festa CDU, às 21.30, no Cacém, na Escola Secundária Ferreira Dias, (junto à Estação da CP) com José Barros e «Navegante».

Sábado, 25

Almoço de apoiantes da CDU, às 13 horas, na Escola C+S de Fânzeres.

Festa-convívio CDU, com os «Navegante», às 17 horas, em Paços de Ferreira, no Largo Freamunde, com intervenções de João Amaral e de Carlos Carvalhas.

Comício-festa CDU, às 21.30 horas, em Braga, na Av. Central (junto à Arcada), com os «Navegante».

Domingo, 26

O secretário-geral do PCP atravessa, às 10.30 horas, a Ria de Aveiro e visita as Festas de N. Sra. da Saúde - Festas da Costa Nova.

Almoço-convívio da CDU, às 13 horas, em Aveiro, no Salão dos Bombeiros Novos, Largo Capitão Maia Magalhães.

Comício-festa da CDU, às 17.30 horas, na Sociedade Filarmónica da Amadora.

Segunda-feira, 27

Visita ao Serviço Sub-Regional de Portalegre da Segurança Social, às 15 horas, acompanhado de Joaquim Miranda.

Comício às 21 horas, no Jardim de Campo Maior, com intervenções de Joaquim Miranda e Carlos Carvalhas.

Terça-feira, 28

Encontro «Trabalho e Direitos», às 17.30 horas, na Sala Veneza do Hotel Roma, em Lisboa. Participam ainda Fátima Amaral e Jerónimo de Sousa.

Comício-festa, com os «Meninos da Avó», às 21.30, em Coimbra, Escadas Monumentais (Escadaria da Universidade), com intervenções de Mário Nogueira e de Carlos Carvalhas.

Quarta-feira, 29

Arruada na baixa do Seixal, às 10.30 horas.

Almoço, às 12.30, no refeitório da CM do Seixal.

Contacto com os trabalhadores da AutoEuropa, às 14.30 horas.

Encontro com trabalhadores de Setúbal, às 18 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal.

Jantar com jovens, às 20 horas, em Grândola, na Sociedade Musical Filarmónica Operária Grandolense.

Comício-festa com «Canto Moço», às 21 horas, em Alcácer do Sal, na Sociedade Filarmónica Progresso Matos Galamba (Pazoa).

Tempos de antena da CDU

Domingo: RTP1 - 19h00; RTP2 - 19h42; SIC - 19h03; TVI - 19h06. **Segunda-feira:** RTP1 - 19h06; RTP2 - 19h27; TVI - 19h03. **Terça-feira:** SIC - 19h03 e 19h09; TVI - 19h06. **Quarta-feira:** RTP1 - 19h03; RTP2 - 19h36

Juventude CDU

SEIXAL - Concerto, sábado, às 21 horas, na Torre da Mariinha, no Independente Futebol Clube Torrense, com as bandas *Deadly Mind*, *Queer* e *Open Sore*.

ERMESINDE - Manhã desportiva, domingo, às 10 horas. Almoço-convívio, na Escola Secundária de Ermesinde, com João Amaral e José Rodrigues. Às 15 horas, concerto com a actuação dos *BONSAI*, *Nicole's Factory* e *Blue Undergrass*.

PAREDES - Feira Alternativa da JCP - Sábado, a partir das 14 horas, no Parque José Guilherme. Venda de artesanato, pintura, escultura e ... ainda malabaristas, desportos radicais e música ao vivo.

Reuniões e plenários

Hoje - Lisboa: 18.30, CT Vitória, plenário da TAP, com Francisco Lopes. 21.00, CT da SPG, plenário de militantes na freguesia de Nossa Sr.ª Fátima. 21.30, reunião na Charneca.

Sexta-feira, 24 - 21.00, plenário de S. Domingos de Benfica, na Junta de Freguesia. 21.30, plenário de militantes, no CT de Torres Vedras. Reunião da célula do Estoril Sol, em Cascais. 21.30, plenário CDU/Sacavém, no CT do PCP. 21.00, plenário de militantes no CT da freguesia de Almada, com Manuel Valente.

Sábado, 25 - 15.00, plenário da Mina, no CT da Amadora.

TELEVISÃO

Quinta, 23

RTP 1
08.00 Infantil
09.15 Malha de Intrigas
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.15 Nico d'Obra
15.15 Nas Asas do Destino
16.15 Lições do Teneças
16.50 Amigo Público
18.15 País, País
18.55 País Regiões
19.15 A Lenda da Garça
20.00 Telejornal
21.00 As Lições do Teneças
21.40 Docas 2
23.00 Grande debate
00.45 Pós de Bem Querido
01.45 24 Horas
02.35 Desporto
02.45 O Subalguier
(de John Hamilton, com Danny Nucci, David Carradine, Antonio Maltese e Victoria Sanchez. «Policial»)

RTP 2
14.30 Informação Gestual
15.00 Volta a Espanha em Bicicleta
16.00 Caminho das Estrelas
17.30 Euronews
17.30 Documentário
18.00 A Fé dos Homens
19.00 Caderno Diário
20.30 Riscos
21.00 3.º Calhau a Contar do Sol
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.40 Acontece
23.00 Julgamento e Castigo
24.00 A Vingança dos Romanov
01.00 Meia de Música

SIC
08.00 Buêrére
10.00 Sic 10 Horas
12.00 Zazá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
15.40 Fátima Lopes
18.00 A Força de um Desejo
19.00 Andando nas Nuvens

Sexta, 24

RTP 1
08.00 Infantil
09.15 Malha de Intrigas
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.15 Nico d'Obra
15.15 Nas Asas do Destino
16.20 Lições do Teneças
16.50 Amigo Público
18.15 País, País
18.55 País Regiões
19.15 A Lenda da Garça
20.00 Telejornal
22.50 Operação Flecha Quebrada
(de John Woo, com John Travolta e Christian Slater)
00.50 24 Horas
01.40 Volta a Espanha
01.55 Páginas Negras de Patricia Higsmit
02.50 As Idades de Lulu
(de Brigas Luna, com Francesca Neri, Oscar Ladoire, Maria Barranco. «Drama»)

RTP 2
14.30 Informação Gestual
15.00 Volta a Espanha em Bicicleta
16.00 O Caminho das Estrelas
17.00 Meia de Música
17.30 Euronews
18.00 Programa Religioso
19.00 Caderno Diário / Juvenil
19.50 Anabol
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.40 Acontece
23.00 Mente Assassina
00.40 Os Planetas
01.35 Meia de Música
02.05 Amigos

SIC
08.30 Buêrére
10.00 Sic 10 Horas
12.00 Zazá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
15.40 Fátima Lopes
18.00 A Força de um Desejo

Sábado, 25

RTP 1
08.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top +
15.00 Splash, a Sereia
(de Ron Howard, com Tom Hanks, Daryl Hannah, Eugene Levy. «Comédia»)
17.10 Estrada Viva
17.45 Que Vida Esta
18.55 Futebol
21.00 Telejornal
22.10 Santa Casa
00.00 Nash Bridges
01.00 24 Horas
01.40 Ciclismo
01.55 Força Destruidora
(de Newt Arnold, com Jena-Claude Van Dame, Donald Gibb, Leah Aires. «Acção»)
03.30 Angle - A Espada

RTP 2
09.00 Universidade Aberta
12.00 Juvenil
13.45 Dinheiro Vivo
14.15 O Prazer de Criar
15.00 Desporto 2
18.40 2001
19.10 Onda Curta
(Saudações aos Cubanos, realização de Agnès Varda, narração de Michel Piccoli, França/1963. Curta Metragem. Ver destaque)
19.40 Os Aventureiros
20.40 Departamento de Homicídios
22.00 Jornal 2
22.40 Passeio da Fama
22.40 O Lugar da História
00.40 Allô, Allô!
01.10 Jogo da Vida
01.40 Estrada Perdida
(de David Lynch, com Bill Pullman, Patricia Arquette, John Roselius. «Policial». Ver destaque)

SIC
08.00 Super Buêrére
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Libertem o Willy!
(de Simon Wincer, com Jason James Rütcher, Lori Petty e Jane

Domingo, 26

RTP 1
08.00 Infantil/Juvenil
12.30 Jornal da Tarde
12.55 Jornal da Tarde
14.45 Made in Portugal
16.00 Liga dos Campeões
17.00 Heróis em Acção
18.00 Destinos de Sofia
18.40 Domingo Desportivo
19.20 Jet Set
20.00 Telejornal
20.50 Os Principais
22.20 Domingo Desportivo
23.50 Ciclismo
00.00 O Conde de Monte Cristo
01.55 24 Horas
02.35 Como Matar a Mulher
(de Michael Tuchner, Griff Rhys Jones, Mel Smith, Alison Steedman. «Comédia»)

RTP 2
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.20 Infantil/Juvenil
13.05 Quem Sai aos Seus
13.30 Saber & Fazer
14.00 Jornal d'África
14.30 Rotações
15.00 Desporto 2
19.30 Bom Bordo
20.05 Artes e Letras: Bach
21.00 Jonathan Creek
22.00 Jornal 2
22.40 Horizontes da Memória
23.15 Maré Vermelha
(de Tony Scott, com Denzel Washington, Matt Craven, George Dzundza. «Guerra». Ver destaque)

SIC
08.00 Super Buêrére
12.00 BBC-Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Teu Sorriso
(de Keith Samples, com Greg Kinear, Lauren Holly, Joan Cusak. «Drama»)
16.45 Rex, O Cão Policia
17.00 O Homem que Sabia de Menos
(de Jon Amiel, com Bill Murray, Peter Gallagher, Johanne

Segunda, 27

RTP 1
08.00 Infantil
09.15 Malha de Intrigas
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Consultório
14.50 Nico d'Obra
15.25 Nas Asas do Destino
16.40 Amigo Público
18.15 País, País
18.50 País Regiões
19.15 A Lenda da Garça
20.00 Telejornal
21.00 Nós, os Ricos
21.35 Esquadra de Polícia
22.25 Jogo Falado
00.25 24 Horas
01.00 RTP Economia

Terça, 28

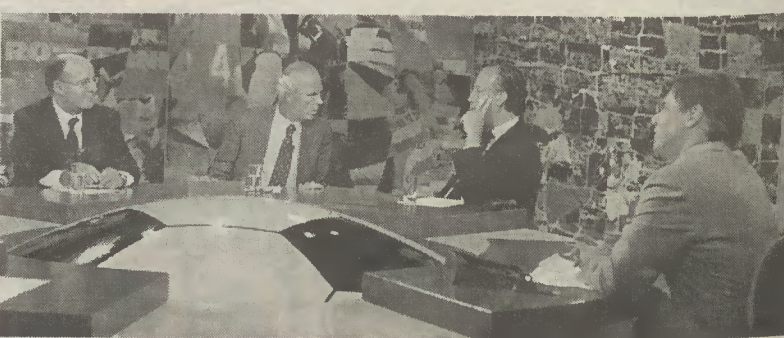
RTP 1
08.00 Infantil
09.15 Malha de Intrigas
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Consultório
14.50 Nico d'Obra
15.25 Nas Asas do Destino
16.40 Amigo Público
18.15 País, País
18.50 País Regiões
19.15 A Lenda da Garça
20.00 Telejornal
21.05 Herman'99
22.20 Jess
22.55 Liga dos Campeões
00.00 24 Horas
00.50 Volta a Espanha

Quarta, 29

RTP 1
08.00 Infantil
09.15 Malha de Intrigas
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Consultório
14.50 Nico d'Obra
15.25 Nas Asas do Destino
16.40 Amigo Público
18.00 País, País
18.30 País Regiões
18.55 A Lenda da Garça
19.35 Futebol
21.45 Telejornal
22.50 Soldados do Universo
(de Paul Verhoeven, com Casper Van Dien, Dina Meyer, Jake Busey. «Ficção Científica» (Ver destaque)



Animação com fartura



Jogo falado - a falar de desporto?

01.15 Gente da Cidade
02.25 Máquinas

01.00 Sequest, Brigada Submarina
01.55 Uma Triste Nota Americana
(de Ralph Toporoff, com Peter MacNicol, Charlotte d'Amboise, Carl Capotorto. «Comédia» Ver destaque)

01.50 Liga dos Campeões
02.20 24 Horas
03.10 Volta a Espanha

RTP 2
15.00 Informação Gestual
15.40 Novas Aventuras de Robin Hood
16.35 Viagem a Saqqarah
17.30 Madeira
18.00 Informação Religiosa
19.00 Caderno Diário / Juvenil
20.00 Meia de Música
20.30 Riscos
21.00 3.º Calhau a Contar do Sol
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.40 Acontece
23.00 A Coroa e o País
23.30 Perigo Eminente
00.00 Retratos: Camilo Pessanha
01.30 Meia de Música

RTP 2
15.00 Informação Gestual
15.45 Derrick
16.35 Os Cavaleiros de Malta
17.30 Meia de Música
18.00 Informação Religiosa
19.00 Caderno Diário/Juvenil
20.30 Riscos
21.00 3.º Calhau a Contar do Sol
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.40 Acontece
23.00 THX-1138
(de George Lucas, com Robert Duvall, Donald Pleasence, Don Pedro. «Ficção Científica» Ver destaque)
00.35 Shadow Hunters
01.30 Meia de Música

RTP 2
15.00 Informação Gestual
15.45 O Caminho das Estrelas
17.30 Meia de Música
18.00 Informação Religiosa
19.00 Caderno Diário/Juvenil
20.30 Riscos
21.00 3.º Calhau a Contar do Sol
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.40 Acontece
23.00 Sinais do Tempo
24.00 Ópera: Flauta Mágica
03.10 Meia de Música

SIC
08.00 Buêrére
10.00 Sic 10 Horas
12.00 Zazá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
15.40 Fátima Lopes
18.00 A Força de um Desejo
19.00 Andando nas Nuvens
20.00 Jornal da Noite
20.50 Clube dos Campeões
21.20 Suave Veneno
22.30 Roda de Milhões
00.40 Duelo Sangrento
(de Allan Golstein, com Brian Borsworth, Brad Dourij, Claire Yarlett. «Acção»)
02.40 Último Jornal
03.15 Imperatriz Yang Kwei Fei
(de Kenji Mizoguchi, com Muchiko Kyo, Masayuki Mori, So Yamamura. «Drama» (Ver destaque)
05.15 Portugal Radical

SIC
08.00 Buêrére
10.00 Sic 10 Horas
12.00 Zazá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
15.40 Fátima Lopes
18.00 A Força de um Desejo
19.00 Andando nas Nuvens
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.15 Suave Veneno
23.30 Conspiração na Sombra
(de George Pan Cosmatos, com Charlie Sheen, Linda Hamilton, Donald Sutherland. «Acção»)
02.00 Último Jornal
02.35 Os Vampiros

SIC
08.00 Buêrére
10.00 Sic 10 Horas
12.00 Zazá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
15.40 Fátima Lopes
18.00 A Força de um Desejo
19.00 Andando nas Nuvens
20.00 Jornal da Noite
21.00 Jornalistas
22.20 Suave Veneno
00.00 Cidadão X
(de Chris Gerolamo, com Stephen Rea, Donald Sutherland, Jeffrey DeMunn. «Policial»)
02.00 Último Jornal
02.55 Os Vampiros

TVI
09.00 Animação
11.00 Programa Religioso
11.50 Missa
13.00 Encontro de Irmãos
(de Jeffrey Bell, com Dylan Walsh, Elizabeth Shue, William MacNamara. «Drama»)
15.00 Caras Lindas
17.30 O Segredo das Estrelas
19.00 O Falinhas Mansas
(de Michael Jenkins, com Bryan Brown, Karen Allen, Chris Haywood. «Acção»)
21.00 Directo XXI
21.40 Causa Justa
22.30 Entre Amor e Ódio
(de Rod Hardy, com Barry Bostwick, Cameron Daddoo, Elizabeth Ruscio. «Drama»)
00.30 Sim, Sr. Reitor
(de Kelly Makin, com Jeremy Renner, Rob Moore, Matt Frewer. «Comédia»)
02.20 Crepúsculo dos Deuses

TVI
09.00 Animação
12.20 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
14.30 Samantha
15.30 Colégio Brasil
16.00 Animação
19.00 Campanha Eleitoral
19.30 Informação
20.00 S.O.F. Força Especial
21.00 Directo XXI
21.40 Quero Justiça!
23.40 A Jurada
(de Brian Gibson, com Demi Moore, Alec Baldwin, Anne Heche. «Policial»)
00.45 Will & Grace
01.15 O Corvo
02.15 Aventuras no Pacífico
03.15 A Balada de Hill Street
04.15 Mulher Perigosa

TVI
09.00 Animação
12.20 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
14.30 Samantha
15.30 Colégio Brasil
16.00 Animação
19.00 Campanha Eleitoral
19.30 Informação
20.00 S.O.F. Força Especial
21.00 Directo XXI
21.40 Quero Justiça!
23.40 A Jurada
(de Brian Gibson, com Demi Moore, Alec Baldwin, Anne Heche. «Policial»)
00.45 Will & Grace
01.15 O Corvo
02.15 Aventuras no Pacífico
03.15 A Balada de Hill Street
04.15 Mulher Perigosa

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



De vez em quando, até os adultos espreitam os bonecos



Jonathan Greek, nova série

20.00 Jornal da Noite
21.30 Alice & Maravilhas
22.15 Suave Veneno
23.15 O Advogado do Diabo
(de Taylor Hackford, com Al Pacino, Keenu Reeves, Charlize Theron. «Drama». Ver destaque)
03.00 Último Jornal
03.35 Dra. Quinn
04.35 Portugal Radical

TVI
09.00 Animação
12.20 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
14.30 Samantha
15.30 Colégio Brasil
16.00 Animação
19.00 Asas nos Pés
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
21.40 Especial TVI
01.00 Dinheiro Corrupto
(de Steve H. Stern. Com Eric Soltz, Christopher Plummer.)
02.50 Will & Grace
03.20 Aventuras no Pacífico

19.00 Andando nas Nuvens
20.00 Jornal da Noite
21.00 Ponto de Encontro
22.10 Suave Veneno
23.15 Jogo Limpo
02.00 Último Jornal
02.35 Obsessão Fatal
(de David Greene, com Victoria Principal, Emily Warfield e Henry Thomas)
04.35 Portugal Radical
05.05 Vibrações

TVI
09.00 Animação
12.20 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
14.30 Samantha
15.30 Colégio Brasil
16.00 Animação
19.00 Asas nos Pés
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
21.40 Os Reis da Música Nacional
00.30 Rival de Morte
(de James Heyman, com Herry Hamlin, Annie Potts e Judith Polone. «Policial»)
02.15 Will & Grace
02.40 Aventuras no Pacífico

Jornal
03.05 Portugal Radical

TVI
09.00 Animação
12.20 Top Rock
13.30 Contra-Ataque
14.30 Caras Lindas
16.00 Paradise
(de Mary Agnes Donoghue, com Melanie Griffith, Don Johnson, Elijah Wood. «Drama»)
18.30 A Caixa do Luar
(de Tom Dicillo, com John Turturro, Sam Rockwell, Catherine Keener. «Comédia» Ver destaque)
21.00 Directo XXI
21.40 A Escolha de uma Vida
(de Anne Wheeler, com Melanie Mayron, Geraint Davies e Janet Dubois. «Drama»)
23.30 Cyborg 2
(de Michael Schroeder, com Elias Koteas, Jack Palance, Billy Drago. «Ficção Científica». Ver destaque)
01.20 Histórias Fantásticas



Viajar com Sofia

Whalley. «Espionagem»)
19.0 Direito de Antena
19.30 Malucos do Riso
20.00 Jornal da Noite
21.00 Um Sarihlo Chamado Marina
21.30 O Fura-Vidas
22.00 Casos de Polícia
23.00 A Última Dança
(de Bruce Beresford, com Sharon Stone, Rob Norrow, Randy Quaid. «Drama»)
01.30 Último Jornal
01.35 Médicos sem Fronteiras
02.35 Portugal Radical

TVI
09.00 Animação
11.00 Programa Religioso
11.50 Missa
13.00 Encontro de Irmãos
(de Jeffrey Bell, com Dylan Walsh, Elizabeth Shue, William MacNamara. «Drama»)
15.00 Caras Lindas
17.30 O Segredo das Estrelas
19.00 O Falinhas Mansas
(de Michael Jenkins, com Bryan Brown, Karen Allen, Chris Haywood. «Acção»)
21.00 Directo XXI
21.40 Causa Justa
22.30 Entre Amor e Ódio
(de Rod Hardy, com Barry Bostwick, Cameron Daddoo, Elizabeth Ruscio. «Drama»)
00.30 Sim, Sr. Reitor
(de Kelly Makin, com Jeremy Renner, Rob Moore, Matt Frewer. «Comédia»)
02.20 Crepúsculo dos Deuses

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

O Advogado do Diabo

(Quinta-feira, 23.15, SIC)

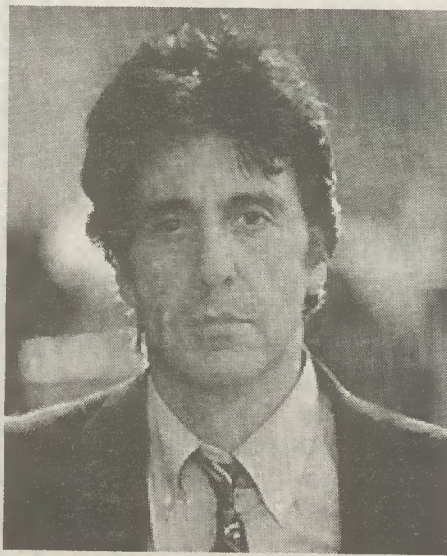
Cada vez há mais filmes na TV e, na profusão, menos películas a destacar. Pelo menos é o sentimento com que abordamos esta escrita, depois de laboriosa procura de alguns a sublinhar para os nossos leitores. Por exemplo, quanto a este, fomos sensíveis à fama do actor principal, embora toda a gente saiba que, na «indústria», muitas estrelas sucumbam a pretextos diversos para continuarem a assombar as telas. O trabalho de **Al Pacino**, no entanto, será garantia de um bom desempenho. O filme glosa a figura de um Fausto moderno, com um jovem ambicioso a ver-se na teia de seduções de poder, trocando a alma por géneros. A ver se se trata de algo mais do que o contracenar de bons actores.

Saudações aos Cubanos

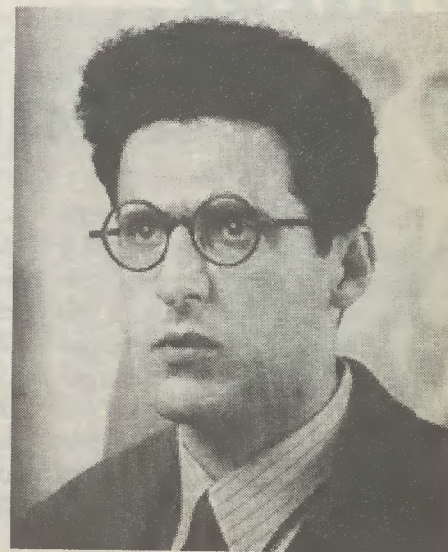
(Sábado, 19.10, RTP2)

Este filme esteve programado para a passada semana e já então o destacámos. Teimosos, voltamos a fazê-lo, com a esperança de será desta vez que poderemos apreciar esta curta metragem, integrada no

outros. Este filme é mais um no rol de quantos escrevem e realizam em redor da guerra e até o 007 mostrou recentemente que precisa de um adversário mais sólido do que um grupo de loucos. No entanto, os pergaminhos do realizador **Tony Scott**, que terá contado com a colaboração, na escrita, de **Quentin Tarantino**, deixa esperar um filme de aventuras de guerra construído com alguma segurança. Quanto à história, parece-nos tê-la visto várias vezes - um bando de rusos ultra-nacionalistas apodera-se de uma base de mísseis e os americanos vão salvar o mundo...



Al Pacino



John Turturro

**Maré Vermelha**

programa **Onda Curta**. Trata-se de um documentário, realizado em 1963, por **Agnès Varda** e narrado por **Michel Piccoli**. A cineasta alcançava então a fama no cinema francês e a Revolução cubana entrara nos corações de muitos europeus, permanecendo ainda em alguns apesar da propaganda e do refluxo. Construída a partir de 1800 fotografias que a autora realizou na Ilha da Liberdade, esta curta metragem apresenta-se como «homenagem calorosa e apaixonada da Revolução».

A Caixa do Luar

(Sábado, 18.30, TVI)

Anunciado como comédia, este filme, dirigido pelo autor de *Um Realizador em Apuros*, **Tom Dicillio**, conta com a interpretação de um espantoso actor - **John Turturro** -, que faz aqui de «trabalhador dedicado, responsável e fiel, que sacrifica a família pelo emprego». Só vai a casa aos fins de semana e aos feriados. Um dia, abandona o sistema e parte à aventura. E, como a todos os que se atrevem no trilha do desconhecido, as aventuras vêm ao seu encontro. Um filme para distrair o espectador da «apagada e vil tristeza» dos dias cinzentos que aí estão...

Cyborg 2

(Sábado, 23.30, TVI)

Esta semana não resistimos à tentação da oferta variada de películas de Ficção Científica. E começamos já por esta, que não vimos, mas que se anuncia como sequela do filme interpretado então por **Jean Claude Van Dame** e que obteve grande sucesso. A coisa anda à volta de robots e gente, em promiscuidade absoluta. O herói, desta vez, é uma heroína, meio pessoa e meio máquina e, em colaboração com um rapaz, seu «instrutor». Apesar das maquinarias, andam caídos um pelo outro. As aventuras abundam, as «tecnologias» fumegam e, se a coisa não for lá muito credível, pelo menos, a gente ri-se.

Maré Vermelha

(Domingo, 23.15, RTP2)

Os mais distraídos não deram conta, os mais atentos já adivinhavam - acabada a guerra-fria, muitas guerras quentes estalaram e, se o «império do mal» acabou, pelo menos ficou o seu espectro a assombrar o «mundo», ou seja, a «boa-consciência» ocidental e cristã. Derrotada a URSS, não foi por isso que os EUA deixaram de pretender estender o seu domínio e, à falta de inimigos à altura, vão inventando

cor na articulação dramática da obra deixa ao espectador motivos de comparação com outros filmes mais recentes de recorte menos sóbrio e deixá-lo-á talvez a interrogar-se se «tudo» não foi já feito há muito por um senhor chamado **Mizoguchi**.

Uma Triste Nota Americana

(Terça-feira, 01.55, RTP1)

Já agora, um filme sobre música e músicos. Mais para variar, porque as referências não chegam para assinalar esta comédia realizada por **Ralph Toporoff**. Nem as credenciais de Toporoff - que foi fotógrafo da «Look», da «Paris-Match» e da «Spiegel», portanto, do *jet-set* dos *media* - chegariam para lhe angariar simpatias nesta página. Já o facto de haver sido assistente de Cassavetes e de Penn o favorecem. Aqui fica, entretanto, o destaque para este filme que conta a história de um músico de jazz e do seu quinteto, nas peripécias do subir na vida.

THX-1138

(Terça-feira, 23.00, RTP2)

Que raio de nome! Não é filme do nosso conhecimento, mas é de assinalar porque, sendo de Ficção Científica - portanto propondo um salto no futuro - é como se fosse uma viagem ao passado. **THX** foi realizado em 1970 - como o tempo passa! - por nada menos que **George Lucas**, o patrono da Guerra das Estrelas e de muitas outras diversões astrais. Conta com a participação de **Robert Duvall** - lembrem-se do *consigliere* de *O Padrinho*? Ou do major, em *Apocalypse Now*, para quem o *napalm* lhe cheirava a vitória? E também com **Donald Pleasence**, figura obrigatória em muitos filmes sombrios... Enfim, uma data de razões para aguardarmos a exibição de um filme que se passa no futuro, «em cidades subterrâneas programadas por computadores». Os computadores já aí estão por todo o lado. E há cada vez mais gente a viver abaixo do nível do chão...

Soldados do Universo

(Quarta-feira, 22.50, RTP1)

Já tínhamos avisado que há muita FC esta semana. E, embora não tenhamos outras dicas sobre este filme senão as que fornece a RTP, o facto de ser realizado por **Paul Verhoeven**, o holandês autor de **Robocop** ou de **Instinto Fatal**, é suficiente para nos despertar a atenção para mais estas aventuras astromilitares que se passam no século XXIV (já não falta muito). Cinco adolescentes, em Buenos Aires (vejam lá para onde se deslocou a sede do imperialismo galáctico!) alistam-se nas Forças Armadas da Federação Terrestre, «após um confronto com uns extra-terrestres que surgem sob a forma de monstruosas, gigantescas e sanguinárias aranhas». É melhor não dizer mais.

A Imperatriz Yang Kwei Fei

(Segunda-feira, 03.15, SIC)

E, quase em desespero de causa, aqui finalmente assinalamos um filme «como deve ser!» Mas nem assim ficamos tranquilos, pois, uma vez mais, trata-se de um dos chamados filmes do século, que a SIC transmite «às escondidas». Explicamos: como pode o leitor dar conta, a transmissão - se tudo correr bem! - está prevista para as três horas da madrugada de terça-feira. Ou o leitor ainda está de férias e não se deita na segunda-feira à noite, ou então tem gravador e grava. Ou, se não estiver em nenhum destes casos, desiste e... perde um clássico do espantoso **Mizoguchi**, o japonês autor de tantos filmes que fizeram história. Trata-se do primeiro filme a cores deste autor, realizado em 1955, que se debruça mais uma vez sobre a sempiterna questão do poder, da corrupção e da violência nas relações humanas. O uso da

THX - 1138



Timor e o «abandono»

Nos últimos dias, a televisão portuguesa tem sido, como aliás bem se justifica, sobretudo Timor e o resto quase nada. Nem sempre, contudo, no sítio que mais se desejaria. Por exemplo: no passado domingo, logo pela manhã, ia eu a passar pelo meu televisor quando deparei com uma conversa que depois haveria de parecer-me das mais proveitosas de ouvir entre quantas as TV's nos deram. Foi no RTP-África, que me visita em casa graças à televisão por cabo, como é fácil de adivinhar. Eu sei que não é muito bonito vir para estas colunas falar de um canal captável graças à TVCabo porque só uma minoria de telespectadores lhe tem acesso. Receio que se fique um pouco com o ar de novo-rico que vem para o café contar vantagem, como dizem os brasileiros. A verdade, porém, é que isto de receber a TV por cabo já não é um sinal de novo-riquismo para ninguém e que, tanto quanto me parece, aquele conversa justifica a referência. Até para lamentar que os telespectadores digamos que comuns, os que só captam os quatro canais «clássicos», não tenham tido oportunidade de assistir a ela.

Quando «cheguei», estavam sentados em torno da mesa o jornalista Hernâni de Carvalho (um dos últimos quatro jornalistas que saíram de Díli, e parece que ainda assim a contragosto e ludibriados), o almirante Ferraz Sachetti, o padre Vítor Melícias e o embaixador Fernando Neves. O anfitrião e animador da conversa era José Rodrigues dos Santos. Não sei porquê, a presença do almirante fez-me recear voltar ouvir, agora também da sua boca, uma já costumeira alusão ao suposto abandono de Timor por Portugal em 75, quando da invasão indonésia. Ou melhor: sei porquê, sim; é que ouvira a mesma viciação histórica, creio que na vés-

pera, pela voz de um outro almirante. Felizmente, Ferraz Sachetti não fez o mesmo, poupando-me assim a uns minutos de indignação. É que me custa que pessoas com responsabilidade e que, em princípio, não são amnésicos nem parvos, finjam ignorar que em 75, como aliás em 99, Portugal não tinha poder militar que lhe permitisse enfrentar o exército indonésio (e já não lembro que Timor é um povo mais longe que as Berlengas). E que, no plano diplomático, o facto de a invasão ter sido patrocinada pelos Estados Unidos, como toda a gente sabe que foi, afastava a menor possibilidade de uma mobilização internacional contra a agressão. Percebe-se

que a tese do «abandono» não passa de mais uma pedrada arremessada contra Abril e os meses que se lhe seguiram pelos que ainda hoje, 25 anos depois, lhe guardam rancores. E até ocultam o facto de o tão odiado PREC já estar encerrado quando a Indonésia invadiu Timor, dias depois do 25 de Novembro e meses depois de derrubado o V Governo Provisório.

O mandante na penumbra

Dessa vez escapei, pois, à impostura que continua a ser regularmente distribuída pelas TV's. Porém, alguma coisa veio lembrar e actualizar a responsabilidade dos mandatários do crime, e o momento em que isso ocorreu acabou por constituir-se como verdadeiramente precioso para esclarecimento da verdade: foi quando Hernâni de Carvalho citou um jornalista estrangeiro que ainda há poucos dias denunciou um autêntico conluio entre um almirante norte-americano e um general indonésio. Ficou assim claro que a cumplicidade, ou mais que isso, dos Estados Unidos na agressão brutal dos indonésios não apenas data de 75 e se manteve ao longo de 24 anos como também tem tendência para subsistir mesmo agora, depois da difícil e hesitante adesão norte-americana à indignação internacional. E a revelação de todo este quadro não só coloca no devido lugar a falsificação histórica da «responsabilidade pelo abandono» como ensina a quem queira aprender que as investidas contra o Portugal de 75 servem para colocar na penumbra a autoria moral dos EUA em tudo quanto aconteceu.

É certo que a informação dada por Hernâni de Carvalho já tinha sido dada em dias anteriores. Mas como que de raspão, sem o carácter firme e convicto que lhe foi conferido pelo jornalista da RTP. E o grande mérito daquela conversa, para lá de um acervo de outras intervenções interessantes, foi o de colocar nos termos certos a tal questão das responsabilidades. Até então, ouvira mais vezes, quanto a esse ponto, insinuações contra a Revolução que denúncias da culpa norte-americana. Com esta emissão, tudo se tornou mais claro, creio, pelo menos para os telespectadores da RTP-África e, espero-o, também da RTP-Internacional. Fico a pensar que foi um azar que a conversa não tenha sido transmitida para Portugal. Mais um bocadinho e ficaria a suspeitar de que a omissão pode não ter sido devida apenas a um azar, isto é, a um acaso. Mas seria decerto um excesso meu.

TVISTO

■ Correia da Fonseca



Pior a emenda...

Não fosse o empenho da candidatura da CDU, esta campanha eleitoral seria, no Porto, um desfile sensorial, em época de saldos.

O PSD, depois de uma rocambolesca e mal conhecida novela judicial do seu anterior cabeça de lista, escolheu a vetusta figura do presidente da Câmara da Maia, Vieira de Carvalho, em cada esquina colocado junto do mais cínico dos slogans eleitorais: «Mais Porto Mais Norte».

De facto, depois de tudo ter feito para inviabilizar a Regionalização, que seria o melhor caminho para obter uma mais equilibrada distribuição dos recursos nacionais, o PSD vem apresentar-se como advogado das aspirações da população do distrito. Bom advogado só na prosápia...

A par com o PS, reparte os municípios da Área Metropolitana. Gerem-nos como se fora uma quinta, de costas voltadas uns para os outros. Onde têm a maioria absoluta desdenham da oposição. Contam-se pelos dedos as associações ou parcerias inter-municipais.

A Assembleia Metropolitana reúne-se por estrita obrigação formal. E há tantos problemas comuns a requerer soluções comuns, tantos investimentos que se perdem...

Por isso, é de saudar a proposta, pela voz de João Amaral, de criar uma nova lei para a Área Metropolitana — com diversas e novas competências e eleição directa dos órgãos responsáveis. Seria uma boa solução para racionalizar a gestão dos recursos e reforçar a democracia.

Mas os jornais, tão solícitos em outras ocasiões, desta vez não foram ouvir a opinião de outros cabeças de lista.

A ro(n)da dos milhões

O PS confiou ao ministro João Cravinho a ingente tarefa de cobrir os reais atrasos da região com o manto diáfano dos milhões a haver.

O ministro inaugura obras já em funcionamento (como em Aveiro) ou por concluir (como em Bragança), apressa a construção de outras através do reforço da dotação de verbas, tal qual como o anterior governo fazia. Fala de prazos (como o da Via Rápida de Gondomar para o ano 2000), mas esquece a prometida extensão da rede do Metro a Gondomar. Assina protocolos. Promete milhões.

Um dos trabalhos mais estimulantes para um estudante de jornalismo seria comparar, nestes anos 90, os títulos de imprensa com promessas ministeriais de milhões de contos e, depois, a sua concretização prática.

O soneto e a emenda

Não falando do PP, que vive dependurado dos números televisivos do seu presidente, ora

a ordenhar vacas ora a cortar cachos de uvas mais as frases encenadas, e assim espera ganhos de popularidade apesar do tom falsete, a novidade mais digna de nota foi, à esquerda, o curioso contributo do líder portuense do Bloco, Miguel Portas, para o debate político quando, em entrevista ao JN, declarou: «A revolução hoje é construir a social democracia que seja séria».

Dito com espontaneidade, deve ter ouvido das boas de alguns aliados de percurso e, por isso, quis emendar mais tarde, o que pela clareza e definição não tinha emenda: «...a expressão social democrata referia-se a uma

MOTES & VOLTAS

■ Jorge Sarabando

tradição histórica e não à apropriação que a direita nacional dela fez».

Foi pior a emenda que o soneto.

Não é do passado de que falamos mas da social democracia existente na idade neoliberal do Capitalismo.

Quarenta anos depois da proscrição de Marx no Congresso de Bad Godesberg, a social democracia oscila, hoje, entre as conclusões do estudo encomendado pela Internacional Socialista há cinco anos, a Filipe Gonzalez e a declaração Blair/Schröder sobre a 3.ª Via.

A que hoje conhecemos aplaude o novo conceito estratégico da Nato, medularmente agressivo e ao serviço de Washington.

Diz que é contra a subordinação do poder político ao poder económico, mas privatiza o mais que pode, entregando os sectores estratégicos e limitando a capacidade reguladora do Estado.

Diz que é contra o mercantilismo, mas nunca a alta finança teve tanto poder e tantas benesses, e os Champallimauds deste reino louvaram tanto os ministros de um governo.

Rejeita os modelos neoliberais, mas escancara as portas, já antes abertas, ao negociismo nos serviços públicos.

Fala do valor do trabalho, mas vai golpear os direitos laborais em nome da modernidade e é incapaz de estabelecer uma justiça fiscal.

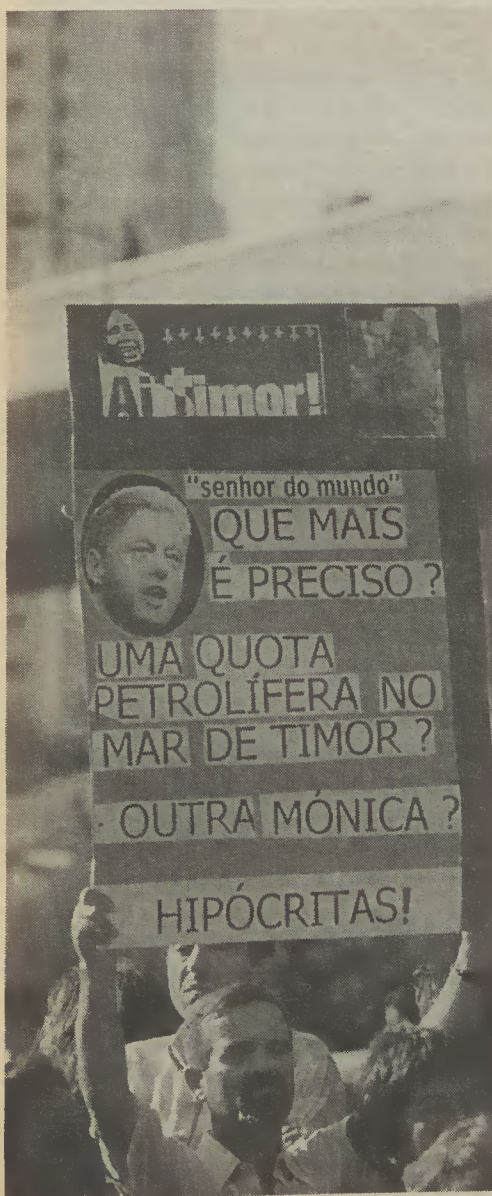
Nunca a teia clientelar e rede de subserviências foi tão ampla.

A social democracia de hoje tende a confundir solidariedade com caridade e a uma visão assistencialista dos direitos sociais.

Seria esta social democracia que poderia, hoje, a crer no líder do Bloco de Esquerda, «tornar-se séria».

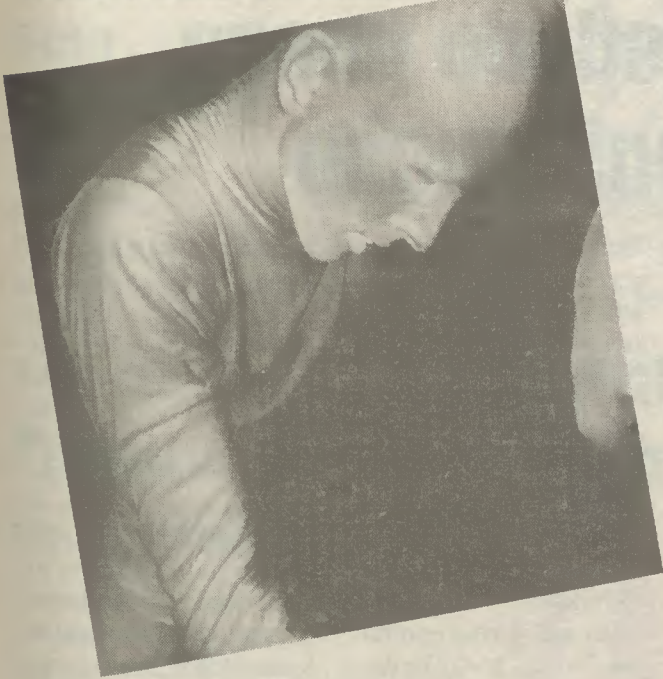
Frac designio para um projecto de esquerda. E, confessemos: que tarefa frustrante e melancólica para qualquer revolucionário.

Há, felizmente, neste momento outro caminho e outra urgência: a de dar à CDU, com os votos, a força necessária a uma viragem à esquerda.



ESCAPARATE

ENCONTROS



EncontrosAcart99

No âmbito das iniciativas e realizações de «EncontrosAcart99», o espectáculo de dança *Sulphur 16* está no palco do Grande Auditório da Gulbenkian, em Lisboa, nos dias 24 e 25 de Setembro, pelas 21.30. Com coreografia de Wayne McGregor, *Sulphur 16* é uma encomenda do Royal Festival Hall e do Swindon Dance. Também no âmbito de

«EncontrosAcart99», sobe à cena da Sala Polivalente da Gulbenkian o texto teatral *Torquato Tasso*, de Goethe, com encenação de Jorge Silva Melo, sobre tradução de João Barrento. Espectáculos às 21.30 nos dias 30 de Setembro e 1, 2, 6, 9, 11, 14 e 16 de Outubro (neste último dia com duas sessões, às 17h00 e às 21.30).

Zapatistas AM/PM

Zapatistas AM/PM (ante México / post México) é um espectáculo sobre o movimento zapatista e vai estar em cena no Recreios da Amadora desde hoje, dia 23 de Setembro, até ao próximo domingo, dia 26 de Setembro, com sessões às 21.30 h de quinta-feira a sábado e às 16.00 no domingo. O espectáculo é de Gonçalo

Alegria, Dinarte Branco, Cláudia Gaiolas, Tiago Rodrigues e Peter Terryn e é apoiado pelo Ministério da Cultura e a Fundação Calouste Gulbenkian.

O espectáculo agora em cena comporta duas partes distintas - *ante México* e *post México* - porque a sua construção fez-se em dois movimentos diferentes. Primeiro, dizem os autores, «começámos por criar este espectáculo baseando o texto em *A Espera de Godot*, de Beckett, por termos encontrado tantas analogias com a espera dos guerrilheiros zapatistas (...) Na obra de Beckett fomos enxertando textos sobre o movimento e alguns dos comunicados do subcomandante Marcos(...)». Depois acrescentaram uma segunda parte ao espectáculo, fruto de um encontro clandestino do grupo com os zapatistas e as duras condições em que lutam, durante uma digressão ao México. Assim, este espectáculo «oferece dois olhares sobre o mesmo fenómeno».



EXPOSIÇÕES

Pintura em Lisboa de José Narciso

Uma exposição de pintura de José Narciso, sob a designação genérica «Segredo dos Sentimentos», continua patente ao público na Delegação Regional de Lisboa do Instituto Português da Juventude (Via de Moscavide, Lote 47.101), até ao próximo dia 10 de Outubro. Aberta todos os dias, esta exposição pode ser visitada das 10 às 22 horas.

Medalha Contemporânea

A exposição colectiva «Medalha Contemporânea», inaugurada a 14 de Setembro na Galeria Municipal Gymnásio, em Lisboa (Espaço Chiado - Rua da Misericórdia 14), pode ser vista até ao dia 12 Outubro no seguinte horário: de segunda a sexta-feira das 13 às 20 horas; sábados, das 14 às 19 horas (encerra aos domingos e feriados). Trata-se de uma exposição colectiva do grupo «Anverso - Reverso», que reúne cinco artistas no campo da medalhística: Helder Baptista, João Duarte, José Simão, Paula Lourenço e Vítor Santos. O patrocínio é do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa.



Escultura em terracota

Na Galeria Municipal de Montemor-o-Novo continua exposta até ao próximo dia 9 de Outubro uma exposição de esculturas de grande porte executadas em terracota durante a oficina experimental de escultura em terracota realizada pela Associação Cultural Oficinas do Convento. Aberta de segunda a sexta-feira das 10 às 12 horas e das 14 às 18 horas, e aos sábados das 14 às 18 horas (encerra aos domingos e feriados).

Habitar/Loures

Abre hoje, dia 23 de Setembro, a 2.ª mostra de urbanismo e habitação «Habitar / Loures promovida pela Câmara Municipal de Loures, que decorrerá no Pavilhão Paz e Amizade até ao dia 26 de Setembro.

«Espant'homens» na MALAPOSTA

Integrada na VI Bienal de Fotografia de Vila Franca de Xira, a AMASCULTURA inaugura no próximo dia 1 de Outubro, às 18 horas, no Centro Cultural da Malaposta, a exposição de fotografias «Espant'homens», de Gérard Castelo-Lopes. São 32 fotos a cor e de grande formato que o artista tirou a 25 de Maio de 1996, durante a exposição de 250 espantalhos patentes no Parque de Serralves no âmbito do projecto «Arte Efémera na Paisagem». Esta amostra estará patente ao público até 8 de Novembro.

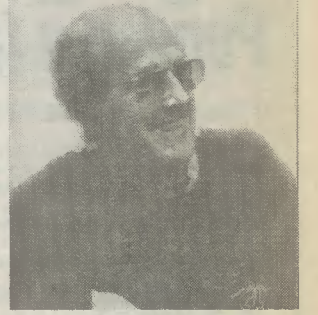
Chaminés de Évora

Uma exposição de desenhos de Raul David tendo por tema *Chaminés e Cata-ventos de Évora* estará patente na sede do Pro-Évora até ao próximo dia 9 de Outubro. O horário é das 15 às 19 horas (encerra à segunda-feira).

LIVROS

Conversas com Manoel de Oliveira

Antoine de Baecque
Jacques Parsi



Conversas com Manoel de Oliveira

Gostar ou não gostar não é questão, pois se trata de apreciação subjectiva para a qual não contam argumentos. Referimo-nos aos filmes de Manoel de Oliveira que, separando no gosto os espectadores deles, os unem a todos certamente na consideração dessa figura marcante do cinema nacional com uma projecção europeia assinalável.

E agora, para que o conheçam melhor aqueles que se distanciam dos seus filmes e o reconheçam os que sempre a eles aderiram, aqui estão estas *Conversas com Manoel de Oliveira*, publicadas em Portugal pela *Campo das Letras*. Não são conversas antigas, embora se hajam desenrolado em 1994 e tenham saído a público por iniciativa dos *Cahiers du Cinema*. Antoine de Baecque e Jacques Parsi conversaram longamente com o cineasta, e dizem: «Manoel de Oliveira conta a sua infância, fala da família, das profissões, das relações, por vezes tempestuosas com os sucessivos poderes portugueses. Mas trata-se também de um aclarar conciso do seu próprio trabalho, filme após filme, das ligações com os diferentes colaboradores, e da sua paixão pelo cinema. Para além disso, Manoel de Oliveira fala do seu gosto pela literatura, pelos espectáculos de todos os géneros e dá, muitas vezes, ao seu amor pela arte, o cunho de uma verdadeira filosofia.»

Só «isto» despertará a curiosidade de ler estas conversas. Mas o livro vai mais longe, abre ao leitor a possibilidade de conhecer a palavra do cineasta, e de concordar ou não com ela, de «gostar» ou não. De qualquer modo, as suas são as palavras de um poeta. Diz ele, lá para o final das páginas: «Não sou um poeta, mas coloco-me nessa posição, digamos de irresponsabilidade de um homem verdadeiramente responsável. Para mim, é muito importante, não é a posição do cientista ou do historiador. Nem é a posição do político que tudo deve avaliar bem. Estou à vontade, sem compromissos, exprimindo-me em plena liberdade.»

Use o leitor a sua liberdade para «escutar» estas interessantes conversas de um «poeta» que iniciou há longos anos uma persistente caminhada, com *Douro*, *Faina Fluvial* e continua a viajar para o horizonte.

TEATRO

Almeida Garrett revisitado em Évora

O Centro Regional das Artes do Espectáculo do Alentejo - CENDREV apresenta a partir de hoje, dia 23 de Setembro, no Teatro Garcia de Resende, a peça *A. G. - Assembleia Geral de Teatro* a partir de textos de Almeida Garrett, com encenação de Mário Barradas, que também assina a dramaturgia com José Carlos Faria. Diz Mário Barradas, em nota de rodapé a este espectáculo: «Em Portugal não existia, nem existe, qualquer tipo de reflexão sobre a grande Arte do Teatro. Ou qualquer tipo de esforço teórico. Mas houve e continua a haver uma excepção. Garrett.» *A Assembleia Geral de Teatro* vai estar em cena até 16 de Outubro.

TEP homenageia Aurora Nazareth

No próximo dia 27 de Outubro, no Auditório Municipal de Vila Nova de Gaia, o Teatro Experimental do Porto - TEP antecede a estreia da sua nova peça *As Preciosas Ridículas*, de Molière, com



uma Exposição de Homenagem a Aurora Nazareth, que aí permanecerá até ao dia 30 de Setembro, coincidindo com as representações de *As Preciosas Ridículas*, transitando, a partir de 2 de Outubro, para o Clube Fenianos Portuenses, no Porto. O TEP explica assim a homenagem a Aurora Nazareth: «Há 30 anos executando (...) o guarda-roupa do TEP, criou, ainda, centenas de peças para outras companhias profissionais e grupos de teatro amador», sabendo sempre dar aos seus figurinos «o traço da minudência e da perfeição».



ATALHE DE FOICE

Perder a face

O clima de tranquilidade em que decorreu a chegada das primeiras tropas australianas da Interfet a Díli, aliado às insistentes afirmações da «boa colaboração» prestada pela Indonésia à força multinacional destacada para Timor Lorosae, não pode deixar de causar perplexidade. Num ápice, após semanas de barbárie em que milhares de timorenses foram mortos, levados para campos de concentração ou forçados a fugir para as montanhas; em que Díli foi saqueada e destruída; em que organizações internacionais e jornalistas estrangeiros foram obrigados a abandonar o território por falta de um mínimo de condições de segurança, tudo pareceu sossegar.

Um sossego tão grande que quase se poderia julgar que os acontecimentos das últimas semanas não passaram de um sonho mau. Tanto foi assim que no início da semana se assistiu a um verdadeiro rosário de declarações favoráveis à Indonésia, pela forma cordata e colaborante como estaria a aceitar a presença das forças multinacionais; se aceitou sem pestanejar que a entrada em Timor Leste continuasse pendente da passagem de vistos pelas autoridades indonésias; se pode ver a insólita visita da Alta-comissária das Nações Unidas para os Refugiados, Sadako Ogata, ao campo de Atambua, acompanhada por Eurico Guterres, conhecido chefe das milícias Aitarak; se aceitou com toda a naturalidade que as forças indonésias permanecessem no terreno para participar na reposição da segurança; se admitiu sem questionar que Portugal ficasse uma vez mais arredado do processo; se continua a pedir licença ao carrasco para ajudar as vítimas; se persiste em não incluir os principais representantes do regime indonésio no rol dos responsáveis que devem ser julgados por crimes contra a humanidade.

Como se a Indonésia nada tivesse a ver com o genocídio, os massacres, a destruição, a insegurança, o total desrespeito pelos direitos humanos, a violação dos próprios acordos que assinou.

Perante um cenário tão surrealista como este torna-se quase inevitável pensar que a chegada da Interfet a Timor Lorosae, liderada pela Austrália - curiosamente o único país que reconheceu a anexação de Timor-Leste pela Indonésia -, visou, mais do que a defesa do povo timorense e a preocupação em pôr fim ao genocídio a que tem vindo a ser submetido, criar as condições para que o regime de Jacarta pudesse salvar a face e continuar, sem engulhos de maior, a fazer parte do círculo dos países amigos do ocidente. Porque o que está em causa, para citar uma frase que ficou famosa nos EUA, «é a economia, estúpido!».

Não é uma hipótese absurda. Basta lembrar que só nos últimos dois anos Jacarta foi o destino privilegiado do investimento europeu, com um total de 620 projectos, num total de 41,3 mil milhões de dólares, ou seja, quase oito mil milhões de contos. À cabeça dos investidores - surpresa - está a muito democrática Inglaterra de Tony Blair, o mesmíssimo que ainda recentemente advogava a destruição da Sérvia para defender os direitos dos albaneses do Kosovo. Acresce que, embora com diferentes graus de participação no investimento, nenhum dos parceiros de Portugal na União Europeia prima pela ausência nesta colaboração. Se a isto se juntar a estreita colaboração desde sempre existente entre os EUA e a ditadura de Jacarta, está completo o puzzle do que verdadeiramente está em jogo no drama de Timor.

Mas a realidade é bem mais complexa do que todos os jogos. Ontem, três dias depois da chegada da Interfet, o terror já tinha voltado a sair às ruas. Um jornalista do «Financial Times» foi barbaramente assassinado e outros dois foram perseguidos. Díli continua a arder e pouco se sabe do que se passa no resto do país.

Uma operação plástica como a que está em curso não vai bastar para salvar a face da Indonésia, mas a comunidade internacional arrisca-se mais uma vez a perder a face.

■ Anabela Fino

Timor Lorosae Solidariedade passa por apoio à reconstrução

Múltiplas são as iniciativas de solidariedade com Timor Lorosae, que se desenvolvem por todo o País, associando agora, à exigência de garantia de paz e segurança, a recolha de fundos e apoios para a reconstrução.

Vários sindicatos têm vindo a associar-se às propostas de solidariedade material avançadas a semana passada pela CGTP-IN, e que englobam o contributo dos trabalhadores, com um dia de salário, de par de uma outra proposta de âmbito mais alargado - «que todas as operações de Bolsa, durante o ano 2000, sejam sujeitas a uma taxa de carácter excepcional a favor de Timor livre e independente».

Os trabalhadores do Hospital de Santa Maria, em Lisboa, por exemplo, decidiram já oferecer um dia do seu salário, contribuição que será processada na conta da Assistência Médica Internacional (AMI) e que se destina ao apoio à saúde da população timorense.

A Federação Nacional dos Médicos (FNAM) irá, por seu lado, desenvolver esforços para recolha de instrumentos médicos e, em articulação com a AMI, colaborar na deslocação de médicos portugueses a Timor.

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA), disponibilizou-se para, em conjunto com outras organizações e entidades, prestar todas as formas de apoio humanitário que estiverem ao seu alcance.

Os exemplos sucedem-se e aqui forçosamente nos teremos que limitar a referir alguns, muito esparsos. Em S. Miguel, nos Açores, a União das Cooperativas de Lacticínios decidiu canalizar para Timor a receita do leite colocado para venda, no passado fim-de-semana, nas

principais superfícies comerciais da ilha. O Núcleo Anti-Racista de Viana de Castelo recolheu 675 quilos de arroz, na sequência da campanha «Luta por Timor». Cientistas portugueses, do Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e dos centros de investigação que lhe estão ligados, manifestaram a sua total disponibilidade em participar na reconstrução de

Timor, quer através da realização de estudos geológicos para definição de recursos naturais, quer pela realização de acções de formação.

De par da ajuda material, a solidariedade assume também outras formas, em manifestações de apoio, actos simbólicos e afirmações públicas de apoio ao povo timorense. E não apenas em Portugal.

Dos apelos feitos pelo Partido Ecologista «Os Verdes» aos mais diversos partidos Verdes da Europa e do mundo resultou um conjunto diversificado de iniciativas que os ecologistas portugueses consideram como «um verdadeiro

cordão verde em redor de Timor». Na Cidade da Praia, em Cabo Verde, realizou-se no domingo à noite uma vigília. Uma iniciativa que vem na sequência de outras, nomeadamente uma marcha, com mais de duas mil pessoas, que percorreu as principais ruas da capital cabo-verdiana. Em França multiplicam-se as manifestações, nomeadamente uma Jornada Nacional de Solidariedade, que decorreu domingo passado, e em que estiveram envolvidos a comunidade portuguesa assim como várias dezenas de organizações, partidos políticos e sindicatos franceses.



FENPROF discorda de optimismo do Governo

A abertura do ano lectivo de 1999/2000 foi tema de uma conferência de imprensa promovida pela Federação Nacional dos Professores - FENPROF, terça-feira passada.

No documento distribuído, em que paralelamente se faz um balanço crítico da actuação do

Ministério da Educação na legislatura que ora finda, afirma-se que, «à semelhança de anos anteriores, o Ministério da Educação não tem novidades a apresentar, fazendo com que o discurso de normalidade de abertura de mais um ano lectivo não

tenha correspondência com as inúmeras situações que se verificam na análise concreta da situação que as escolas vivem».

A FENPROF aponta alguns problemas muito reais, começando por lembrar que temos a mais elevada taxa de analfabetismo da União Europeia

Refere a falta de condições de trabalho, em particular no primeiro ciclo do ensino básico, falta de segurança e de condições de higiene e salubridade nas escolas. «Não se pode esquecer que centenas de crianças vivem o dia a dia de escolas que não possuem instalações sanitárias dignas, não têm água potável», sublinha.

«A carência enorme de jardins de infância da rede pública nos principais centros urbanos é gritante», considera ainda a Federação de Professores.

No documento são abordados problemas muito sentidos pelos professores, como uma formação contínua que se reduz a «mera operação contabilística», o corte de vagas e a falta de pessoal docente.

A autonomia conferida às escolas é denunciada como «um verdadeiro bluff».



Imigrantes contra racismo

Cerca de 300 pessoas participaram, domingo passado, numa concentração realizada no Martim Moniz, em Lisboa, para exigir documentos e direitos para todos os imigrantes que trabalham e residem no nosso país.

Segundo os promotores desta manifestação os indocumentados são mais de 40 mil.

Esta iniciativa foi promovida pela Rede Anti-Racista, um conjunto de associações unidas na luta pelos direitos dos imigran-

tes e que integra, entre outras, a Associação Olho Vivo, o SOS Racismo, a Associação Luso-Senegalesa, O Conselho Português para os Refugiados, as Oficinas Romani e a Frente Anti-Racista.

